



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Letícia Crespo Bomfim

**Imprensa e Política no Brasil: as eleições presidenciais de
1998 no jornal *O Estado de São Paulo***

São Gonçalo

2021

Letícia Crespo Bomfim

Imprensa e Política no Brasil: as eleições presidenciais de 1998 no jornal *O Estado de S. Paulo*

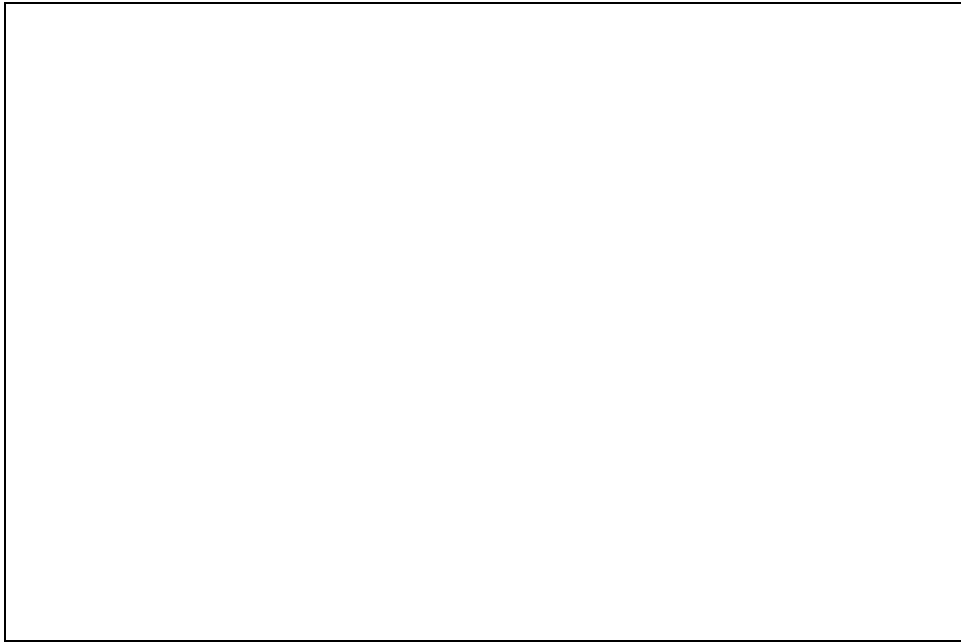
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof.º Dr.º Rafael Vaz da Motta Brandão

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDER SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Letícia Crespo Bomfim

Imprensa e Política no Brasil: as eleições presidenciais de 1998 no jornal *O Estado de S. Paulo*

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Rio de Janeiro.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Rafael Vaz da Motta Brandão (UERJ – orientador)

Christiane Viera Laidler (UERJ – arguidora)

Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ – arguidor)

Mônica Piccolo de Almeida (UEMA – arguidora)

Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ – suplente)

DEDICATÓRIA:

Aos meus pais e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar, agradeço a minha família que, não só durante a elaboração desta dissertação, me apoiou em minha trajetória acadêmica e me incentivou a continuar em minhas pesquisas.

Agradeço também ao professor Rafael Brandão, que me acompanha desde o início de minha pesquisa que se iniciou ainda na graduação, pela orientação, disponibilidade, atenção e principalmente pela paciência no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. Sua participação foi, com toda certeza, fundamental para a conclusão desta etapa de minha vida acadêmica e o será também na continuação da mesma.

Agradeço também aos meus amigos, aqueles que estiveram me acompanhando de perto enquanto pesquisava e escrevia – muitos dos quais fizeram parte do Programa junto comigo – e que também foram essenciais nesta jornada.

Agradeço aos professores Christiane Vieira Laidler e Gelsom Rozentino de Almeida, que não apenas aceitaram participar da Banca de Qualificação, contribuindo com diversos apontamentos e sugestões que ajudaram a direcionar para o caminho certo as análises aqui feitas, mas que também aceitaram estar em no momento de minha defesa.

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que me proporcionou uma bela jornada como estudante, desde meu curso de graduação em História até este momento, quando concluo meu curso de Mestrado. Assim como também agradeço e ao Programa de Pós-Graduação em História Social, incluindo secretaria, coordenação e todo o corpo docente, que muito contribuíram para a minha formação desde 2014, quando ingressei na Universidade.

RESUMO:

A pesquisa tem o objetivo de analisar o papel desempenhado pelo jornal *O Estado de São Paulo* na eleição presidencial ocorrida no ano de 1998, a partir da perspectiva gramsciana, que remete a um conjunto de instituições a intenção de atuar, política e culturalmente, na busca de uma construção de uma hegemonia. Apoiado na análise das matérias internas e nos editoriais do jornal, entendemos que *O Estado de São Paulo* atuou na defesa da reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso e na manutenção de um projeto político alinhado com as ideais neoliberais, funcionando como um importante *aparelho privado de hegemonia* e não apenas como um veículo de comunicação “isento” e “imparcial”, como insiste a visão liberal acerca da imprensa.

Palavras-chave: FHC; imprensa; neoliberalismo.

ABSTRACT:

The research intends to discuss about the position that *O Estado de São Paulo* periodic assumed in the case of the presidential election in 1998, based on Gramsci's perspective about what he named as private apparatus of hegemony – set of institutions that act politically e culturally in favor of a dominant group. Based on reviews of the *O Estado de São Paulo* paper articles and editorials, this paper defends that the periodic acted in defense of the re-election of Fernando Henrique Cardoso, when the presidential election in 1998, as in defense of a neoliberal project for Brazil – being na important private apparatus of hegemony, keeping distance of the liberal conception which insists to observe the press as “neutral” and “impartial”.

Keywords: FHC; press; neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
As considerações teóricas da pesquisa	14
<i>O Estado de S. Paulo</i> – um conglomerado de notícia em busca do consenso neoliberal.....	20
Metodologia e estrutura da Dissertação	28
CAPÍTULO 1- O GOVERNO FHC E A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL	30
1.1- A construção da hegemonia neoliberal no Brasil.....	31
1.2- FHC e a consolidação da agenda neoliberal no Brasil.....	42
1.3- A aprovação da PEC da reeleição.....	54
1.4- A PEC da reeleição nas páginas de <i>O Estado de São Paulo</i>	61
CAPÍTULO 2- A DEFESA DO PLANO REAL E A OPOSIÇÃO AO PT NAS PÁGINAS DE O ESTADO DE SÃO PAULO	71
2.1- A política de estabilização monetária e o Plano Real.....	72
2.2- Os resultados econômicos do Plano Real e as eleições de 1994.....	80
2.3- A trajetória política de Lula e do Partido dos Trabalhadores.....	86
2.4- O Estado de São Paulo e defesa do Plano Real.....	95
2.5- O "vendedor de ilusões": a oposição de O Estado de São Paulo à candidatura de Lula nas eleições de 1998.....	102
CAPÍTULO 3- A REFORMA DO ESTADO E AS PRIVATIZAÇÕES NAS PÁGINAS DE O ESTADO DE SÃO PAULO	114
3.1- O governo FHC: as reformas do Estado e os processos de privatizações.....	116
3.2- As reformas do Estado no jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	128
3.3- As privatizações nas páginas de <i>O Estado de São Paulo</i>	137
CONCLUSÃO	154
FONTES	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO:

Ao final do ano de 2016, ainda durante a minha graduação, iniciei a pesquisa da qual resulta esta dissertação. Naquele período, a conjuntura política, econômica e social brasileira apresentava forte instabilidade, que culminaria com o segundo processo de impeachment de um presidente brasileiro após a redemocratização.

Em agosto de 2016, foi aprovado o afastamento definitivo da então presidenta Dilma Rousseff. Desde 2014, quando foi reeleita com uma pequena margem de votos sobre seu adversário, Dilma Rousseff teve que lidar com um cenário político amplamente desfavorável e, até mesmo, hostil. Somava-se a isto, o agravamento da crise econômica que se abatia sobre o Brasil e as inúmeras denúncias de corrupção, que envolvia aliados do governo e também políticos da oposição. Deve-se também levar em consideração o desgaste do Partido dos Trabalhadores. Assim, em setembro de 2015, a Câmara dos Deputados decidiu avaliar o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, pelo qual a presidente era acusada de ter cometido crime de responsabilidade, referindo-se às “pedaladas fiscais” e à edição de decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Legislativo.¹

Para Jácome e Lima, contra Dilma Rousseff havia diversos movimentos:

coordenação sincronizada de agrupamentos – auto-intitulados falsamente como apolíticos - na propaganda, arregimentação e condução de massas em protestos ao governo Dilma; a guinada de partidos políticos e de seus quadros rumo à oposição mesmo sendo da base de apoio à esse governo; a atuação jurídica com forte teor político-partidário de segmentos do Poder Judiciário; **a campanha massiva e contundente dos principais veículos de comunicação em oposição ao Partido dos Trabalhadores e a seus governos.**² (grifos nossos)

Naquela época, me chamava à atenção o grifo da citação anterior: a articulação das mídias em favor do impeachment de Rousseff.³ O questionamento acerca dos interesses por detrás desta agenda assumida pelos meios de comunicação acabou despertando outra questão: qual era a relação entre a política e a imprensa? Qual era o papel destas mídias como um instrumento político? Era necessário problematizar os posicionamentos assumidos por elas.

¹ MARQUES, Francisco; MONT’ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. A empresa jornalística como ator político: um estudo quanto-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. *Observatorio Journal*, 2018, p. 227.

² JÁCOME, Mauro; LIMA, Luísa. A opinião do Estadão nas Rupturas Políticas de 1964 e 2016. *Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*, Campo Grande, 2018, p. 1.

³ Aqui, a mídia assume o sentido encontrado comumente nos dicionários: meio de comunicação social de divulgação de informações, pode ser ele rádio, internet, televisão, revistas, imprensa.

Mais especificamente, pensava a mobilização e atuação dos meios de comunicação nos processos políticos brasileiros e, logo, tais questões acabaram tornando-se objeto de pesquisa acadêmica. Levando-se em conta a abrangência destas várias questões, foi preciso eleger um tema para estudo, delimitar não só um período temporal da pesquisa, mas também um evento específico, pelo qual fosse possível analisar tal questão e responder aquelas perguntas.

Assim, a pesquisa se atém ao exame da relação dos meios de comunicação com os processos eleitorais; elegemos então as mídias impressas e as eleições presidenciais. Quanto à seleção da interferência dos meios de comunicação em eleições, há diversos estudos que buscam discutir o assunto que apresentam perspectivas diferentes: há aqueles que defendem não haver tal interferência, pois a mídia nada mais faz que refletir a realidade tal como ela é; há aqueles que elaboram sua discussão em torno do argumento de que a mídia atua intencionalmente, construindo uma realidade que atinge o resultado eleitoral – posição, esta, que será defendida nesta dissertação. Entendemos que, inserida em um contexto de eleições, a mídia é uma ferramenta essencial no cotidiano político dos indivíduos, levando em conta os recursos ativados por ela, interferindo direta ou indiretamente nas suas decisões.⁴

De acordo com Castells, a política se faz principalmente no espaço midiático, pois funciona como instrumento de contato entre representantes e representados, o que não exclui outros elementos que contribuem para determinar os resultados associados à política.⁵ Desta forma, no intuito de alcançar seus objetivos políticos e organizar uma plataforma de comunicação que alcance a sociedade, os atores devem estar presentes na mídia, pois ela é parte essencial na relação entre atores políticos (partidos e candidatos) e eleitores. Para isso, eles precisam se enquadrar às regras midiáticas; condicionar, submeter seus discursos e atitudes às exigências de linguagem e interesses da mídia.

Assim, a mídia no jogo político é uma dimensão fundamental e constante. Como argumenta Castells, influenciar a mídia é umas das funções mais importantes para os estrategistas políticos, já que “é o processo permanente de difusão de imagens relevantes a política que molda a mente pública de um modo difícil de alterar durante momentos de maior atenção” – mesmo que em sistemas democráticos sejam as

⁴ MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. Diálogos Latinos americanos. Disponível em: <http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/_3_di_logos_latino_americanos/2midia_e_politica_no_br-miguel-unb.pdf>. Acessado em: 22 de maio de 2018.

⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

campanhas eleitorais os momentos decisivos.⁶ Além disso, acabou por se tornar a principal ferramenta de prestação de contas de políticos e governos. Segundo Marcus Figueiredo, “os canais tradicionais de mediação entre a sociedade e o governo, tais como os partidos e as redes de entidades sociais representativas, perderam espaço para a mídia. Por conta deste fato, a política tornou-se dependente da mídia. Os políticos tornaram-se mais dependentes da mídia para a sua sobrevivência”.⁷

Voltando à discussão a respeito dos artifícios utilizados pela mídia na construção de uma plataforma política (definição de pautas, saliência pública, visibilidade e enquadramento), quando dos períodos eleitorais, é através destas estratégias que ela acaba por ter o papel de estabelecer o conteúdo comum e temas específicos e relevantes aos debates entre os candidatos e a sociedade, apresentando e reforçando ao público as batalhas, vitória e derrota daqueles, além de mostrar as diferenças entre posições e discursos.⁸

Para Flávia Biroli e Denise Mantovani, o problema de se atribuir um destaque a um determinado tema a ser debatido em um cenário eleitoral é a maneira como se faz isso, de modo à quase obrigar que os candidatos e outros envolvidos neste processo se posicionem, obrigando-os a fazer parte da política da mídia e suas artimanhas para alcançar seus interesses.⁹

A escolha de análise pelo meio de comunicação impresso se deu levando em conta a capacidade que a imprensa apresenta em sugerir o que pensar. Para Fernando Azevedo,

a razão da proeminência da imprensa escrita na tematização e no agendamento é em boa parte decorrente do formato e da linguagem próprios de cada mídia. Na televisão, a gramática da notícia é curta, fragmentada e descontínua no tempo, não permitindo, como na imprensa escrita, a argumentação mais linear, discursiva, aprofundada e sequenciada das notícias e temas em debate. E, nas mídias digitais, nas quais predomina a linguagem econômica e minimalista (como no Twitter), um dos recursos mais utilizados é justamente remeter o usuário para links dos jornais e revistas.¹⁰

⁶ Ibidem, p. 257.

⁷ FIGUEIREDO, Marcus. *Cobertura Jornalística e Eleições Majoritárias*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 17.

⁸ Ibidem, p. 17.

⁹ BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, vol.16, n.1, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100004>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

¹⁰ Azevedo, Fernando Antônio. A grande imprensa e o PT (1989-2014). *Opinião Pública*, Campinas, vol.24, n.2, jun. mai.-ago., p. 21. Disponível em: [www.cesop.unicamp.br/vw/11Mf3T6swNQ_MDA_4092d_/2T%20e%20os%20editoriais%20da%20grande%20imprensa%20\(1989-2014\).pdf](http://www.cesop.unicamp.br/vw/11Mf3T6swNQ_MDA_4092d_/2T%20e%20os%20editoriais%20da%20grande%20imprensa%20(1989-2014).pdf). Acesso em: 12 de maio de 2018.

Exemplificando o que é defendido por Azevedo, Hebe Maria afirma que as principais agências de notícias do setor privado no Brasil são, na verdade, parte de um conglomerado de comunicações, ou seja, fazem parte de um grupo de comunicação – empresas que administram diversos segmentos do jornalismo (impresso, rádio, televisão e online) – e compartilham informações entre si. Segundo a autora, as agências distribuem os conteúdos produzidos pelas diferentes redações, porém cabe ao jornal “dominante” dos conglomerados o papel de principal produtor das informações e notícias que circulam neste meio. Assim,

cada agência opera com os mesmos conteúdos produzidos diariamente para o principal jornal do próprio grupo, o qual tem prioridade pela exclusividade da notícia. Em outras palavras, a notícia exclusiva d’*O Estado de São Paulo* (*OESP*), por exemplo, estará assegurada a este jornal, assim como tem origem na redação deste mesmo veículo a determinação para os embargos ou não de conteúdos jornalísticos para a *Agência Estado*.¹¹

Enfim, ao escolher um evento específico, optei pela análise do papel desempenhado pela imprensa nas eleições presidenciais de 1998, responsável pela reeleição do candidato Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Mais especificamente, a pesquisa toma como objeto de estudo a análise dos editoriais e das matérias internas publicadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* (*OESP*).

A escolha de *OESP* se justifica, pois se constitui no “jornal carro-chefe” do conglomerado de notícias *Agência Estado*, um dos líderes do mercado jornalístico do Brasil.¹² Além disso, a literatura acerca do jornalismo no país concorda que é um dos veículos que apresenta forte impacto no debate político e de outras questões públicas, além de pautar por diversas vezes as outras mídias e os debates eleitorais. Ainda, segundo Azevedo, é influente também “nos segmentos da opinião pública mais bem informados”.¹³ Vale ressaltar que o periódico analisado é também uma publicação que apresenta características liberal-conservadoras – tanto no aspecto político, quanto no econômico – e, apesar de se intitular independente politicamente, é costume posicionar-se a favor ou contra um candidato presidencial.

¹¹ OLIVEIRA, Hebe Maria. A atuação das agências de notícias nacionais - Estado, Folhapress e O Globo - como distribuidoras de conteúdos no interior dos conglomerados de mídia brasileiros. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, mai.-ago., 2014, p. 519.

¹² *Ibidem*.

¹³ Azevedo, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT...* Op. Cit.

Assim, a pesquisa tem como objetivo, a partir da noção gramsciana de aparelho “privado” de hegemonia – que remete a um conjunto de instituições a intenção de interferir na busca em torno da construção de uma visão de mundo – defender a hipótese de que o jornal *O Estado de S. Paulo*, nas eleições presidenciais de 1998, assumiu um posicionamento abertamente favorável em torno da manutenção do projeto neoliberal e da reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

As considerações teóricas da pesquisa

Com o objetivo de defender nossa hipótese, a análise feita nesta pesquisa se afasta da perspectiva liberal acerca do papel dos meios de comunicação, que segundo Carla Luciana Silva é uma perspectiva de ocultamento da função da grande imprensa de naturalizar o processo de acumulação do capital.¹⁴

A partir desta visão, a mídia apresenta sua própria imagem como neutra e objetiva; vende uma concepção de que ela possui uma responsabilidade social, de que é uma mera prestadora de serviços para a população, tendo como função informar sobre aquilo que acontece no mundo. Esta auto-imagem defende, ainda, a ideia de que, entre as suas funções, compete à mídia fiscalizar o Estado, ser representante do povo e expressar a verdade sobre os fatos. Ela se apresenta como uma observadora independente de interesses sociais, políticos ou econômicos. Esta responsabilidade de vigilância constitui a ideia de “Quarto Poder”.

Silva ainda enfatiza que a noção de *opinião pública* é indispensável a esta perspectiva. Este é um conceito desenvolvido pelo teórico Pierre Bourdieu, que argumenta que a *opinião pública* é, na realidade forjada, sendo construída e mobilizada para atender aos interesses de um determinado agrupamento social. Essa formulação é provocada pela audiência que a mídia dá a determinadas crenças e atitudes individuais sobre questões particulares. A *opinião pública* seria, na prática, a constância de uma determinada visão da mídia que leva o público a acreditar que aquela opinião corresponde ao pensamento de uma maioria. Assim, a mobilização da “opinião pública” pela mídia não é descompromissada.¹⁵ É, para Francisco Fonseca, uma forma de passar

¹⁴ SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 26

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981, p. 137-151. Disponível em:

por “pública” a própria posição política/ideológica do meio de comunicação, tendo como objetivo apoiar o discurso midiático e influenciar comportamentos, legitimando um dado programa político, econômico e social.¹⁶

Para Silva, essa *opinião pública*

Não existe até o momento em que é criada. Para que ela existisse deveria haver a garantia de que esse público tenha tido a oportunidade de conhecer, discutir, e só então opinar, e não é isso que ocorre. A opinião pública tem sido usada para permitir aos veículos defender quaisquer posições, bastando para isso manipular padrões técnicos de legitimação de suas posições, o que é feito em sintonia com os institutos de pesquisa, que muitas vezes pertencem às próprias empresas jornalísticas.¹⁷

No entanto, a mídia não é uma ferramenta de informações imparcial. Ao contrário, ela está envolta pela subjetividade daqueles que produzem as informações que ela transmite. Tomando a imprensa como objeto de estudo, Maria Capelato afirma que “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. [...] A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”.¹⁸

Segundo João José Negrão, no mundo contemporâneo, a mídia se constitui em um das principais construtoras de *hegemonia*.¹⁹ Este conceito é desenvolvido por Antonio Gramsci, para quem a *hegemonia* representa a conquista da liderança cultural, política e ideológica e do consenso de uma classe social sobre outras.²⁰

Segundo Gramsci, a *hegemonia* é conquistada em embates que envolvem não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas também questões relacionadas ao plano ético-cultural, ou seja, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e de visões de mundo que querem legitimar-se e universalizar-se. Sendo assim, a hegemonia deve ser entendida como coerção, mas, sobretudo, como produto de um determinado *consenso*, pois inclui a "direção cultural e o consentimento

<<http://evoluieducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/21979592-Bourdieu-A-opiniao-publica-nao-existe.pdf>>. Acessado em: 22 de abril de 2018.

¹⁶ FONSECA, Francisco. O Conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. Opinião Pública, Campinas, vol. 9, n. 2, out. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200004#nota22>. Acessado em 08 de maio de 2018.

¹⁷ SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável...* Op. cit., p. 30.

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

¹⁹ NEGRÃO, João José de Oliveira. Jornalismo, espaço de disputas de hegemonia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, ano VI, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 76.

²⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000, p. 46.

social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo".²¹

Portanto, a obtenção da hegemonia é uma articulação entre dois momentos: coerção e consenso. Não depende apenas da força material que o poder confere, sendo também alcançada através de estratégias de argumentação e persuasão.²² Sendo assim, construção da hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os mais diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural. Suas formas nem sempre são as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças que a exercem.²³

Ao tratar da questão da *hegemonia*, a discussão gramsciana se estende a outro conceito, o de *Estado Ampliado*.²⁴ Como argumenta André Guiot, a nova concepção elaborada por Gramsci acaba por fazer uma “desfetichização da natureza humana, das relações sociais e do Estado”;²⁵ compreende dentro de uma perspectiva dialética e materialista, na qual o Estado é entendido como uma relação social, “atravessado por contradições internas, pois é fruto dos embates entre sujeitos coletivos organizados a partir da Sociedade Civil”.²⁶

O *Estado Ampliado* em Gramsci é o somatório de duas esferas distintas, mas interdependentes, na célebre “fórmula”: “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”.²⁷ A sociedade política refere-se ao Estado no sentido restrito, isto é, ao conjunto de mecanismos pelo qual o grupo dominante detém o monopólio legítimo da violência e que no qual se identifica os aparelhos de coerção estatal.

A outra esfera, identificada como *sociedade civil*, corresponde ao "conjunto de organismos comumente chamados de *privados*”,²⁸ no qual a hegemonia, o

²¹ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Dossiê Comunicação e Política. Porto Alegre, nº 1, janeiro/junho, 2010, p. 55.

²² NEGRÃO, João José de Oliveira. Jornalismo, espaço de disputas de hegemonia... Op. Cit...

²³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000; COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

²⁴ GUIOT, André Pereira. Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 20.

²⁵ *Ibidem*, p. 21.

²⁶ *Ibidem*, p. 21.

²⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000, p. 46.

²⁸ Aqui enfatizamos a dicotomia entre *público* e *privado*. Segundo Guiot, constituem-se “privados”, pois o fazem não porque são coagidos, mas agem de forma voluntária.

consentimento e as concepções de mundo são organizados.²⁹ Definida por Gramsci como arena da luta de classes, a *sociedade civil* é um espaço de construção de hegemonia, de múltiplas relações de poder e de contradições, sendo, assim, uma “esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, [...] o espaço da luta pelo consenso, pela direção político-ideológica”.³⁰

Ao discutir a atualidade do pensamento gramsciano, o historiador catalão Josep Fontana observa que uma de suas mais importantes contribuições teóricas está relacionada às suas reflexões sobre os mecanismos pelos quais uma determinada classe exerce sua dominação sobre as outras, "estabelecendo a sua *hegemonia* não somente pela coerção, como também mediante o consenso, transformando a sua ideologia de grupo num conjunto de verdades que se supõem válidas para todos e que as classes subalternas aceitaram”.³¹ Estes mecanismos constituem o que Gramsci denominou de *aparelhos “privados” de hegemonia*. Os APHs são formados, portanto, por escolas, sindicatos, partidos, *imprensa* e outras instituições, organizadas no interior da sociedade civil, e que são responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias formadoras da consciência social. São, portanto, os agentes da hegemonia, os portadores materiais da produção ideológica que buscam consolidar apoio na sociedade civil, seja para manter a dominação por parte dos grupos dominantes, seja para construção de projetos contra-hegemônicos pelas classes subalternas.

Assim, cabe enfatizar mais uma vez a interdependência, a “unidade-distinção”³² entre estas duas esferas – que são separadas apenas de forma metodológica para que se chegue à concepção ampliada do Estado. Segundo Sonia Mendonça, a relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil significa que

o convencimento se exerce numa dupla direção: dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado restrito, e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando, a partir do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia.³³

Retornando ao debate central da dissertação, Denis de Moraes argumenta que o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci coloca luz sobre a participação dos

²⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do...* Op. cit., vol. 2, p. 12-13.

³⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000, p. 18.

³¹ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 238.

³² MENDONÇA, Sonia. *Sociedade civil em Gramsci: Ventura e desventuras de um conceito*, p. 3.

³³ *Ibidem*, p. 4.

meios de comunicação no mundo contemporâneo, pois, tidos como *aparelho “privado” de hegemonia* e sendo os produtores dos conteúdos que circulam por esse meio uma classe com privilégios, organizam e difundem uma visão de mundo homogênea.³⁴ Assim, na visão de gramsciana³⁵, os meios de comunicação tornam-se uma ferramenta, um organismo político-financeiro da classe dominante, assumindo uma dupla missão: noticiar, divulgar aquilo que é necessário para a manutenção e desenvolvimento de uma “frente teórica”, e construir um consenso na sociedade.³⁶

Dessa forma, apesar de apresentar-se como “neutro”, “isento” e “objetivo”, vendendo uma concepção de que ela possui uma responsabilidade social, de que é uma prestadora de serviços da população, tendo como função informar sobre aquilo que acontece no mundo, a mídia não é uma ferramenta de informações imparcial. Ao contrário, ela está envolta pela subjetividade daqueles que produzem as informações que ela transmite.

A organização de uma atitude dominante e a influência sobre o comportamento dos indivíduos demonstra que o desenvolvimento da imprensa, seu controle, e do capitalismo estão ligados, pois envolvem a luta entre classes das mais diversas situações social, política e econômica.³⁷ Gramsci, quando aborda a temática do jornalismo faz isso no sentido do que ele chama de “jornalismo integral”, definido assim por ser um jornalismo que tem a preocupação expandir sua atuação, criar um público que será seu consumidor e suas necessidades, e não apenas um jornal que atende certas necessidades deste público.³⁸ O jornal, como empresa capitalista, visa obter lucros,³⁹ por isso deve atrair um maior número de pessoas que o consomem, transmitindo conteúdos que unifiquem a opinião pública.

Assim, a mídia passa a atuar a partir de uma lógica de mercado, comercial e transforma a informação em sua mercadoria. Segundo Dênis de Moraes, “a informação assumiu a dianteira na rotação vertiginosa do capitalismo global. Tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, uma espécie de

³⁴ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia... Op. Cit.

³⁵ Apesar não se referir aos meios de comunicação de modo geral, mas sim, especificamente, a imprensa

³⁶ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³⁷ SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad, 1999.

³⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do...* Op. cit., vol. 2.

³⁹ Para o Castells, a transformação das mentes humanas através dos meios de comunicação é a principal ferramenta de influência no mundo. “[...] Mas se considerarmos a mídia antes de tudo uma empresa midiática, então a lógica da obtenção de lucros [...] passa a ser o mais importante”. CASTELLS, MANUEL. *O poder da...* Op. cit., p. 74.

‘mais-valia decisória’ que se qualifica como recurso básico de gestão e produção”.⁴⁰ Deste modo, bem como o autor, entende-se aqui a mídia não como um sujeito externo às relações sociais, mas como um participante ativo da reprodução do sistema do capital.

A partir deste mesmo posicionamento, Silva compreende as empresas jornalísticas como “partidos”, gerenciadores da ordem capitalista e possuidores de uma ação pedagógica, sob uma perspectiva gramsciana.⁴¹ A atuação pedagógica se faz no sentido de apresentar interpretações e uma direção: “O alvo é a construção de uma organicidade em torno de uma classe social [...] pautando, dizendo informar, e ao mesmo tempo mantendo a divisão dos “lugares sociais” ditando como cada um deve se comportar”.⁴² A atuação partidária da mídia, por sua vez se dá pela “organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ela encerra”. Seguindo as ideias de Antonio Gramsci, assumir que os jornais atuam como partido não é defender a ideia de que este se posiciona a favor ou contrário a um partido formal, mas que assume a defesa de um programa, pautam o interesse e os elementos de um grupo social.⁴³

Quanto ao fato de ser gerenciador da ordem capitalista, Silva aponta que isto se relaciona às formas como formulam e defendem as linhas gerais da ação de um grupo. Segundo a autora, este é um processo coordenado por *estados-maiores* constituídos por uma organização mais ampla, ou seja, é uma ação que não fica restrita a apenas um único jornal ou mídia.⁴⁴ Segundo a autora, a concentração das grandes empresas de comunicação são características do processo gerenciador da mídia. Isto pode ser exemplificado a partir dos anos 1990, quando a articulação entre os meios de comunicação busca defender os ideais neoliberais, apresentando o mercado como natural, um caminho inevitável.⁴⁵

Segundo Kucinski, no período de expansão do neoliberalismo, os jornais, com pautas uniformes, difundem um discurso que enfatiza a necessidade da adoção de políticas neoliberais, sendo isto natural e inevitável.⁴⁶ Assim, “[...] a mídia fala em

⁴⁰ MORAES, Dênis de. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. VI, n. 2, mai./ago., 2004, pp. 16 - 37. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/411/538>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

⁴¹ SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal...* Op. Cit., p. 30.

⁴² Ibidem, p. 38.

⁴³ Ibidem, p. 38.

⁴⁴ Ibidem, p. 38.

⁴⁵ Ibidem, p. 34.

⁴⁶ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005.

nome do interesse público, mas serve ao interesse privado”⁴⁷. No entanto, seguindo a lógica de Silva, a organização de uma “frente teórica” neoliberal se dá pela interligação do Estado *sociedade política e sociedade civil*, e torna-se uma “vasta organização transnacional ao longo do século XX, para além dos interesses nacionais, que têm como fim o controle social e o gerenciamento propriamente dito do processo de acumulação. Trata-se “de uma verdadeira *internacional capitalista*”.⁴⁸

Além disto, o monopólio midiático se torna importante na discussão, pois, como afirma Moraes, “[...] são determinantes porque interferem na conformação do imaginário coletivo e em valores consensualmente aceitos e assimilados”.⁴⁹ Assim, a concentração midiática e a monopolização da notícia comprometem a diversidade externa da mídia. Para Azevedo, a diversidade da mídia permite aos cidadãos uma pluralidade de informação e opinião a partir de diferentes pontos de vista, o que se torna essencial para o debate e confronto de opiniões, algo central em uma democracia. Esta seria uma configuração ideal da mídia.⁵⁰ Do contrário, a concentração das empresas jornalísticas lança tendência para uma homogeneização dos conteúdos de informação, para uma ditadura do discurso único – com ênfase na propagação de conteúdos paralelos à ideologia da empresa midiática – e anula o debate no cenário político, afeta a cidadania e impede que críticas ao sistema vigente surjam.⁵¹

O Estado de S. Paulo – um conglomerado de notícia em busca do consenso neoliberal

Moraes afirma que, na América Latina e no Brasil, em troca de apoio, as ditaduras militares haviam contribuído para a concentração da mídia nas mãos de mega grupos, favorecendo-os através de isenções fiscais, concessões de diversos meios de comunicação e financiamentos. Assim, nas últimas décadas do século XX, esse reduzido grupo se expandiu sem maiores obstáculos.⁵²

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal...* Op. Cit. p, 35.

⁴⁹ MORAES, Dênis de. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. Blog da Boi Tempo, 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

⁵⁰ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, n.1, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Disponível em 10 de maio de 2018

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

No caso brasileiro, “de acordo com levantamento do projeto *Os Donos da Mídia*, seis redes privadas (Globo, SBT, Record, Band, Rede TV e CNT) dominam o mercado de televisão no Brasil. Essas redes privadas controlam, em conjunto, 138 dos 668 veículos existentes (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva”.⁵³

Por sua vez, Azevedo afirma que hoje, no Brasil, 90% da mídia brasileira – mídia impressa, eletrônica e digital – é controlada por algum monopólio familiar. São, na realidade, quatro famílias: a família Marinho, do Grupo Globo; os Mesquita, que controlam o Grupo Estado; os Frias, do Grupo Folha e dos Civita (Grupo Abril). São também estes grupos que, para o autor, constituem-se na grande imprensa, pois são jornais de prestígios, que apresentam avanços na modernização e profissionalização em suas redações. Além disso, como consequência de poder apenas o presidente da República, até o ano de 1988, concede os serviços de radiodifusão e isto tem se tornado uma moeda de troca política. Surgiu no país o que Azevedo chama de *coronelismo eletrônico*, ou seja, quando a utilização das mídias locais e regionais passaram a ser controladas por políticos conforme seus interesses. Assim,

dados de 1994 mostravam que 31,12% das filiadas das redes de TV no Brasil eram controladas por políticos locais ou regionais e 40,19% das emissoras de rádio.

Em resumo, o monopólio familiar, a propriedade cruzada dos principais meios de comunicação de massa, o controle de redes locais e regionais de TV e rádio por políticos profissionais e a inexistência de uma imprensa ligada à esquerda e a correntes e interesses sociais minoritários com peso nacional fazem com que nosso sistema de mídia ainda presente, quase três décadas depois do retorno à democracia, reduzida e precária diversidade externa, do ponto de vista político, que não é compensada de forma adequada pela diversidade interna nos principais meios impressos e eletrônicos. Este quadro adverso na oferta de fontes alternativas e diversificadas de informação e opinião, ao lado do paralelismo político, se converte num dos pontos cruciais no exame da articulação entre o nosso sistema de mídia e o sistema político.⁵⁴

Após essa exposição acerca da concentração da mídia no Brasil, apresenta-se a seguir o jornal *O Estado de S. Paulo*, parte do conglomerado de notícias *Estado*, que hoje produz conteúdos de notícias para as redações de *O Estado de S. Paulo*, *Portal Estado*, *Jornal da Tarde*, *Agência Estado*, *Rádio Eldorado AM e FM* e *TV Estadão*, além do portal *Estadão*, segmento digital do grupo, que segundo Azevedo, é um dos portais de notícias mais acessados pelos internautas.

⁵³ MORAES, Dênis de. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. *Blog Boi Tempo*, 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>>. Acessado em: 08 de maio de 2018.

⁵⁴ AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT...* Op. Cit.

O periódico *O Estado de S. Paulo*, chamado de *A Província de São Paulo* até antes de 1889, foi fundado no ano de 1875 sob a organização e liderança de um grupo⁵⁵ nomeado pelo Congresso Republicano de Itu, em 1874, e constituído também por diversos integrantes da sociedade do café.⁵⁶ Desde o seu início, o jornal atendia aos interesses da classe dominante agrária e de uma burguesia ascendente, com capitais sólidos e uma ideologia elitista.⁵⁷

O jornal desenvolve seu trabalho em torno de ideias republicanas, auto apresentando-se como autônomo em relação às discussões políticas e sociais no Brasil, independente do Partido Republicano Paulista (PRP), partido nascente na época. Esta autonomia era buscada, pois seus representantes acreditavam ser a única forma de desempenhar um trabalho livre crítico.

[...] é importante ressaltar que o conservadorismo de O Estado de S. Paulo não se traduz em submissão ao Estado e nem mesmo ao governo, ou a partidos políticos. Embora seus dirigentes tenham ocupado eventualmente cargos públicos [...] ou participado ativamente de partidos políticos, o jornal não se tornou um porta-voz, a não ser de seu próprio projeto político.⁵⁸

Em 1885, Júlio Mesquita começa a integrar a equipe do periódico como redator-gerente, envolvendo-se junto ao jornal com duas campanhas: a abolição da escravatura – mais assumida pelo jornal – e a proclamação da República. Já em 1888, Júlio Mesquita, ao lado de Rangel Pestana, passa ao cargo de co-diretor do jornal. E, em 1891, com a eleição de Rangel Pestana para Senado, Mesquita o substitui na direção de *A Província de São Paulo*. Desde então, a direção do jornal está nas mãos da família Mesquita.

Durante o período da Primeira República, o jornal assumiu um posicionamento contrário às oligarquias regionais. Faziam-se críticas ao sistema eleitoral e as fraudes inculcadas a ele, chegando até mesmo a apoiar algumas pautas do movimento tenentista,

⁵⁵ Teve como principais articuladores Américo Brasiliense, atuando na cidade de São Paulo, e Campos Sales, atuando em Campinas

⁵⁶ Principalmente fazendeiros de café do Oeste Novo paulista Américo Brasília de Campos, Antônio Carlos de Sales, Antônio Pompeu de Camargo, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Cândido Vale, o major Diogo de Barros, Francisco de Sales, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana, João Francisco de Paula Sousa, João Manuel de Almeida Barbosa, João Tibiriçá Piratininga, João Tobias de Aguiar e Castro, José Alves de Cerqueira César, José de Vasconcelos de Almeida Prado, José Pedroso de Moraes Sales, Manuel Elpídio Pereira de Queirós, Martinho Prado Júnior e Rafael Pais de Barros.

⁵⁷ ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*, v. 40, jan.-jun., 2018, p. 204.

⁵⁸ SPONHOLZ, Liriam. *O Estado de S. Paulo (1942-1972): uma contribuição à História as técnicas jornalísticas*. 81 f. Tese (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

quando Julio Mesquita é preso e o jornal não é publicado por duas semanas.⁵⁹ Neste período, “os leitores do jornal eram associados à elite econômica e aos profissionais liberais que simpatizavam com a oligarquia dissidente. [...] divulgava a ideologia positivista [...], valorizava a ciência [...] e a disciplina das classes populares”.⁶⁰

Como destaca Almeida, *OESP* era “pragmático”, sua fidelidade modificava-se conforme as circunstâncias.⁶¹ Desta forma, o fez no contexto de 1930, quando se une à Aliança Liberal e à candidatura de Getúlio Vargas. No entanto, com a “Revolução de 1930”, o “sentimento nacionalista” dos liberais que faziam parte do jornal fez com que começassem a argumentar em suas páginas que o comunismo constituía uma ameaça ao Brasil. Logo, *OESP* alia-se à Revolução Constitucionalista de 1932, que buscava uma nova Constituição Nacional além da realização de eleições. Ainda, segundo Almeida, a família Mesquita se envolve diretamente com as articulações da revolução: seus membros participaram no front e a sede do jornal tornou-se base de recrutamento e distribuição de armas.⁶²

Ao final da Revolução de 1932, os mesmos Mesquitas participantes do confronto foram presos e exilados em Portugal – período no qual o jornal fica sob intervenção federal até o retorno da família em 1934, após anistia decretada por Vargas. No entanto, em 1937, a partir da implantação do Estado Novo, mais uma vez *OESP* fez oposição ao governo. Assim, em março de 1940, a sede do jornal é invadida por militares e torna a focar sob a intervenção federal, agora sob o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mais uma vez, a família Mesquita sofre o exílio e só volta a controlar o jornal no ano de 1945, com o fim do Estado Novo.

Como enfatiza Azevedo, as intervenções sofridas pelo jornal na era Vargas acabam por definir um perfil anti-getulista no jornal, ou seja, também um perfil anti-populista, fazendo com que *OESP* assumira uma atitude contrária a toda política e candidatos que lembre o varguismo.⁶³ No período de redemocratização, na eleição de 1955, fez oposição massiva à chapa JK e Jango e cedia espaço em suas páginas para líderes que fossem também opositores a eles, como o udenista Carlos Lacerda. Após a renúncia de Jânio Quadros, o jornal apóia os chefes militares em seu veto à posse de

⁵⁹ ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico... Op. Cit., p. 205

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015 apud ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico... Op. Cit., p. 205.

⁶² ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico... Op. Cit., p. 206

⁶³ Azevedo, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT...* Op. Cit.

Jango. Mesmo sob um sistema parlamentarista, o jornal faz dura oposição ao governo Goulart, defendendo de forma aberta a sua deposição e apoiando as manifestações contrárias ao seu governo. Por fim, defendeu o golpe civil-militar de 1964.

Para Azevedo, o apoio do jornal ao regime militar da década de 1960 se dava na defesa de uma intervenção transitória, que deveria retornar aos partidos e políticos depois de “expurgados da cena política as foras de esquerda”.⁶⁴ No entanto,

o jornalista Carlos Chagas, testemunha daqueles anos, aponta Júlio de Mesquita Filho como um dos artífices do golpe de 1964, “metido até o pescoço na conspiração”, junto com Roberto Marinho do jornal *O Globo*, onde o jornalista trabalhava. [...] Desde 1961, o jornal já conspirava e manipulava o noticiário. Em 1962, Júlio de Mesquita Filho entregou ao general Orlando Geisel um documento com normas a serem seguidas pelos militares após derrubarem Jango. No ano seguinte, escreveu uma carta ao general Emílio Médici intitulada “roteiro da revolução”. Além disso, procurou o jurista Vicente Rao para preparar um esboço de primeiro Ato Institucional para o governo provisório. “O papel de Mesquita em 1964 tinha o peso do jornal que ele dirigia. Esbanjando saúde financeira e prestígio editorial, O Estado vivia seu auge [...] não havia polo de influência mais forte.”⁶⁵

Foi com instituição do Ato Adicional nº 5, que a ditadura militar passa a fazer apreensão de vários periódicos da época, incluindo *O Estado de S. Paulo*, que publica o editorial “*Instituição em frangalhos*”, assinado por Júlio Mesquita Filho, afirmando que as Forças Armadas haviam alijado os civis do governo e qualificando o regime como uma ditadura.⁶⁶ A partir de 03 de setembro de 1972, diante da insistência em publicações contrárias ao governo, o jornal passou pelo estabelecimento de uma censura interna de suas edições, que durou até janeiro de 1975.

Por fim, durante a transição democrática, apoiou a campanha das “Diretas Já” apenas depois que demonstrava apoio popular de 85% da população, não deixando de lado as críticas às Lula e o Partido dos Trabalhadores, além de Leonel Brizola – atores que segundo Almeida eram vistos com preocupação diante da possibilidade de novas eleições diretas.⁶⁷ Com a derrota da campanha e o arquivamento da emenda Dante de Oliveira, *OESP* passa a apoiar a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.⁶⁸

Assim como fez no período democrático anterior ao golpe de 1964, no contexto de redemocratização e de possibilidade de eleições presidenciais com voto direto, *OESP*

⁶⁴ Ibidem

⁶⁵ ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico... Op. Cit., p. 210.

⁶⁶ Ibidem, p. 214.

⁶⁷ Ibidem, p. 215

⁶⁸ AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT...* Op. Cit.

não deixa de assumir uma posição política, *partidária* e ideológica.⁶⁹ Naquela conjuntura, a agenda neoliberal já fazia parte dos anseios dos sujeitos nacionais e internacionais. Assim, desde a eleição de 1989, o periódico analisado alinha-se aos ideais neoliberais. Assim como quase toda a “grande imprensa”, *OESP* posicionou-se contrário à candidatura de Luis Inácio Lula da Silva (PT), apoiando em contrapartida Fernando Collor de Mello (PRN), que representava a implantação de uma política econômica de cunho neoliberal.

Após sua posse, o jornal faz críticas aos planos econômicos que o presidente adotou (como o confisco das poupanças). No entanto, apoiou sua política de abertura ao capital internacional, de privatizações e de diminuição do Estado. Quando ocorrem as denúncias de corrupção deste governo e tem o início da crise política, *OESP* adere ao movimento de impeachment de Collor apenas quando as manifestações nas ruas começavam a aumentar. Porém, “perfilou-se ao lado dos jornais na tentativa de separar a crise política da agenda neoliberal que deveria ser seguida e implementada pelo sucessor Itamar Franco”.⁷⁰

Apesar desta citação, Itamar Franco também sofreu oposição por parte do periódico. Isto se explica pelo retrocesso da adoção de uma agenda neoliberal mais clara em seu governo. Segundo Almeida, *OESP* chegou a chamar o presidente de populista, acusando seu governo de levar o Brasil ao status de *terceiro mundo* mais uma vez.⁷¹

Em relação a Fernando Henrique Cardoso, que representava a opção neoliberal na eleição de 1994 e pela qual se constituía mais uma vez como principal oposição Lula, Almeida destaca que

animado pela mudança de postura do, antes ‘esquerdista’, Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o candidato que representava a condução do processo de reforma [...] como as que reformarão os monopólios. Outras, como a da Previdência, o *Estadão* foi enfático em seu editorial do dia da eleição de 1994: “nossa opção!”

Ao longo dos governos FHC, o jornal manteve a pressão a favor da agenda neoliberal. [...] Uma vez que o governo FHC demonstrava compromisso ideológico com a agenda neoliberal, o *Estadão* não fez críticas à Emenda Constitucional da reeleição. Na eleição de 1998, comemorou a vitória do presidente neoliberal [...].⁷²

⁶⁹ ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico... Op. Cit., p. 218

⁷⁰ Ibidem, p. 218.

⁷¹ Ibidem, p. 218.

⁷² Ibidem, p. 219

Fazendo um levantamento histórico de *OESP*, Azevedo argumenta que o periódico não apresentava uma trajetória política conservadora desde sempre. Desde sua origem, foi

aboliconista, republicano, apoiou a Revolução de 1930, combateu o Estado Novo, período em que sofreu intervenção. Traiu suas autoproclamadas convicções políticas liberais ao apoiar o golpe de 1964, mas o fez em companhia de todos os principais diários do País, com a exceção já mencionada do *Última Hora*. Mas foi, depois do *Correio da Manhã*, o primeiro grande jornal a se contrapor à ditadura militar, ainda que defendendo uma democracia restrita e expurgada, tendo sofrido uma rígida censura interna. Contudo, o seu posicionamento nos embates partidário-eleitorais e diante de governos chamados progressistas (o Vargas do segundo mandato, Jango e o período petista), tanto na quadra democrática de 1945-1964 quanto na atual (em que apoiou sucessivamente Collor e os candidatos tucanos em todos os pleitos presidenciais), o classifica de modo inequívoco como uma publicação de centro-direita.⁷³

Analisando o periódico publicado entre os anos de 1927 e 1937, Capelato aponta características próprias, as referências do jornal *OSEP* que se destacam na imprensa brasileira e que estão em sua maioria presentes atualmente.⁷⁴ Ela ressalta características como a defesa dos princípios liberais, sua auto-definição de se constituir oposição aos governos constituídos e sua preocupação e uso político da “opinião pública”.

OESP agiu conforme seus interesses particulares, seus valores, propondo programas com os quais a classe dominante se identifique. Os representantes do jornal não ficaram omissos diante dos acontecimentos da história do Brasil. Ao contrário, tinham uma participação ativa nos debates que se colocam, buscando influenciar e direcionar o comportamento de seus leitores. Desta forma, o que é produzido no jornal se faz com o intuito de atuar politicamente, idealizando um projeto de futura para o Brasil, projeto este calcado em bases da doutrina liberal.⁷⁵

Segundo Capelato, “o modelo político defendido pelo periódico é considerado ‘ideal’ para o país norteia-se pelos princípios liberais e consubstancia-se na prática da democracia [...]”.⁷⁶ Ainda segundo a autora, desde o início do século XX o periódico expõe ideias contrárias à interferência do Estado na economia, pois defende que ir contra o princípio liberal de liberdade de mercado ocasionava em atraso. Ao Estado cabia apenas garantir os direitos naturais do homem, justiça, segurança, liberdade,

⁷³ AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT...* Op. Cit.

⁷⁴ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ *Ibidem*.

propriedade.⁷⁷ Soma-se a estas ideias o apoio do jornal à entrada de capitais estrangeiros, alegando que era uma instigação ao desenvolvimento, já que o Brasil não possuía capacidade de investimento.

Quanto às práticas democráticas, teriam base na “soberania popular”, que pertence ao povo, e que é uma maneira de mensurar a vontade da maioria. Desta forma,

um dos principais conceitos manipulados pelos representantes de “O ESP” no sentido de validar as ideias veiculadas nos editoriais do periódico é, indubitavelmente, o de “opinião pública”. Conforme afirma Landshut, ‘o Estado moderno põe como princípio de sua verdade a *soberania popular*, e essa, por seu turno, deve ser a *opinião pública*. Sem essa atribuição, sem a proposição da opinião pública como a fonte de toda a autoridade investida nas decisões que comprometem o todo, a moderna democracia carece de substancia da sua própria verdade’. Admitindo esta concepção como fundamento das instituições democráticas, o jornal, na qualidade de órgão de imprensa arvorou-se em intérprete da “opinião pública” brasileira e justificou as posições assumidas como sendo ditadas pela vontade popular, pelo sentimento coletivo.⁷⁸

Segundo a posição assumida pelo periódico, é a opinião pública que faz e desfaz um governo. No entanto, este vetor não é independente, é também manipulado, criado e atraído, principalmente pela imprensa e, desta forma, é mobilizada pelo *OESP* intentando legitimar seu posicionamento político.

Fonseca destaca algumas outras características do periódico analisado.⁷⁹ O tradicionalismo torna-se uma característica importante. É por este meio que se estima a moral, a religião e o passado, seus heróis e legado, que serviriam como exemplo de como agir no presente e no futuro. Além disso, o conservadorismo está também presente em *OESP*.

Em um período de hegemonia neoliberal, segundo Francisco Fonseca, *O Estado de S. Paulo* milita em favor do capital, uma vez que:

os editoriais do *OESP* defendem a tese de que a intervenção do Estado na economia produz déficits públicos que geram inflação. Na visão ideológica do jornal, a culpa pela crise é do Estado e nunca dos empresários. No papel de “partido do Capital”, o jornal busca continuamente influenciar o governo, propõe um “ajuste fiscal”, controle dos gastos públicos, cortes em orçamentos sociais e nos salários do funcionalismo, retorno do país ao FMI,

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ FONSECA, Francisco César Pinto. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégia de convencimento* (Revista Visão e Jornal O Estado de S. Paulo). Tese (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

desregulamentação da economia com abertura irrestrita ao capital internacional.⁸⁰

Metodologia e estrutura da dissertação

A metodologia adotada na pesquisa tem como base o levantamento dos editoriais e matérias internas de *O Estado de São Paulo* que abordem questões relacionadas ao momento da campanha de reeleição de Fernando Henrique Cardoso: 1) as medidas e propostas do governo para o enfrentamento dos problemas econômicos, sociais e políticos naquele contexto, bem como as notícias que abordem os feitos da oposição a FHC; 2) a sustentação do Plano Real; 3) as reformas do Estado e reformas econômicas; e, por fim, 4) os processos de privatizações. Os editoriais serão selecionados no período entre junho de 1997 – para que seja possível identificar os assuntos que foram partes da pauta eleitoral no ano seguinte na mídia, mas também porque neste mesmo mês a emenda de reeleição foi aprovada no Congresso – e outubro de 1998, com o objetivo de observar de que forma se posicionou o jornal em relação às principais questões do governo vitorioso nas eleições analisadas.⁸¹

Nesse sentido, no primeiro capítulo, discutimos, em linhas gerais, o primeiro governo de FHC, destacando o contexto de expansão mundial do neoliberalismo e de seus impactos na política e economia brasileira. Assim, parte-se da discussão acerca do processo de disseminação e de construção da hegemonia da doutrina neoliberal pelos diversos países do mundo, destacando-se a região da América Latina. Em segundo lugar, analisaremos a trajetória intelectual e política de FHC. Por fim, serão discutidos os interesses que envolveram a aprovação da PEC da reeleição e sua menção nas páginas de *OESP*.

O segundo e terceiro capítulo são fundamentais para compreender a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* como *partido*, ao defender a manutenção da política econômica implantada já no primeiro governo FHC com o Plano Real, as reformas do Estado e econômicas, bem como as privatizações, além de posicionar-se no cenário político como oposição ao principal candidato adversário de FHC naquela conjuntura, Luis Inácio Lula da Silva, candidato pelo PT. Entendemos que essas pautas presentes de

⁸⁰ AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT...* Op. Cit.

⁸¹ É importante observar que a análise dos editoriais não significa todo o seu aproveitamento, mas a consideração dos seus elementos mais relevantes para a investigação histórica a que se propõe a pesquisa.

forma massiva no jornal constituem-se, não explicitamente, como uma campanha a candidatura de FHC na eleição de 1998.

Assim, o segundo capítulo tem como objetivo apresentar o Plano Real como um programa de estabilização que se tornou a marca do governo Fernando Henrique Cardoso, assim como foi também um ponto de antagonismo entre o PSDB e o PT nas eleições. Desta forma, apresentaremos um levantamento acerca da história do Plano Real, seus significados e seu contexto histórico, bem como seus resultados para a sociedade brasileira – de forma que isto ocorra sempre interligando este programa econômico à candidatura de Fernando Henrique Cardoso e a campanha anti-candidatura de Lula. Assim, para entender como esta última parte se sucede, apresentaremos a história do Partido dos Trabalhadores, pelo qual Lula se candidatou nas eleições presidenciais que brevemente analisaremos: 1989, 1994 e 1998.

Por fim, o terceiro capítulo também partirá da análise das fontes selecionadas no jornal *O Estado de S. Paulo*. Desta vez, terá como principal propósito as temáticas das reformas do Estado e as privatizações, projetos do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, bem como promessas de continuidade para um segundo mandato. Neste capítulo, destacaremos as ações do governo no que diz respeito às reformas do Estado e às reformas econômicas desde que FHC assumiu seu primeiro mandato em 1994, apresentando o processo de implantação deste projeto no Brasil.

CAPÍTULO 1

O GOVERNO FHC E A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL:

Do ponto de vista político-ideológico, a vitória da candidatura de FHC nas eleições de 1994 representou o triunfo da agenda neoliberal no Brasil. Nesse sentido, a análise dos dois governos FHC (1995/1999 e 1999/2002) deve levar em consideração não apenas o contexto interno brasileiro, mas também e – sobretudo – o cenário internacional, caracterizado pela disseminação das ideias e do modelo neoliberal pelo mundo.

Aplicado primeiramente e de forma mais sistemática pelos governos de países centrais (EUA e Europa Ocidental), entre fins da década de 1970 e início dos anos 80, o neoliberalismo, no decênio seguinte, rapidamente alcançaria os países periféricos e, em particular, a América Latina, incluindo, entre eles, o Brasil.

O primeiro capítulo desta dissertação procura apresentar um panorama geral do contexto global de expansão do neoliberalismo no mundo e de sua penetração na economia e na política brasileira, especialmente a partir do governo FHC, quando o projeto neoliberal tornou-se hegemônico nos países.⁸²

Nesse sentido, o capítulo está estruturado em quatro partes. Inicialmente, abordaremos o processo de expansão e disseminação das ideias neoliberais pelos diferentes países do mundo, com destaque para a região da América Latina. Na segunda parte, discutiremos a trajetória intelectual e política de FHC e as principais características de seu primeiro governo (1995/1998), bem como as coalizões políticas que possibilitaram a sua vitória em 1994. Em seguida, problematizaremos o processo de aprovação da chamada “PEC da reeleição” (PEC 1/1995), ocorrida no ano de 1997, e que permitiu a FHC um segundo mandato. Por fim, trataremos de analisar como a aprovação desta PEC foi defendida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

⁸² A noção de hegemonia em Gramsci propõe a capacidade revelada por um ou mais grupos sociais de dirigir outros grupos sociais através do consentimento, refletindo, portanto, a luta de classes no interior da sociedade. Tornar-se hegemônico significa conseguir uma posição de supremacia na sociedade, passando a dominá-la através da força, das instituições do Estado e do governo político. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

1.1- A construção de hegemonia neoliberal

O modo de produção capitalista, fundado sobre a exploração do trabalho assalariado, desde suas origens, é atravessado por crises cíclicas, inerentes à natureza do próprio sistema. Uma das mais profundas crises capitalistas da segunda metade do século XX deu-se a partir do aumento do preço do petróleo pelos países da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), em 1973. De consequências drásticas para a economia internacional, o primeiro “choque do petróleo” foi uma reação dos países árabes às ações israelenses sobre o Egito e a Síria, no contexto da Guerra do Yom Kippur. Contudo, a crise não pode ser explicada a partir de uma perspectiva monocausal, associada exclusivamente à ação da Opep de aumentar o valor do barril do petróleo. De acordo com o historiador econômico Carlos Marichal,

muitos analistas consideram que o choque petrolífero de fins de 1973 foi uma das principais causas da longa recessão que haveria de solapar um grande número de economias no mundo durante o decênio seguinte. Mas o preço do petróleo não foi o único fator a causar a prolongada queda do investimento nos países industriais. Outras variáveis estruturais ainda mais importantes foram geradas pelo enfraquecimento das indústrias dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, assim como da União Soviética e da Europa do Leste, cujas economias entraram em uma etapa crítica, com taxas de crescimento muito baixas. A isso haveria de somar-se o naufrágio do sistema monetário de Bretton Woods o que, de 1971 a 1973, contribuiu para a crescente volatilidade dos mercados financeiros mundiais.⁸³

Assim, após quase três décadas de progresso material e crescimento econômico, naquilo que Eric Hobsbawm denominou de “anos dourados” do capitalismo – o período de 30 anos compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970 – o chamado modelo de Estado de Bem-estar Social começaria a apresentar sinais de seu esgotamento.

A partir de então, como resposta econômica e política à crise do modelo de Estado de Bem-estar Social, o neoliberalismo surgiu, procurando implantar propostas de redução de gastos públicos, com o objetivo de recomposição da taxa lucro do capital, que já não dispunha da mesma capacidade de reprodução das décadas subsequentes ao segundo pós-guerra. Assim, como afirma Luiz Filgueiras, com o esgotamento daquele

⁸³ MARICHAL, Carlos. *Nova história das grandes crises financeiras: uma perspectiva global, 1873-2008*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 152.

forma específica de organização estatal, o neoliberalismo passou a se tornar hegemônico.⁸⁴ Nesse sentido,

no início da década de sessenta, a combinação do esgotamento do modelo de produção fordista e o surgimento de problemas de ordem conjuntural passaram a ter um peso significativo. [...] Assim, os primeiros indícios da crise do Estado de bem-estar social, evidenciavam que o modelo keynesiano mostrou-se incapaz diante das contradições inerentes do capitalismo. A conjuntura de crise, que abriria as portas para o neoliberalismo, foi ocasionada pelo fracasso das formas de regulação estatal.⁸⁵

É a partir da década de 1970, então, que podemos observar a redução da capacidade de regulação do Estado sobre a economia. De acordo com François Chesnais, estas transformações estão relacionadas ao processo de mundialização e financeirização do capital, marcada pela transnacionalização do processo produtivo e pela fragilização dos Estados nacionais, reforçando as ofensivas da crítica neoliberal às formas de regulação estatal. Sobre este aspecto, Chesnais observa que, em relação à mundialização das finanças, a esfera financeira do capital começa a agir nos principais mercados do mundo, a partir de políticas de liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais.⁸⁶

Neste contexto de crise do capitalismo, acabou-se criando condições para que os ideais neoliberais ganhassem projeção e condições de se expandirem pelo mundo. Para a doutrina neoliberal, os objetivos principais para contornar a crise – que não era apenas econômica, mas também política, cultural e de padrões de dominação e organização do trabalho – eram a estabilidade monetária através de uma rígida disciplina orçamentária e de equilíbrio fiscal.⁸⁷

Deve-se destacar, contudo, que o neoliberalismo surge inicialmente como uma proposta teórica, ainda no imediato pós-guerra, reagindo contra o intervencionismo estatal na economia, num intento de retomada de determinadas noções do liberalismo do século XIX. Segundo Sônia Draibe, o neoliberalismo não possui uma teoria original e coerente, mas “é antes um *discurso* e um conjunto de regras práticas de ação (ou de

⁸⁴ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 49

⁸⁵ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais no Brasil: as privatizações dos bancos estaduais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 34.

⁸⁶ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

⁸⁷ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 57.

recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado de das suas políticas”.⁸⁸

Luís Filgueiras aponta que o neoliberalismo tem como principais agentes as grandes corporações transnacionais, instituições financeiras multilaterais (FMI, BIRD, BID, OMC) e governos capitalistas centrais, como Estados Unidos, Alemanha e Japão. O autor argumenta que a doutrina neoliberal é regressiva em seus aspectos sociais, ao entender a regulação econômica como responsabilidade do mercado e a exclusão de grandes camadas e setores da população.⁸⁹ O autor também destaca que, a partir do final dos anos 70, o neoliberalismo tornou-se cartilha para a maioria dos governos ocidentais. Para o Filgueiras, “os seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de pensar a vida em sociedade”.⁹⁰

Armando Boito Jr., por sua vez, entende o neoliberalismo como um resgate do discurso sustentado pelo antigo liberalismo econômico, porém em um cenário de novos aspectos históricos. O autor assinala os principais pilares pregados pelo neoliberalismo: a rejeição agressiva à intervenção do Estado na economia, mesmo que isto se apresente de forma vaga neste discurso; a exaltação do mercado; a concorrência e a liberdade de iniciativa neoliberal.⁹¹ No entanto, para Boito Jr., o sistema capitalista contemporâneo é indissociável dos monopólios privados, bem como da intervenção do Estado na economia. Segundo o autor,

os governos neoliberais, a despeito do discurso doutrinário que os inspira, irão, então selecionar os setores e as atividades aos quais aplicarão os princípios doutrinários do neoliberalismo, criarão ainda novas áreas e novos tipos de intervenção do Estado na economia e, a despeito do discurso apologético da livre concorrência, estimularão a formação de novos monopólios. Esse processo configura, portanto, não uma simples redução da intervenção do Estado na economia. Pode-se falar numa redução, mas, ao mesmo tempo, ela é acompanhada de uma reformulação, do intervencionismo estatal.⁹²

⁸⁸ Segundo Sonia Draibe, o neoliberalismo “reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, reinventando o liberalismo, mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político [...]. Em segundo lugar, [...] vêm-se modificando no tempo [...]. Finalmente, [...] muitas das proposições atribuídas ao neoliberalismo não são efetivamente, monopólio daquela tendência [...]”. DRAIDE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, p. 86, 1993.

⁸⁹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 48.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 43.

⁹¹ BOITO JR, Armando. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã Editora, 1999, p. 23.

⁹² *Ibidem*, p. 28.

Boito Jr. destaca, ainda, que a ideologia neoliberal se aplica à atividade econômica do Estado, defendendo os processos de privatizações, abertura comercial e desregulamentação da economia e do mercado de trabalho. Para ele, este é o “tripé” da política neoliberal, assolando a política de bem-estar e os direitos sociais nos países adotantes desta doutrina.⁹³

Da mesma forma, ao entender o neoliberalismo como o início de uma nova fase no que diz respeito às relações entre Estado, capital e trabalho, André Guiot argumenta que a

desregulamentação, privatização e abertura econômica fazem parte da ortodoxia neoliberal no seu afã de destruir as bases do Estado intervencionista e de Bem-Estar. Trata-se de um “triplo ataque” ao campo do trabalho em especial, pois avança predatoriamente sobre os direitos sociais garantidos pela legislação e conquistados por intensas lutas dos próprios trabalhadores, ao mesmo tempo em que dilapida as estruturas econômicas e estruturais do capital financeiro.⁹⁴

Gérard Duménil e Dominique Lévy, por outro lado, definem o neoliberalismo como uma “configuração de poder”, marcado por um período de “nova hegemonia financeira”.⁹⁵ Para os autores, o neoliberalismo foi um golpe político que objetivou restaurar os privilégios e a riqueza da classe capitalista, diminuídos depois da crise econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial.

Perry Anderson defende que o neoliberalismo é uma doutrina “coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”.⁹⁶ Segundo o autor,

economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um

⁹³ Ibidem, p. 30.

⁹⁴ GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 50.

⁹⁵ DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Neoliberalismo – Neo-imperialismo. Economia e Sociedade*. Campinas, v. 16, n. 1 (29).

⁹⁶ ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 12.

predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia.⁹⁷

A teoria neoliberal encontra suas bases em duas principais escolas de pensamento econômico do século XX: a Escola Austríaca – pela qual se destaca o economista Friedrich August Von Hayek – e a Escola de Chicago, na qual se sobressai o nome de Milton Friedman.

Segundo Perry Anderson, a teoria neoliberal teria como texto de origem a obra *Caminho da Servidão*, escrita em 1944 por Hayek. Nela, o economista austríaco tece duras críticas contra o intervencionismo do Estado na economia, o que, em sua interpretação, ameaçava as liberdades econômicas e as políticas individuais. Souza e Lara destacam que os escritos de Hayek só ganham relevância na década de 1970, quando os efeitos da crise do modelo de Estado de Bem-estar Social assumem contornos mais nítidos. Segundo o autor,

Hayek (1990) ataca qualquer forma de intervenção do Estado na economia, e, afirma que o Estado liberal, é a melhor escolha e saída para uma sociedade harmônica. Suas formulações estão baseadas em suas próprias ideias, assumindo caráter ideológico e doutrinário. Seu objetivo foi resgatar aquilo que estava perdido, isto é, o liberalismo. Defende o mercado como a única instituição que respeita a primazia do indivíduo e a liberdade de escolha do mesmo. Adquire a forma de programa social que trabalha a favor da ordem capitalista na busca do consenso popular e da lapidação de consciências.⁹⁸

Segundo Filgueiras, o início da construção da hegemonia do neoliberalismo pelo mundo se deu no final dos anos 80, a partir da adoção desta doutrina pelos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan nos Estados Unidos. No entanto, o receituário neoliberal foi primeiramente implantado na América Latina, de forma pioneira pela ditadura chilena do general Augusto Pinochet.

Assim, o golpe de Estado assumido pelo general Pinochet possibilitou ao Chile, que passou a viver uma violenta ditadura, sob um contexto de repressão e de graves violações dos direitos humanos, que se tornasse um “laboratório” para as práticas neoliberais.

A política neoliberal chilena foi formulada e implementada pelos chamados “Chicago Boys”, jovens economistas chilenos que tiveram parte de sua formação acadêmica na Universidade de Chicago, com grande influência de Milton Friedman.

⁹⁷ Ibidem, p. 12.

⁹⁸ Ibidem, p. 6.

Esta política apresentou como características a abertura indiscriminada para as importações; a eliminação do controle dos preços; liberalização do mercado financeiro; redução do tamanho do setor público, através de privatizações; desarticulação dos movimentos sindicais e de esquerda; reforma tributária; e eliminação das restrições aduaneiras, entre outras características. Segundo Rafael Brandão,

o desfecho do processo de implantação do neoliberalismo no Chile foi desastroso. Em 1982, o desemprego superou 30%, os salários reais se reduziram drasticamente a ponto de, naquele ano, seus valores serem inferiores aos de 1970. O PIB caiu 14% e a produção industrial diminuiu 23%.⁹⁹

Apesar dos resultados negativos apresentados após a experiência neoliberal chilena, em 1979, o governo de Margareth Thatcher é eleito na Inglaterra, tornando-se “pioneiro e o mais puro” modelo, segundo Anderson, na adoção de um projeto político e econômico neoliberal no continente europeu. Como observa Immanuel Wallerstein, o governo Thatcher foi uma reação à crise vivida no final da década de 1970, associada à desintegração do consenso democrático que estava em vigor desde o contexto pós-guerra.¹⁰⁰

A Inglaterra assumiu um conservadorismo agressivo, envolvendo a tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-estar Social, de modo a beneficiar as classes dominantes na sociedade britânica, em detrimento da classe trabalhadora. Em seu programa neoliberal, contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos; aboliu as formas de controle sobre os fluxos financeiros; elevou níveis de desemprego em massa; reprimiu greves; adotou uma nova legislação anti-sindical e cortou gastos sociais; e lançou um amplo programa de privatizações.¹⁰¹

Um ano depois, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente nos Estados Unidos, marcando o início da política neoliberal no país norte-americano. Sob a justificativa de que o intervencionismo estatal em excesso criava problemas para o crescimento econômico, o governo Reagan adota uma política econômica que buscava ainda mais a diminuição da presença do Estado norte-americano na economia.¹⁰²

⁹⁹ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 50

¹⁰⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 61.

¹⁰¹ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 12.

¹⁰² BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 56.

Segundo Perry Anderson, a prioridade neoliberal imposta por Reagan eram os gastos militares e a competição militar com a União Soviética.¹⁰³ Conforme Anderson,

a partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.¹⁰⁴

Além dos altos gastos com a corrida armamentista, entre as características de destaque da política neoliberal adotada pelo governo Reagan estavam: a contenção de gastos públicos; redução dos impostos em favor dos ricos; o aumento das taxas de juros; desregulamentação da economia; controle sobre a emissão de moeda visando conter a inflação; a repressão a greves.

David Harvey associa este fato ao processo de reestruturação produtiva que tem início em meados dos anos 70, o que constituiu novas formas de organização do trabalho e da produção. Dentre estas transformações estão incluídas a polivalência dos operários; a produção denominada *just in time*; a horizontalização e terceirização da produção; e a flexibilização dos direitos trabalhistas.¹⁰⁵

No caso estadunidense, Fábio Gomes destaca que na década de 1980 ocorreu um grande disciplinamento do movimento operário nos Estados Unidos, reduzindo o número de greves. Segundo o autor, “a resposta de Reagan foi um claro sinal aos empresários para que reduzissem os salários e benefícios [...]. O custo do trabalho representava de 5% a 15% dos custos da produção, mas 75% dos esforços da empresa para redução dos salários”.¹⁰⁶

Como já mencionamos, nos anos 1980, importantes governos de diferentes partes do mundo passam a adotar o modelo neoliberal: na Alemanha sob o regime de Kohl, em 1982; em 1983, o Estado dinamarquês ficou sob o controle de uma coalizão de direita do governo Schlüter, seguido por quase todos os países do norte da Europa

¹⁰³ ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. Cit., p. 4.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 3.

¹⁰⁵ HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 34.

¹⁰⁶ GOMES, Fábio Guedes. Conflito Social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 2, 2006, p. 219.

ocidental – excetuando a Suécia e a Áustria. E ao final dos anos 80, com exceção do Japão, nos países integrantes da OCDE, triunfavam governos neoliberais.¹⁰⁷

O período entre 1989 e 1991, quando ocorre a queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, é também o período de triunfo do capitalismo neoliberal no Leste Europeu. Isto se dá com os governos de Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus na República Tcheca, que implementam reformas neoliberais, inclusive, de forma mais profunda do que na Europa Ocidental.¹⁰⁸

Na América Latina, até o final da década de 1980, Chile e Bolívia eram experiências isoladas na região. Como vimos, a década de 1970 promoveu o Chile como o “laboratório” dos países avançados ocidentais na implementação do neoliberalismo. A Bolívia, por sua vez, adota o receituário neoliberal em 1985, aplicado pelo presidente eleito Victor Paz Estenssoro.¹⁰⁹

Assim, segundo Perry Anderson, na América Latina ocorreu a terceira grande “cena neoliberal”, quando Salinas assume a presidência do México, em 1988; Menem chega ao poder em 1989, seguido da segunda presidência de Carlo Andrés Perez, na Venezuela. Soma-se a este direcionamento neoliberal na região, a eleição de Fujimori em 1990, no Peru.¹¹⁰

Quando analisamos a expansão do neoliberalismo na região da América Latina, devemos levar em consideração a década de 1980. Esta década foi marcada pela crise da dívida externa dos países da periferia – endividamento este que ocorre a partir de empréstimos oferecidos por bancos internacionais, entre os anos 1960 e 1970, a juros flutuantes, que resultaram em crescimento econômico de países destas regiões em paralelo ao crescimento de suas dívidas externas.¹¹¹ Foi também um momento no qual órgãos financeiros internacionais, especificamente o FMI e o Banco Mundial, ampliaram sua presença na região e impuseram medidas neoliberais como condições para os países devedores. Em contrapartida, o período foi marcado por planos e propostas que visavam a renegociação da dívida desses países em desenvolvimento, entre elas, o Plano Brady e o Consenso de Washington.

¹⁰⁷ ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo...* Op. Cit., p. 8.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 8.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 9.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 9.

¹¹¹ ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo: o neoliberalismo em questão (1989-2002)*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 19.

Segundo Julio César de Souza, além de se constituírem em planos que objetivavam a manutenção da ordem econômica vigente, uniam política e economia no intento de manter a hegemonia dos países centrais.¹¹² Para Christiane Laidler, a adoção do Consenso de Washington e a negociação da dívida pelo Plano Brady integrou a América Latina a um padrão liberal conservador, levando a região ao abandono do modelo nacional-desenvolvimentista.¹¹³

Este cenário é parte de um contexto de diversas ações e crises que se manifestam no plano internacional: a ruptura dos Estados Unidos com o acordo Bretton Wood, em 1971; o aumento das taxas de juros que estrangula os países devedores nos anos de 1973 e 1974; a primeira crise do petróleo (1973); o redirecionamento da economia, em 1979, sob o governo Carter, com o objetivo de liberação das taxas de juros e contenção da inflação, o que reforçou ainda mais a pressão sobre os países devedores, naquilo que serviria de base para a elaboração do “Consenso de Washington”.¹¹⁴

Em meio a esta conjuntura, durante os anos 1980, com o intuito de enquadrar a agenda política e econômica dos países periféricos, o Banco Mundial, junto ao FMI, passam a ter papel de destaque na orientação e condução das políticas econômicas latino-americanas. No entanto, segundo João Márcio Pereira, o papel destas instituições como credores principais em substituição a bancos particulares não teve resultados positivos, pois os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e pelo FMI não eram suficientes para pagar antigos empréstimos aos bancos particulares.¹¹⁵ Até porque, segundo Eric Toussaint, “a taxa de juro real paga pelos países da periferia era exorbitante: cerca de dezessete por cento ao longo da década de oitenta, contra apenas quatro por cento pagos pelos países mais industrializados”, fazendo com que endividamento dos países devedores aumentasse paulatinamente.¹¹⁶

Encarregado de propor uma estratégia para a gestão da dívida, Nicholas Brady, secretário do Tesouro norte-americano na gestão George Bush, em 1989, cria o

¹¹² SOUZA, Julio César Oliveira de. *Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019, p. 35.

¹¹³ LAIDLER, Christiane Vieira. *Retórica e Farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 127-128.

¹¹⁴ FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 193.

¹¹⁵ PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. 302 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 190.

¹¹⁶ TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial: el golpe de estado permanente*. Madri: El Viejo Topo, 2006, p. 196 apud PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como...* Op. cit., p. 190.

chamado Plano Brady. O Plano Brady apresentava como novidade a permissão e o estímulo ao Banco Mundial e o FMI a oferecerem garantias aos novos títulos com descontos emitidos pelos países endividados, propondo alongamento dos prazos e juros menores. Pereira afirma que o plano reconhece que a retomada do crescimento dos países endividados estava condicionado à redução da dívida.¹¹⁷ Porém, o Plano Brady propôs a renegociação da dívida externa dentro dos moldes neoliberais.¹¹⁸

O Consenso de Washington, por sua vez, deve ser entendido como produto de conclusões debatidas a partir de um encontro organizado pelo Instituto de Economia Internacional, em novembro de 1989, em Washington, capital dos Estados Unidos, no qual reuniram-se financeiras internacionais – FMI, Banco Mundial e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, além de funcionários do governo norte-americano.¹¹⁹

É importante salientar que a América Latina, neste contexto, vinha passando por uma crise econômica marcada por estagnação da economia, por altas taxas de inflação e o crescimento da dívida externa. Luiz Carlos Bresser-Pereira, futuro ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) no primeiro governo de FHC, ao analisar o Consenso de Washington, destaca as causas apontadas neste encontro para esta crise que ganhava espaço na região. Seriam elas:

a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público.¹²⁰

¹¹⁷ PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual...* Op. Cit. p, 190.

¹¹⁸ Christiane Laidler destaca que o Banco Mundial concedia novos recursos e empréstimos sob a condição da abertura econômica unilateral “o Plano Brady e o Banco Mundial introduziram a novidade da década de 1990 – o estrangulamento das contas externas via balança comercial deficitária. A nova fórmula garantiria a mesma transferência de recursos, uma vez que os países necessitariam de capitais externos os quais remunerariam com juros altos, mantendo a ciranda da transferência financeira, e também o mercado de realização de lucros da indústria exportadora. Além de exportadores de riqueza líquida, os países da América Latina entraram em processo de desindustrialização. [...] O Plano Brady, com sua consequente reabertura de fontes de novos financiamentos para a América Latina, conseguiu impor uma agenda de concessões permanentes em troca de recursos financeiros transitórios”. LAIDLER, Christiane Vieira. *Retórica e Farsa...* Op. Cit., p.131-132.

¹¹⁹ BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*, p. 5.

¹²⁰ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal*, 1991, p. 6.

Decorre dessas conclusões um “consenso” acerca das medidas e reformas que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina. São dez os pontos recomendados a esta região:

1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar os seus gastos à arrecadação, buscando eliminar o déficit público e estabelecendo um superávit primário para o pagamento da dívida externa; 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura, redirecionando recursos para a manutenção da máquina administrativa e subsídios para setores com maior retorno econômico; 3) Reforma Tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária; 4) Liberalização financeira, com a eliminação das restrições que impedem as instituições financeiras internacionais de atuarem em igualdade com instituições nacionais nos mercados locais, além do afastamento do Estado do setor financeiro e do estabelecimento de taxas de juros reais positivas direcionadas para o mercado; 5) Taxa de câmbio competitiva, para estimular um crescimento rápido na exportação de setores não tradicionais; 6) Abertura do comércio exterior, com a redução das alíquotas de importação para a inserção em uma “economia globalizada”; 7) Eliminação das restrições ao capital estrangeiro, permitindo assim, investimentos sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED); 8) Privatização com a transferência de empresas estatais para o capital privado (nacional e estrangeiro); 9) Desregulamentação da Economia, com a redução da legislação de controle sobre o processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Direito à propriedade intelectual.¹²¹

Para a região da América Latina, o Consenso de Washington representou uma mudança de poder na América Latina, tanto interna como externamente. As suas recomendações redesenharam o prestígio econômico e político dos atores sociais, o que resultou em novas articulações entre a burguesia local e as forças da globalização financeira. Segundo, João Márcio Pereira,

em nome da racionalidade técnica e da observância dos cânones macroeconômicos, esse processo levou, gradativamente, à consolidação de um bloco de poder distinto daquele que havia comandado o estilo de desenvolvimento anterior, ao privilegiar os setores econômicos exportadores, aumentar o grau de mercantilização da vida social e atacar os direitos sociais e o mundo do trabalho. Os programas de ajustamento estrutural [...] e implementados com a nova agenda alimentaram essa configuração, ao funcionarem como “correias de transmissão” da liberalização econômica e da reforma do Estado em quase toda a periferia.¹²²

¹²¹ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., 2019, p. 61.

¹²² *Ibidem*.

No final dos anos de 1980 e início da década de 90, diversos países da América Latina iniciaram as propostas então recomendadas pelo Consenso de Washington.¹²³

Assim,

a década de 1990, por sua vez, é o marco da adoção de uma nova estratégia ou concepção de uma política econômica voltada para a abertura do mercado global, muito mais por necessidade do que por convicção. Ou seja, determinada mais pelas intervenções do FMI e pelas diretrizes sistematizadas do Consenso de Washington do que pela formulação de estratégias nacionais e integração ou pela opção democrática dos povos. A política de curto prazo já havia se estabelecido como norma mesmo antes da democratização em razão do desequilíbrio permanente causado pela crise da dívida. A sequência foi a adoção de um programa coerente de reformas, ao longo da década, que parecia menos conjuntural porque se anunciava estruturante para novas bases econômicas que supostamente garantiriam estabilidade.¹²⁴

No Brasil, apesar de algumas destas recomendações já serem adotadas desde o fim da ditadura sob o governo Figueiredo, o modelo neoliberal e as privatizações recomendadas naquele encontro tornam-se políticas de Estado a partir dos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou ainda mais as reformas do Estado alinhadas ao projeto neoliberal, que conquistava a hegemonia.

1.2- FHC e a consolidação da agenda neoliberal no Brasil

André Guiot, em pesquisa sobre a trajetória do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), entre os anos de 1988 e 2002, aponta que o partido exerceu a função de “moderno príncipe” da burguesia brasileira “na medida em que se imbuí do desafio de unificar os diversos setores do capital”, seja por meio de seus programas partidários ou inseridos na sociedade civil.¹²⁵ Segundo o autor,

assim, no contexto da redemocratização na década de 80, o PSDB traz nuances significativas que, em seu aprimoramento, o faz credenciar-se como um “moderno príncipe” alterado, [...] voltado para a organização e unificação das frações das classes brasileiras em torno de um projeto de contra-reforma moral e intelectual neoliberal [...].¹²⁶

¹²³ Entre eles: Carlos Menem (Argentina), Carlos Salinas (México), Carlos Perez (Venezuela), Alberto Fujimori (Peru).

¹²⁴ LAIDLER, Christiane Vieira. *Retórica e Farsa...* Op. Cit, p. 128.

¹²⁵ GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 14.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 29-30.

Ao referir-se ao termo “moderno príncipe”, Guiot faz menção à compreensão que o pensador italiano Antonio Gramsci tem acerca dos partidos políticos a partir de suas leituras da obra de Maquiavel. Assim, afirma Guiot que,

Gramsci compreende o “*moderno príncipe*” – o partido político – como sendo um organismo social que, nos dias atuais, é capaz de superar os momentos “egoístico-passionais” das classes subalternas através da formação de uma *vontade coletiva nacional-popular*, com vistas a traduzir e colocar em prática suas aspirações e interesses, tornando-se *classe nacional*.¹²⁷

O PSDB foi criado durante a Assembleia Nacional Constituinte, no ano de 1988, como resultado da cisão de parlamentares do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Olavo Furtado aponta que, em sua composição, o PSDB tornou-se a terceira maior bancada no parlamento, perdendo as primeiras posições apenas para o próprio PMDB e para o Partido da Frente Liberal (PFL).¹²⁸

Celso Roma, por sua vez, destaca que o PSDB nasceu tendo em sua composição políticos influentes no cenário político nacional.¹²⁹ Ao analisar os motivos que levaram estes parlamentares a fundar o partido, Roma expõe duas interpretações: a de caráter ideológico e a de caráter “pragmático-eleitoral”.

A primeira explicação, que enfatiza os aspectos ideológicos, apontam que a cisão dentro do PMDB e que levaria à criação do PSDB deu-se por três questões, basicamente: 1) as discordâncias internas do PMDB durante a Assembleia Nacional Constituinte; 2) a influência e predomínio de grupos “quercistas” em São Paulo, que disputavam posição de poder no interior do PMDB, minando posições de atuação de outros políticos; e 3) as divergências acerca das alianças com partidos de direita, destacando-se a aliança entre o PMDB paulista, políticos conservadores do PFL e Jânio Quadros, então prefeito de São Paulo, em torno da candidatura de João Leiva para o cargo de prefeito da cidade.

Guiot complementa aquela análise acrescentando que outras questões de caráter ideológico dentro do PMDB levaram à divisão. Entre elas está o que o autor chama de “crise orgânica” do partido – a insatisfação popular em relação à figura do presidente

¹²⁷ Ibidem, p. 27.

¹²⁸ Segundo o autor, “por volta de 47 dos 559 constituintes estavam agregados ou acabaram agregando-se ao novo partido. Dos deputados federais formadores do PSDB, 39 eram do PMDB, 4 do PFL, 1 do PDT, 1 do PC do B e 1 do PSC”. FURTADO, Olavo. *Trajetos e Perspectivas Social-Democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, p. 109.

¹²⁹ ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 14, p. 2.

Sarney e do partido do governo – e o uso da máquina pública pelo presidente com o objetivo de beneficiar seus aliados e manipular a Constituinte.¹³⁰ Assim, “os grupos que fundariam o PSDB queriam ter uma imagem limpa frente à opinião pública, credenciando-se como uma força capaz de se colocar como ‘alternativa’ frente aos partidos de esquerda, notadamente o PT”.¹³¹

A segunda interpretação apontada por Roma para justificar a criação do PSDB é de cunho “pragmático-eleitoral”. Segundo o autor, a divisão tem uma motivação de cunho estratégico, pois, como argumenta, deputados federais e senadores acreditavam que a única forma viável de obter cargos em nível federal seria por meio de outro partido, beneficiando-se, claro, do capital político alcançado junto ao PMDB. Roma elenca três elementos que deram fundamento a este pensamento: 1) o pouco espaço político dado aos futuros fundadores do PSDB no governo Sarney; 2) a exclusão destes políticos no processo sucessório à presidência da República e 3) a abertura de um mercado de eleitores de centro.

Em relação a este mercado de eleitores, Guiot destaca que assim,

o PSDB ocupa um “brecha” deixada pelas forças políticas presentes neste contexto. [...] é um partido altamente intelectualizado, sem qualquer vínculo com a classe trabalhadora e que procura credenciar-se duplamente: como os melhores e mais competentes gestores do capital e como os que sabem como reduzir o sofrimento popular, via plenitude liberal (“desenvolvimento econômico”) e via sociedade civil [...]. seu perfil os credencia, facilita e auxilia a penetrar na “brecha” existente, buscando um mercado eleitoral através de uma atuação pragmática capaz de acenar claramente aos setores empresariais com um projeto de cunho “modernizador” e, ao mesmo tempo, às classes médias preocupadas com a ascensão dos movimentos sociais.¹³²

Em sua pesquisa, Guiot busca afirmar que – em conformidade com a ideia de que o partido é um mediador entre as esferas civil e estatal e sintetizador de um “bloco histórico” – o PSDB, sob o exame de sua composição social e dos lugares sociais que ocupam os dirigentes do partido, compõe um novo “bloco histórico” e coloca-se como mediador entre o projeto político e econômico neoliberal.¹³³ Assim, o autor destaca que,

ligados organicamente ao grande capital industrial, comercial e financeiro, o PSDB revela seu caráter de classe [...] cumpre o papel organizativo e unificador das frações das classes dominantes.

¹³⁰ GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira...* Op. Cit., p. 68.

¹³¹ *Ibidem*, p. 68.

¹³² GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira...* Op. Cit., p. 70

¹³³ *Ibidem*, p. 30.

O PSDB trouxe, desde a sua fundação, propostas que buscavam um projeto de ‘modernização’ capaz de unificar as frações da classe dominante, que atravessavam uma crise orgânica durante toda a década de 80. A chegada do partido ao aparelho estatal com a eleição de FHC em 1994 representou, definitivamente, a implantação de um projeto que aspirava contemplar as premissas dos setores dominante, aglutinando-os. [...]

PSDB tornou-se historicamente necessário na medida em que as condições de seu triunfo, de seu inevitável tornar-se Estado [estavam] pelo menos em vias de formação e [deixavam] prever normalmente seus novos desenvolvimentos. Significou o avanço do projeto liberal-corporativo, formulado em várias organizações das classes dominantes, para contrapor-se ao modelo de democracia de massas, de cunho redistributivista, almejado pelas organizações dos setores populares, notadamente a CUT e o PT.¹³⁴

O autor ainda sustenta a tese de que o PSDB, já em seu nascimento, caminhava em paralelo aos ideias do neoliberalismo, o que já estava evidente em seu programa de diretrizes básicas lançado em 1988.¹³⁵ Cabe ressaltar que este programa foi escrito por Fernando Henrique Cardoso em conjunto com José Serra, em que caracterizam o Estado “por sua organicidade ‘paternalista’, ‘patrimonialista’, de ‘natureza cartorial’, tragado por práticas ‘clientelistas e fisiológicas’”.¹³⁶ Assim, como argumenta Guiot, o PSDB assume a função de veículo das contrarreformas do Estado em prol do capital financeiro elaborando propostas contra aquilo que entende como os problemas da esfera estatal.

O PSDB propõe, então, a “valorização da eficiência”, ou seja, o “afastamento dos interesses privados e corporativos incrustados na administração pública” e a “racionalização”, buscando o desmonte das funções públicas estatais e a privatização. Como destaca Guiot, isto significaria “livrar o Estado das amarras burocráticas, corporativistas e clientelistas, [...] o cumprimento de um programa de reformas capaz de, por um lado, tornar ‘públicas’ e ‘transparentes’ as ações do Estado [...]”.¹³⁷ Ainda conforme o autor,

o Estado assume nessas formulações iniciais do ideário peessedebista um papel distinto: nas suas funções macroeconômicas, deixaria de ser o principal agente da poupança forçada e da acumulação de capital [...] e se restringiria a planejar e executar mecanismos que sustentem um novo padrão de acumulação capitalista. Já na área social se destinaria a complementar o mercado, isto é, organizar e gerenciar uma rede de serviços básicos ao atendimento das demandas fundamentais da população no qual deixaria de lado seu papel de produtor de bens e serviços públicos. Os investimentos

¹³⁴ Ibidem, p. 30 -31.

¹³⁵ PSDB. *Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)*. Brasília: 1989.

¹³⁶ GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira...* Op. Cit., p. 118.

¹³⁷ Ibidem, p. 120.

privados, a ação concorrencial do mercado e as formas de organização da sociedade civil indicavam, neste ideário, a forma e o conteúdo de um novo [...] projeto de recomposição da obtenção do consenso no Brasil.¹³⁸

Outro aspecto a ser destaca na pesquisa desenvolvida por Guiot refere-se ao argumento de que a trajetória dos dirigentes do PSDB, além de seus lugares sociais, é reveladora dos projetos de classe refletidos no partido, sejam essas trajetórias inseridas em organizações internacionais, na esfera financeira, estatal ou mesmo em entidades de doutrinação, divulgação e formulação.¹³⁹

Assim, entendemos ser importante uma análise da trajetória política e intelectual de FHC. Nesse sentido, procuramos definir sua eleição, em 1994, como significativa para a consolidação do ajuste neoliberal no Brasil.

Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, em junho de 1931, filho de Leônidas Fernandes Cardoso e de Naíde Silva Cardoso. Criado dentro de uma família integrada por muitos militares e envolvida ativamente com a política brasileira, aos doze anos de idade, entrou para o Colégio São Paulo e, aos dezessete começou a atuar na política estudantil.¹⁴⁰

Em 1949, iniciou seus estudos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Tendo importantes professores franceses e ainda professores que pertenciam à primeira geração de sociólogos brasileiros, lecionou aos vinte e um anos a disciplina de História Econômica Geral e do Brasil na Faculdade de Economia na USP. Em 1953, especializou-se em Sociologia e tornou-se, na USP, auxiliar de Roger Baptiste.

Durante a campanha pela nacionalização do petróleo no Brasil, FHC exerceu a função de tesoureiro de um dos grupos de apoio envolvidos na campanha. Ainda na década de 50, tornou-se o mais jovem membro do Conselho Universitário da USP e passou a ser assistente de Florestan Fernandes, que havia assumido a cátedra de Sociologia da USP.

Na década de 60, já doutor em Ciências Sociais, integrou a direção do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), fundado na USP por Florestan Fernandes e Alain Touraine, sociólogo francês. Durante o curso de pós-graduação no Laboratoire de

¹³⁸ Ibidem, p. 121-122.

¹³⁹ Ibidem, p. 71.

¹⁴⁰ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

Sociologie Industrielle da Universidade de Paris, iniciou a redação de sua tese defendida na USP, intitulada *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.

Com a ascensão ao poder dos militares em 1964, Fernando Henrique Cardoso foi perseguido pelo regime, acusado de “comunista” por suas aulas e ideias defendidas. No mesmo ano, na Argentina, foi convidado para trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da Organização das Nações Unidas, sediado em Santiago. Na capital chilena, lecionou no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), tornou-se diretor-adjunto da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) e das faculdades de Sociologia e de Ciências Econômicas do Chile.¹⁴¹

Ainda na década de 1960 e atuando no Cepal, junto ao sociólogo Enzo Faletto, elaborou a chamada “teoria da dependência”, desenvolvida no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, no qual defendem a tese de que os investimentos estrangeiros não eram obstáculos ao desenvolvimento dos países atrasados da América Latina, mas uma alavanca.

Em 1968, após ser revogada sua ordem de prisão, FHC retornou a São Paulo. No mesmo ano, foi um dos professores da USP aposentado compulsoriamente pelo AI-5. Assim, sendo impedido de lecionar em instituições públicas, no ano seguinte, foi um dos fundadores o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Em 1976 foi eleito para o conselho superior da Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica (Cieplan), sediada em Santiago do Chile. Em 1977, quando lançou *Amazônia: expansão do capitalismo* junto a G. Muller, tornou-se membro do Conselho Acadêmico do Latin American Program do Wilson Center, em Washington. Em 1978, foi eleito vice-presidente da International Sociological Association (ISA), com sede em Ottawa (Canadá), e recebeu o *honoris causa degree of doctor of laws* da State University of New Jersey (EUA). Ainda em 1978, começou a participar ativamente das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que tinha o objetivo de ser um ativo fórum de debates políticos.

Mesmo sob o impedimento de atuar em instituições e cargos públicos, FHC filiou-se ao MDB para que pudesse se candidatar ao Senado nas eleições de 1978, tendo recebido o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Igreja Católica de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, presidido por Luís

¹⁴¹ Ibidem.

Inácio Lula da Silva. Antes de encerrar sua campanha, o Supremo Tribunal Federal (STF) devolveu seus direitos políticos e, em 15 de novembro de 1978, FHC foi o segundo candidato a senador mais votado, obtendo a condição de suplente de Franco Montoro. Em 1979, foi eleito vice-presidente do MDB e, no mesmo ano, com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual se tornou vice-presidente na seção paulista.

Em março de 1983, quando Franco Matoro tomou posse como governador de São Paulo, FHC assumiu a cadeira no Senado. Durante seu mandato, tornou-se membro das comissões de Economia, Educação e Cultura e de Legislação Social. Foi ainda eleito presidente do PMDB paulista e, em 1985 – já com Tancredo Neves eleito presidente –, passou à função de líder do governo no Congresso, tendo como tarefa promover as negociações entre os partidos acerca das reformas constitucionais que seriam propostas do governo da Nova República.

Em 1985, FHC anunciou sua candidatura à prefeitura de São Paulo, recebendo o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No entanto, mesmo permanecendo líder das pesquisas de intenção de voto até quase o fim da campanha, perderia a eleição para Jânio Quadros. Ainda no mesmo ano, candidatou-se novamente ao Senado e, tendo sido o PMDB beneficiado pelos resultados positivos do Plano Cruzado lançado pelo governo Sarney, acabou eleito. Assim, assumiu, em 1987, a liderança do PMDB no Senado.

Divergindo do PMDB em muitas questões, principalmente no que se referia à participação no governo Sarney, FHC rompeu com o partido. Em junho de 1988, renunciou à liderança do PMDB no Senado e, um mês depois, junto com outros 102 dissidentes do partido, fundou o PSDB, tendo como liderança Mário Covas.

Durante a presidência de Fernando Collor de Mello, FHC aproximou-se do novo presidente, que apresentava um projeto de modernização da economia, de privatização e abertura para o exterior. Contudo, o governo Collor, acusado de comandar um esquema de corrupção e desvio de verbas públicas, entrou em crise. Fernando Henrique Cardoso então aproximou-se do vice-presidente Itamar Franco, visando a oportunidade de manter o projeto político e econômico do governo Collor.

Com um novo governo que se formava após o impeachment de Collor, Fernando Henrique Cardoso foi indicado ao cargo de ministro das Relações Exteriores, com o objetivo de modificar a imagem do Brasil no exterior.

Em abril de 1993, as campanhas eleitorais haviam começado e Fernando Henrique teve sua candidatura lançada pelo PSDB. Já em maio, FHC, depois de recusar assumir o Ministério do Planejamento, foi nomeado para o cargo de ministro da Fazenda.

Segundo FHC, o problema inflacionário devia-se à crise do Estado. A solução, então, seria a sua reforma, reduzindo gastos públicos. Assim, em julho, anunciou o Plano de Ação Imediata (PAI), propondo cortes que chegavam a seis bilhões de dólares do orçamento da União para o ano de 1993. Esses cortes atingiram a Educação, com 25%; Saúde e Bem-Estar Social, com 43%; Integração Regional, com 31%; além da aceleração e ampliação das privatizações, através da adoção do Programa Nacional de Desestatização.¹⁴²

Em dezembro, Fernando Henrique anunciou no Congresso o que seria o novo programa econômico do governo, destacando-se o ajuste fiscal, através de cortes de gastos públicos, e a preparação de uma nova moeda antecedida pela Unidade Real de Valor (URV). A proposta não foi recebida de forma positiva pelos parlamentares, que acusaram o governo de não ter negociado tais decisões econômicas com os partidos. Além disso, esse plano foi julgado como plataforma de candidatura à presidência de FHC. No dia 1º de março de 1994, no entanto, a URV é implementada.

Ao final do mês de março de 1994, FHC afastou-se do Ministério da Fazenda, entregando a pasta a Rubens Ricupero, e retornou ao Senado para poder disputar o cargo de presidente da República nas eleições de outubro daquele ano. Em sua campanha deu destaque às privatizações e à extinção do monopólio de serviços públicos, além das propostas das reformas fiscal, administrativa e previdenciária.

Quando lançado a campanha presidencial, as pesquisas de opinião apontavam o favoritismo de Lula. Contudo, o lançamento do Real foi antecipado para 1º de julho e, após 15 dias de sua implantação,

[...] já era flagrante a queda vertiginosa da inflação. Alguns dos segmentos mais pobres da população se atreveram a incrementar suas compras, provocando uma corrida ao crediário, apesar da manutenção das taxas de juros em patamares muito altos. A ampliação das vendas aumentou as encomendas à indústria, que elevou a produção. [...].¹⁴³

¹⁴² Por meio de leilões que despertaram intensos protestos de grupos opositores, foram privatizadas as subsidiárias da Petrobras e as seguintes siderúrgicas: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Aço Minas Gerais (Açominas). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

¹⁴³ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

FHC utilizou o sucesso inicial do Plano Real para alavancar sua campanha. Para Barbosa e Silva, é indiscutível que a vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994 tenha relação com o sucesso inicial do Plano Real.¹⁴⁴ Em 3 de outubro de 1994, FHC venceu a eleição presidencial, ainda no primeiro turno, com uma grande vantagem de votos: 54,3% dos votos (34.376.367 votos, em números absolutos), contra 27% dados a Lula.¹⁴⁵

Percebemos a partir da biografia de FHC sua atuação em organizações públicas e privadas que Guiot chama de “Entidade de Formulação, Doutrinação e Divulgação”, ou seja, lugares sociais que tem como objetivo a formação intelectual e moral dos pares das lideranças do PSDB.¹⁴⁶

Isso nos mostra que os dirigentes do formam o Estado-Maior do PSDB atuam em entidades [...] para se qualificarem como formuladores atentos a todas as áreas de interesses e/ou aspirações do capital. Os variados *lugares sociais* em que estão presentes nos dão uma ideia de uma rede de sociabilidade comum a eles, apontando para introjeção de valores, códigos, modelos de ver, perceber e atuar [...]. Difícil é não reconhecer que o *staff* dirigente peessedebista, através de seus lugares sociais exposta acima, não comungam de um *habitus* pertencente a setores intelectualizados apostos como subalternos às classes e frações de classes dominantes [...].¹⁴⁷

Para o Guiot, são três as fases políticas e ideológicas de determinação neoliberal no partido. A primeira data do período da fundação do PSDB, 1988 a 1994, quando temos a formação e conformação da ideologia neoliberal, período também no qual o PSDB se preparou para “ser o agente da consolidação de uma nova vontade coletiva, exercendo o poder de mediação entre os organismos e institutos das várias frações das classes dominantes na articulação e conformação de um novo bloco histórico burguês no pós-94”.¹⁴⁸ A segunda fase se dá no primeiro governo FHC (1994-1998), quando há a implantação das bases neoliberais; e, por último, a terceira fase ocorre através da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, quando há o refinamento, aprofundamento e ampliação de um projeto hegemônico neoliberal.

¹⁴⁴ SILVA, Leonardo Barbosa e. *O Governo Lula e a agenda dos anos 90 – ambiguidade na política administrativa*. 218 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara, 2008.

¹⁴⁵ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

¹⁴⁶ Dentre tais entidades podemos citar as Universidades e Centros de Pesquisa Estrangeiros, Universidades Brasileiras, Associações da Sociedade Civil Corporativas (Sindicatos Patronais), Associação da Sociedade Civil e Associações e Agências Internacionais. GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira...* Op. Cit., p. 86.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 87.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 132.

Acerca do significado da posse de Fernando Henrique Cardoso, Guiot defende o argumento de que,

o projeto trazido pelo PSDB se coadunava com as aspirações dos setores empresariais que desejavam a estabilidade econômica e a continuidade da política neoliberal iniciada por Collor (mas com os ajustes necessários), bem como a pacificação dos movimentos sociais, principalmente dos sindicatos. Desde o começo da década de 1980, as classes dominantes encontravam-se numa situação de “crise orgânica”. O PSDB foi capaz de ser o *condottiere*, “o moderno príncipe” da burguesia brasileira, na medida em que dispensou esforços para superar a crise de hegemonia através de um movimento centrípeto, que Guiot as classes dominantes a um porto seguro. FHC foi a personificação, o príncipe de um programa de refundação do Estado capaz de unificar as diferentes frações da burguesia.¹⁴⁹

O primeiro governo FHC (1995-1998) foi marcado por um conjunto de medidas orientadas pelo receituário neoliberal, em que se destacavam, como já mencionamos, a estabilização monetária e as reformas constitucionais.¹⁵⁰

O processo de execução do plano de estabilização teve grande sucesso no controle da inflação no Brasil. Em 1993, quando o Plano Real foi lançado, a inflação alcançava quatro dígitos, chegando a 1.500%.¹⁵¹ Nos anos que se seguem ao lançamento do plano, a inflação chegou a níveis baixíssimos, apresentando apenas dois dígitos em 1995.

Abruccio e Couto nomeiam este período de “era do Real” e, assim como outras bibliografias que abordam os governos FHC e suas significações, declaram que foi o êxito do Plano Real que proporcionou a vitória de FHC ainda no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994.¹⁵² No entanto, os resultados do Real garantiram mais do que a vitória eleitoral de Cardoso:

[...] teve significado de uma “conjuntura crítica”, isto é, de uma grande mudança na posição relativa dos atores políticos e sociais em relação aos instrumentos de poder e às preferências. A essa mudança na situação dos agentes somou-se a capacidade do presidente [...] de montar e manter por um bom tempo uma coalizão capaz de fazer alterações na antiga estrutura, segundo os objetivos determinados por FHC.¹⁵³

¹⁴⁹ Ibidem, p. 137.

¹⁵⁰ ABRUCIO, Fernando; COUTO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. *Revista Tempo Social*, 2003, p. 275.

¹⁵¹ BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines. Notas de análise sobre a era FHC (1994-2002). *Revista Tópos*, vol. 1 (1), 2007.

¹⁵² ABRUCIO, Fernando; COUTO, Fernando. O segundo governo FHC... Op. cit., p. 275.

¹⁵³ Ibidem, p. 276.

No que diz respeito à coalizão em torno do governo, Fernando Henrique Cardoso garantiu a maioria do apoio parlamentar, chegando a quase 75% dos deputados na Câmara. Destaca-se, em um primeiro momento, a aliança entre o PSDB e PFL, partidos formadores da chapa presidencial, acrescidos da coligação eleitoral formada com o PTB. Mais tarde, a esta mesma coligação aderiram o PMDB e o PPB.¹⁵⁴

O presidente e sua ampla base de apoio nas casas parlamentares conseguiram aprovar nos primeiros anos de governo as reformas que eram consenso entre os atores políticos e econômicos, sobretudo do capital financeiro.

Couto e Abrucio destacam que as primeiras PECs aprovadas durante o primeiro governo FHC atendiam aos interesses de desregulamentação dos mercados e da abertura da economia, além da desestatização.¹⁵⁵ Cabe destacar que a reedição do Plano Nacional de Desestatização (PND), ainda no primeiro ano do governo, aprofunda o processo de desestatização de empresas estatais. As privatizações dos setores de telecomunicação e dos bancos estaduais, como o Banespa, em São Paulo, e o Banerj, no Rio de Janeiro e as reformas administrativa e previdenciária foram aprovadas no último ano do primeiro mandato.

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e sua política econômica ficaram sujeitos ainda às turbulências internacionais, fazendo com que o Brasil sofresse com os reflexos das crises econômicas. Segundo Filgueiras, as reformas constitucionais e o plano de estabilidade brasileiro, relacionados com o Plano Real tornaram o país muito frágil às conjunturas econômicas externas, sofrendo os impactos das crises cambiais de outros países (México, Rússia, etc.), fazendo com houvesse uma explosão do endividamento.¹⁵⁶ Segundo Abrucio e Couto,

podemos assim compreender o porquê da explosão da dívida interna, que sai do patamar de R\$108,6 bilhões em janeiro de 1995 para R\$328,7 bilhões em dezembro de 1998, um aumento de 202,63%. [...] a dívida líquida consolidada do setor público era no início do período de 20,77% do PIB, atingindo 35,5% ao final [...]. As reservas internacionais também começavam a diminuir, um sintoma da desconfiança cada vez maior dos investidores. [...] [Em] decorrência da continuidade do cenário tormentoso, que obrigou o governo brasileira a negociar um novo acordo com o FMI, com vistas a sanar suas dificuldades com o balanço dos pagamentos.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Ibidem, p. 276.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 277.

¹⁵⁶ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. Cit., p. 34.

¹⁵⁷ ABRUCIO, Fernando; COUTO, Fernando. *O segundo governo FHC...* Op. Cit., p. 13.

Cabe acrescentar aqui a aproximação do governo FHC com as principais características que apresentadas pelos governos neoliberais de Thatcher e Reagan, que também mobilizavam estratégias repressivas contra as classes trabalhadoras.

Um exemplo desta repressão é o que se dá contra a greve dos petroleiros, que ocorreu entre maio e junho de 1995. A greve tinha como principais causas o arrocho salarial que a categoria sofria desde o governo Collor e o embate contra a privatização do monopólio estatal do petróleo. A repressão ao movimento, que já resultava em um desabastecimento progressivo, chegou a envolver o Exército e a Polícia Federal contra os manifestantes, militarizando o conflito. Segundo Miranda, este nível da força nunca tinha sido visto desde a ditadura. A inexistência de um diálogo entre FHC e manifestantes e a incapacidade de negociação tornaram-se enfáticas neste evento.¹⁵⁸ Segundo Ricardo Antunes, FHC “parecia conciliador na aparência, mas, na realidade, tem se mostrado truculento na essência. Dócil e cordato para os interesses da ordem e bravo e mesmo selvagem para os que vivem do trabalho”.¹⁵⁹

Segundo José Netto, todas estas ações do governo FHC tinham como objetivo inviabilizar a Constituição de 1988. Isto ocorre porque esta Carta consagrou um pacto social, em que foram reconhecidos direitos civis, políticos e sociais, a justiça social, equidade e universalidade.¹⁶⁰

No entanto, a conquista da promulgação desta Constituição coincidiu com a legitimação da ideologia neoliberal, que colocava em questão os mecanismos daquele documento e opunha a ele os setores ligados ao capital, para os quais a Constituição de 1988 “equivale, no plano econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social capazes de contrarrestar as práticas de manipulação política mais grosseiras”.¹⁶¹ Desta forma, fizeram de tudo para desqualificá-la, começando com a eleição de Fernando Collor de Mello.

Barbosa e Silva observam que,

¹⁵⁸ MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica: a aprovação da Emenda da Reeleição no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015, p. 194.

¹⁵⁹ ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 36.

¹⁶⁰ NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 77.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 78.

a partir do governo Collor, as bases para um contra-ataque aos avanços representados pela Constituição de 1988 estavam, no entanto, lançadas. O ajuste fiscal, as privatizações, a ênfase no controle inflacionário e a responsabilização do Estado pela crise aparecem como pilares erguidos num ambiente confuso e conflituoso. Mas eles resistiram aos ventos que derrubaram o presidente [...] A posse de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995 é carregada de significações. Representa o ajuste e a organização do projeto liberalizante em solo brasileiro.¹⁶²

Para Netto, o governo de FHC consolidou o projeto político do grande capital, uma vez que,

vitorioso no primeiro turno, FHC rapidamente deu efetividade ao projeto político do grande capital: sua base parlamentar; articulada fisiologicamente e reunindo velhas e novas oligarquias, garantiu-lhe precisamente a inviabilização do projeto social contido na Constituição de 1988 – sob o pretexto da “modernização do país”, do “ingresso no Primeiro Mundo” [...], e sustentado por uma unanimidade da mídia que nem a ditadura forçadamente obteve, o primeiro governo FHC operou eficientemente contra a alternativa social proposta na Constituição [...] dando forma a uma revisão constitucional que acabou por retirar da Carta elementos fundamentais (neste sentido, a reforma da previdência é emblemática).¹⁶³

1.3- A aprovação da PEC da reeleição:

Os anos de 1990 e 2000 foram as décadas da reeleição da América Latina, quando o direito a mais um mandato do chefe do Executivo acabou se espalhando por diversos países da região. Como destaca Victor Miranda, isto de se deu a partir de mudanças do sistema político destes países, de reformas constitucionais:

[...] se percebe que a questão do direito à reeleição de um Presidente que ao mesmo tempo figura como chefe de Estado e de governo é tema sensível para todo o continente americano, inclusive para o Brasil. A primeira consideração a ser feita diz respeito à superação da perda das liberdades democráticas com a queda em série das ditaduras latino-americanas, ocorrida entre o final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980.

A política e os princípios liberais estiveram presentes no referido contexto. A queda de governos comandados por juntas militares ou por ditadores isolados, ocorrida na Nicarágua (1979), no Peru (1980), na Bolívia (1982), na Argentina (1983), no Panamá (1984), no Uruguai (1985), no Brasil (1985), em Honduras (1986), no Paraguai (1989) e no Chile (1990) demonstra que rearranjos institucionais estiveram em curso nesses países. Na perspectiva de Serrafiero, a combinação desses eventos da “década perdida” com regimes emergentes e a hegemonia doutrinária do neoliberalismo proporcionou o processamento de reformas que certamente viriam a impactar o restante do continente nos anos 1990.

A combinação entre longos regimes autoritários e a expansão da influência dos EUA justifica a tendência à incorporação do instituto da reeleição por

¹⁶² SILVA, Leonardo Barbosa e. *O Governo Lula e a agenda...* Op. Cit., p. 54..

¹⁶³ NETTO, José Paulo. *FHC e a política social...* Op. Cit. p, 79.

grupos políticos distintos. Este *modus operandi* foi adotado pela direita e pelas esquerdas, emulando um preceito normativo dos EUA, seja para aderir ao ideário de livre-mercado propulsionado por Washington, seja para resistir a ele.¹⁶⁴

Reeleições ocorreram no Peru em 1993, na Argentina em 1994, no Brasil em 1997, na Venezuela em 1999, na Colômbia em 2004, no Equador em 2008, na Bolívia em 2009 e na Nicarágua em 2014.

Para Miranda, ao analisarmos o processo de aprovação da emenda constitucional da reeleição no caso brasileiro, devemos considerar que este direito concedido ao chefe executivo está situado em um sistema de governo presidencialista, no qual as interações políticas encarregam ao Presidente o senso de autoridade e força máximas na definição de uma agenda político-administrativa, mesmo diante de um modelo denominado *presidencialismo de coalizão*.¹⁶⁵

Seguindo a mesma linha de pensamento, Kelly Soares aponta que a proibição de reeleição dos chefes do Executivo é uma característica brasileira desde a instalação da República no Brasil, e que foi mantido na promulgação da Constituição Federal de 1988, para impedir que tais governantes utilizassem o controle do Estado para se perpetuarem no poder. Este argumento é destacado pelos críticos da PEC da reeleição, que afirmavam que a aprovação desta emenda feria o princípio da democracia. Segundo Soares,

não obstante, o Brasil dos medos dos anos 90, tomado por um projeto político que visava a modernizar a esfera estatal, justifica que a premissa fundamental para implementar políticas governamentais exitosas devia-se à necessidade inexorável de mudanças na Constituição; inclusive aquelas que definem as possibilidades em que os atores possam se movimentar no jogo eleitoral, pois tomara possível a reeleição dos chefes do Executivo.¹⁶⁶

¹⁶⁴ Ibidem, p. 85.

¹⁶⁵ O *presidencialismo de coalizão* deve ser entendido como um modelo de relação complexa entre o poderes Executivo e Legislativo, no qual as tomadas de decisões do chefe do Executivo precisem passar por um Legislativo que engloba diferentes interesses. Como argumenta Miranda, “[...] o complexo sistema de governo brasileiro exige que o Presidente da República aprenda a formar coalizões em meio ao multipartidarismo fragmentário e ao ciclo eleitoral, e a organizar equipes de trabalho transversais entre Executivo e Legislativo com base na composição partidária. Além disso, ele precisa ponderar entre interesses emanados do Executivo e o Legislativo no exercício de uma agenda política, conseguindo capacidade legiferante em meio ao modo de arregimentação de apoio parlamentar que ele pode construir (e precisa lidar, por conta das demandas dos congressistas) por meio de destinação de emendas ao orçamento”. Ibidem, p. 86

¹⁶⁶ SOARES, Kelly. *Por que os atores mudaram as regras do jogo? A emenda da reeleição e os efeitos na condução do poder presidencial na arena legislativa*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, p. 63.

O processo de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da reeleição (PEC 01/1995) teve início na 50ª legislatura, quando o deputado José Mendonça Bezerra Filho (PFL-PE) apresentou a PEC e iniciou os trabalhos legislativos no contexto pós-eleição de FHC, em sua primeira vitória para o cargo de Presidente do Brasil em 1994.

De acordo com Miranda, apesar da publicação da PEC ter se dado de forma bastante rápida, com despacho para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara ainda em fevereiro de 1995 e, tendo sido declarada constitucional entre os meses de abril e maio daquele mesmo ano, o seu processo de aprovação desacelerou nos meses seguintes.¹⁶⁷ Ainda no primeiro ano do governo FHC houve, por diversas vezes, a tentativa de retomar o processo de aprovação da PEC da reeleição, porém sem sucesso. O assunto só voltou a ser debatido nas casas parlamentares no final de 1996.

Há dois fatores que explicam a inércia no processo de aprovação da emenda: 1) os fatores econômicos e a agenda de reformas constitucionais que visavam a “modernização” econômica; e 2) as eleições municipais de 1996. Quanto à primeira situação, destacamos o fato de que a Emenda da reeleição convivia com uma conjuntura de tensão internacional – a crise da moratória mexicana –, que refletia diretamente nos debates sobre a política cambial brasileira. O México, assim como o Brasil, também sustentava seu plano econômico na retórica da estabilidade.¹⁶⁸ Os riscos econômicos demonstrados com a crise mexicana serviram para estimular o discurso de que era necessário intensificar as reformas econômicas, visando manter a âncora cambial do Plano Real.

Desta forma, a PEC da reeleição foi deixada de lado pelo Congresso, que se mobilizava para fazer as mudanças constitucionais que atendiam aos fatores econômicos. Assim, nesse sentido, em maio de 1995, foram votadas o fim da exclusividade de exploração do gás por empresas estatais e a derrubada do monopólio estatal no setor de telecomunicações. No mesmo ano, acabava o monopólio do Estado sob a exploração do petróleo e, no ano seguinte, o governo conseguiu retomar as discussões sobre a PEC da reforma da previdência.

Além do fator econômico, os fatores eleitorais também contribuíram para a paralisação da Emenda da reeleição. Neste caso, esta paralisia estava relacionada às eleições municipais de 1996:

¹⁶⁷ MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 189.

¹⁶⁸ Tema a ser desenvolvido no capítulo seguinte.

se por um lado, os prefeitos buscavam pressionar o Governo e o Congresso para aprovar a Emenda da reeleição ainda em 1995; por outro lado, as correlações de forças evidenciavam também pressões de parlamentares que queriam postergar a votação em função do interesse de muitos deles nas disputas eleitorais para os cargos do Executivo Municipal de 1996. [...] o desenho institucional brasileiro dispõe de muitos incentivos para políticos perseguirem os cargos do poder Executivo. Nesse sentido, meio a esse espaço de disputa, os parlamentares que visavam a concorrer às eleições municipais temiam encontrar dificuldades, caso os prefeitos pudessem concorrer a mais um mandato. Diante do contexto que se formava, acenava a necessidade de muitas negociações [...].¹⁶⁹

Este cenário se deu quando, ainda em busca da construção de uma coesão política, o governo FHC buscou estratégias para bloquear o direito à reeleição de seus adversários no âmbito dos municípios e possibilitar a vitória de seus aliados. A preocupação com a aprovação da reeleição para as eleições de 1996 era dual: poderia ser favorável aos aliados do governo que estavam no poder, bem como poderia beneficiar políticos de oposição.¹⁷⁰

Assim, as possibilidades de reeleição para prefeitos acabaram por se estreitar naquele momento. No entanto, a reeleição para o cargo de Presidente da República ganhava uma data limite, outubro de 1997, levando em conta a possibilidade do governo FHC disputar a própria sucessão nas eleições presidenciais seguintes. Logo com o fim do processo eleitoral municipal de 1996, a aprovação da PEC da reeleição tornou-se crucial, e os debates retomaram no Congresso.¹⁷¹

Ao final de outubro de 1996 foi instalada uma Comissão Especial, com o objetivo de apreciar e dar o parecer sobre a proposta de emenda, bem como de suas proposições. Em janeiro de 1997, FHC faz uma convocação extraordinária do Congresso para votação do Orçamento daquele ano. Luís Eduardo Magalhães (PFL) e o José Sarney (PMDB), presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, fixaram mais uma convocação extraordinária, desta vez incluindo a emenda da reeleição.¹⁷²

No que se refere ao segundo caso de convocação extraordinária, cabe destacar que as conjunturas política e econômica se mostravam mais favoráveis a aprovação da emenda em primeiro turno na Câmara dos Deputados: a inflação atingia uma taxa de menos de 10% e a taxa de desemprego sofria redução desde 1996, chegando a 4,56%

¹⁶⁹ SOARES, Kelly. *Por que os atores mudaram as regras do jogo?...* Op. Cit., p. 65.

¹⁷⁰ MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 206.

¹⁷¹ SOARES, Kelly. *Por que os atores mudaram...* Op. Cit. p. 65; MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 215.

¹⁷² *Ibidem*, p. 215.

em janeiro de 1997, em comparação aos 6,39% de março do ano anterior. As pesquisas de opinião, por sua vez, indicavam o crescimento dos índices de popularidade do presidente.

Além disso, apesar da mobilização da oposição que buscava tornar inviável a votação da emenda, quando parlamentares tentavam anular a convocação dos presidentes da Câmara e do Senado, a reação foi perdendo força dentro do jogo político.

Neste contexto, o que tornou complexo as negociações para a aprovação da emenda é o que Miranda aponta como a estranha dificuldade de negociar com os partidos da base governista, principalmente quando nos voltamos para a articulação feita com o PMDB.¹⁷³ Neste caso, a votação da emenda da reeleição se dava à luz das eleições presidenciais das casas legislativas.

O quadro de disputa pela sucessão da Câmara era a seguinte: três deputados concorriam à presidência na Câmara, Michel Temer pelo PMDB, Wilson Campos pelo PSDB e Prisco Viana pelo PPB – o Planalto negociava a favor da eleição de Temer, tendo abandonado Wilson Campos que, mesmo assim, angariava apoio do chamado “baixo clero” do Congresso. Quanto à sucessão no Senado, a disputa se dava entre Iris Rezende (PMDB) e Antônio Carlos Magalhães (PFL) que, por sua vez, era o candidato do Palácio do Planalto. A disputa pela sucessão das duas casas encontrava seu problema no acordo entre os partidos governistas, que antes haviam pactuado pela eleição de um pefelista no Senado e um peemedebista na Câmara. Porém, o cenário mudou quando Rezende insistiu em assumir o cargo no Senado, o que levou o PFL a abandonar seu apoio a Temer e lançar Inocêncio Oliveira para presidência da Câmara.

Diante da insistência de Fernando Henrique Cardoso em manter a neutralidade quanto ao apoio naquele cenário de revanche, sob o argumento de que era aliado de ambos os partidos, parte do PMDB rompeu com o presidente. Em Convenção Nacional, o partido se manifestou contrário à reeleição e decidiu participar da votação da emenda apenas quando acabassem as eleições para a presidência do Congresso, em 15 de fevereiro, atrasando, assim, a votação da emenda.

Mesmo diante das diversas posições tomadas em relação à PEC da reeleição e, por consequência, sua protelação, FHC e governistas conseguiram concluir o parecer da Comissão Especial em 15 de janeiro de 1997, quando o primeiro turno da votação da emenda é marcado para o dia 28 de janeiro daquele ano. Segundo Miranda,

¹⁷³ MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 235

encerrado o primeiro turno com aprovação da emenda, imaginava-se que os próximos passos seriam portadores do mesmo teor de virulência nos embates entre a situação e a oposição, mas tanto a votação de segundo turno na Câmara quanto a dos dois turnos no Senado estavam aplainadas pelo resultado conquistado no final de janeiro. Ocorrerá certa inércia decisória que incidirá sobre o restante do processo legislativo da Emenda da Reeleição: seja por conta do número de governistas presentes no Senado (53 senadores favoráveis à emenda).¹⁷⁴

Assim, a Proposta de Emenda da reeleição é aprovada no Congresso e no Senado, mesmo diante da situação de denúncia acerca da compra de votos no Congresso Nacional, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 13 de maio de 1997.

A denúncia ocorreu quando o ex-deputado federal Narciso Mendes, então filiado ao PPB do Acre, apresentou uma gravação de cinco fitas que guardavam o conteúdo de conversas com Ronivon Santiago e João Maia, dois deputados acreanos, em que explicavam o esquema de corrupção que envolvia a aprovação da emenda da reeleição sem saberem que estavam sendo gravados.

Segundo alegavam Ronivon e Maia, as negociações da compra de voto foram feitas por Oleir Cameli e Amazonino Mendes, então governadores dos estados do Acre e Amazonas, respectivamente, que ofereceram R\$ 200 mil a parlamentares da bancada acreana para que votassem a favor da emenda.¹⁷⁵ Miranda destaca que a situação ganhou maior relevância quando integrantes de ministério de FHC são mencionados na denúncia: declaravam que Sérgio Motta, então ministro das Comunicações, ocupava o comando do esquema denunciado.

A acareação das denúncias e a solução dos problemas daí recorrentes deram-se de forma bastante rápida. Passados dois dias da denúncia na *Folha*, os dois deputados identificados nas conversas foram expulsos do PFL e acabaram renunciando aos seus mandatos para evitar a cassação.

Quanto à reação governista, sob articulação da coalizão em torno do governo (PFL, PSDB e a ala governista do PMDB¹⁷⁶), tem sucesso no abafamento do caso, mobilizando o argumento da necessidade de apressar as investigações de modo que as ações do governo não ficassem paralisadas. Assim, além da Comissão de Sindicância não recomendar a abertura de uma CPI, a oposição não conseguiu apoio para a

¹⁷⁴ Ibidem, p. 251.

¹⁷⁵ A proposta de compra de votos foi feita não apenas aos deputados gravados, mas também a Zila Bezerra, Osmir Lima e Chicão Brígido.

¹⁷⁶ O presidente da Câmara, Michel Temer; os paulistas Alberto Goldman, Aloysio Nunes Ferreira; o senador Iris Rezende e a bancada dos deputados federais peemedebistas gaúchos. MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 5.

formação da “CPI da Emenda da Reeleição” (PRC 131/1997), que acabou sendo rejeitada e arquivada.¹⁷⁷

O jogo político que envolveu a PEC da reeleição, com certeza, ganha importância ao debatermos sua confecção e aprovação. No entanto, o que destacamos na pesquisa são os argumentos mobilizados e bem sucedidos para que tal mudança constitucional ocorresse.

Miranda destaca que o direito à reeleição imediata aos mandatos dos chefes do Executivo – fossem eles prefeitos, governadores ou presidente da República -, conferida pela PEC da reeleição em 1997, não era uma novidade do governo FHC. Esta discussão já estava presente durante o processo de promulgação da Constituição Federal de 1988, momento no qual era decidido o sistema de governo brasileiro (presidencialista ou parlamentarista) e o período de duração do mandato presidencial. A discussão voltou a ser pauta durante o governo Collor, porém sem ganhar relevância diante de um contexto de instabilidade política e econômica. E, por fim, o Congresso Constituinte Revisor de 1993 e 1994 trouxe à tona mais uma vez a discussão acerca do tema, que não avançou devido ao processo de *impeachment* sofrido por Collor.¹⁷⁸

Assim, entendemos que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Reeleição (PEC 01/1995) pelo Congresso Nacional esteve envolta não apenas em um discurso que associava a continuidade do governo FHC à manutenção da estabilidade econômica, mas também atendia ao anseio dos agentes econômicos, que contavam com a autoridade e popularidade do presidente para influenciar as agendas que tramitavam na esfera do Legislativo, visando o progresso da aprovação das reformas de caráter neoliberal.

1.4- A PEC da reeleição nas páginas de *O Estado de S. Paulo*

Em relação à abordagem de *O Estado de S. Paulo* sobre Proposta de Emenda Constitucional da reeleição (PEC 01/1995), nossa análise se concentrará em torno das matérias publicadas pelo jornal no ano de sua aprovação, em 1997. Esta análise, porém, leva em consideração o fato de que o governo FHC, ainda em 16 de dezembro de 1996, havia assinado uma convocação extraordinária do Congresso (de 6 de janeiro a 6 de fevereiro) para que se votassem projetos pendentes da agenda político-administrativa,

¹⁷⁷ MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 271.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 134.

incluindo a PEC 01/1995, assumindo a expectativa de que fosse votada ainda no mês de janeiro de 1997.¹⁷⁹

Em editorial no primeiro dia do ano de 1997, *OESP* destaca as expectativas otimistas que envolveram os conteúdos jornalísticos, as pesquisas de opinião pública, as opiniões de economistas de diferentes tendências e diferentes setores da sociedade brasileira acerca da política que vinha sendo desenvolvida pelo governo FHC. Segundo os editorialistas, isto ocorria naquele momento, pois em comparação a governos anteriores, a política de estabilização de FHC já durava mais da metade de seu primeiro mandato, sem grandes turbulências e rupturas. Além disso, FHC havia cumprido até aquele momento sua promessa de romper com a “Era Vargas” em seu esforço de aprovar reformas constitucionais e “modernizantes”, alinhadas com o receituário neoliberal.¹⁸⁰ Baseado na pesquisa de opinião do Instituto Gallup, o periódico afirmava que

o povo brasileiro já aprendeu a julgar seus governantes pelo resultado de suas políticas. O presidente Fernando Henrique Cardoso, que chegou ao Planalto respaldado exclusivamente pelos primeiros resultados do Plano Real, está merecendo o apoio da grande maioria da população porque ela sentiu que aqueles resultados vieram para ficar e serem ampliados. Por isso, S. Exa. chega à metade do seu período de governo com grandes possibilidades de disputar, daqui a dois anos, um segundo mandato. Afinal, os resultados das pesquisas que comentamos valem como um plebiscito.¹⁸¹

Apesar do apoio explícito expresso no editorial, percebemos na leitura das páginas internas do jornal que a pauta da emenda da reeleição, naquele momento, não ocupou um espaço de destaque. No entanto, quando ela passa a ganhar espaço no cenário político, ganha destaque no *OESP* em dois momentos principais: o primeiro se dá no início das atividades parlamentares em janeiro de 1997; e o segundo, ocorre no cenário de denúncias de compra de votos visando a aprovação da emenda da reeleição, em maio do mesmo ano.

No primeiro caso, a preocupação assumida nas páginas do *O Estado de S. Paulo* não é a aprovação ou arquivamento da emenda da reeleição, mas sim o fato de que a votação da PEC acaba por se tornar um grande empecilho para a votação de outras

¹⁷⁹ Entre os projetos estavam as reformas administrativa, tributária e previdenciária; a Lei das Comunicações; a regulamentação da flexibilização do monopólio do petróleo; todos estes, projetos anteriores ao da reeleição.

¹⁸⁰ Neste cenário, os editorialistas destacam a flexibilização do monopólio do petróleo, as medidas de preparação de medidas que possibilitassem a privatização dos setores elétricos e das telecomunicações, o início da privatização das ferrovias e rodovias, o começo da modernização dos portos e a iniciativa do fim dos bancos estaduais e o saneamento do Banco do Brasil.

¹⁸¹ “Expectativas otimistas”. *O Estado de S. Paulo*, 1 de janeiro de 1997, p. 3.

mudanças, consideradas mais importantes naquele momento, como as mudanças constitucionais e as reformas econômicas, por exemplo. Assim, há uma grande pressão não só nas matérias e editoriais do jornal, mas também por parte de governo e daqueles que se posicionavam favoravelmente à emenda para que ocorresse sua votação no Congresso Nacional.

Na mesma edição do editorial destacado anteriormente, o jornal *O Estado de S. Paulo* destacava a voz do presidente Fernando Henrique Cardoso na capa da edição. O que se defende é a necessidade de apressar a decisão acerca desta emenda para que outras matérias, de maior importância, não fossem prejudicadas e atrasadas. Segundo o jornal,

a reeleição é um assunto do Congresso, que deve tomá-la o quanto antes, porque temos problemas muito mais importantes do que este, como as reformas da Previdência, fiscal, administrativa, a regulamentação do petróleo, telecomunicações e energia elétrica. Isto é muito mais importante para a vida do país do que discutir a reeleição. Então, precisamos afastar esta questão.¹⁸²

Dias depois, *OESP* deu destaque, mais uma vez, ao fato da votação da PEC da reeleição ser um obstáculo para a aprovação de outras pautas. Desta vez, o personagem que ganha voz nas páginas do jornal é o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB) que, mesmo achando o cenário inadequado para a discussão do tema, passaria a reforçar a campanha da emenda, mobilizando a justificativa de que enquanto não fosse resolvido o destino do tema da reeleição, “o presidente não pode fazer nada. Se ele fizer uma obra [...] vão dizer que é para comprar o voto de pessoal de lá”.¹⁸³

Com o objetivo de fortalecer os argumentos anteriores – argumentos governistas –, em editorial, *O Estado de S. Paulo* afirmaria que a emenda da reeleição era assunto “sério e urgente”, devendo ser tratado “sem hipocrisia”. Conforme o jornal, “até o governador Mário Covas [...] cedeu à evidência de que o assunto está posto, é o mais importante da agenda política, a ponto de imobilizar todos os demais, e precisa ir a voto imediatamente”.¹⁸⁴ Toda esta urgência posta pelos editorialistas se justificava segundo o jornal, devido à votação da emenda da reeleição ser a “pedra angular” das reformas e, independente do resultado das votações no Congresso Nacional, ela seria determinante

¹⁸² “Presidente quer votar emenda da reeleição rapidamente”. *O Estado de S. Paulo*, 1 de janeiro de 1997, p. 4.

¹⁸³ Segundo Covas, a aprovação de uma emenda da reeleição no Brasil deveria seguir o processo argentino: deveria ser no último ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, pois desta forma viria da sociedade para o Congresso – o que a tornaria inevitável ao Congresso. “Covas entra na campanha pela reeleição”. *O Estado de S. Paulo*, Edição de 6 de janeiro de 1997, p. 4

¹⁸⁴ “Reeleição sem hipocrisia”. *O Estado de S. Paulo*, 7 de janeiro de 1997, p. 3

para a velocidade das transformações que ocorreria no Brasil. De acordo com o impresso,

no ponto que as coisas chegaram, o instituto da reeleição não pode mais ser examinado sob os reflexos da hipocrisia. No plano teórico, é providência que deixa ao eleitor a liberdade de dar seu julgamento final à obra do governante que quiser continuar seu trabalho. E o julgamento final à obra tanto pode ser favorável como pode ser contrário. Nesse sentido, a reeleição é democrática e legitimadora. No plano prático, esta talvez seja, na história do Brasil, a primeira vez que um projeto econômico consistente [...] tem probabilidade real de ter sua implementação prolongada por mais quatro anos [...]
Quando se fala em reeleição, portanto, está se falando na adoção de um instituto democrático [...], mas também da possibilidade da recondução do presidente Fernando Henrique Cardoso para um novo mandato. [...]
O Brasil não acabará se a emenda da reeleição for derrotada, muito embora o programa modernizador do governo venha com isso sofrer um sério baque.¹⁸⁵

Dias depois, durante os conflitos que se desenrolam entre as negociações feitas pelo governo e parlamentares para votar a emenda no Congresso, os editorialistas já comemoram a aprovação do projeto da reeleição na comissão especial da Câmara dos Deputados, pois assim já se “elimina o gargalo que impedia que as demais matérias constantes da pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional fossem examinadas”.¹⁸⁶

Da mesma forma, quando as lideranças do governo marcam uma data para ocorrer a votação em primeiro turno do projeto de emenda constitucional na Câmara dos Deputados, o editorial do periódico entendia que

a primeira vantagem de uma data marcada é que as posições políticas terão de ser definidas com mais rapidez, abreviando-se as negociações que tendem a custar mais para o país e, principalmente, para o governo, na proporção direta de sua duração. Uma vez votada a reeleição, a agenda do Congresso poderá voltar à normalidade, com o exame das reformas institucionais e econômicas que ficaram paradas nos últimos meses.¹⁸⁷

Como mencionado, outro evento de destaque no jornal no contexto das discussões sobre a emenda da reeleição foram as negociações finais para que esta pauta tramitasse no Congresso Nacional, quando as disputas no plenário acabaram por afetar a votação da reeleição. Mesmo diante das batalhas travadas no Congresso, *OESP* não perdeu de vista o objetivo final: promover a votação da eleição para que se pudesse dar continuidade ao processo de “modernizações” constitucionais.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ “O que o Congresso tem a fazer”. *O Estado de S. Paulo*. 17 de janeiro de 1997, p. 3.

¹⁸⁷ “O grande perdedor”. *O Estado de S. Paulo*. 18 de janeiro de 1997, p. 3.

Além da oposição que se fazia à votação da PEC – neste momento o PT e outros partidos de esquerda uniram-se ao PPB, movendo uma ação no STF contra a inclusão da pauta na convocação extraordinária – havia, ainda, aqueles parlamentares que, planejando disputar as prefeituras no futuro, tentaram limitar a ação da emenda apenas ao cargo de presidente da República, não alcançando prefeitos recém-empossados.

Diante da insistência do presidente Fernando Henrique Cardoso de manter uma posição de neutralidade quanto ao candidato a ser apoiado naquele cenário de revanche, sob o argumento de que era aliado de ambos os partidos, parte do PMDB romperia com o governo. Em Convenção Nacional, o partido se manifestou contrário à reeleição e decidiu participar da votação da emenda apenas quando acabassem as eleições para a presidência do Congresso, em 15 de fevereiro. *OESP* destacou que o objetivo da manobra era atrelar a reeleição ao desempenho dos candidatos do PMDB na Câmara, o que se tornou um grande desafio a sua aprovação, uma vez que para firmar o projeto do PMDB de comandar as duas Casas do Parlamento e tornar-se majoritário no Congresso, o partido marcharia contra o projeto de reeleição.¹⁸⁸

Sobre isto, o periódico se posicionou contrário ao fisiologismo adotado pelo PMDB. Para *O Estado de S. Paulo*, a decisão do PMDB contrariava a “vontade da maioria do país” que, naquele momento, apoiava a adoção do direito à reeleição, afirmando que a reação do partido causava “fumaça sem fogo”.¹⁸⁹ O que importava naquele momento era que o governo não cedesse à rebeldia e mantivesse o cronograma da votação das modificações esperadas. Assim, para o jornal,

É verdade que, como toda molecagem, esta também é coisa séria feita pela metade. Os adversários da reeleição não tinham força e poder para fechar questão contra o projeto em tramitação; puderam, apenas, aprovar moção que recomenda que os peemedebistas não votem o projeto antes de 15 de fevereiro. Menos mau. [...]

Desde que o presidente da República mantenha firme o cronograma de votação fixado para a emenda da reeleição, nenhum mal maior haveria se o presidente se visse obrigado a sair do curso já tratado, adiando a votação da reeleição e mantendo o País por mais um mês num “suspense” injustificado.¹⁹⁰

Em mais um editorial, em edição após a comissão especial favorável à PEC, a atitude dos rebeldes do PMDB continuava sendo denominada como uma “molecagem”

¹⁸⁸ “Rompimento do PMDB pode levar a plebiscito”. *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1997, p. 4; “Disputa no Senado vira desafio a projeto de FH”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de janeiro de 1997, p. 5.

¹⁸⁹ “Fumaça sem fogo na convenção do PMDB”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de janeiro de 1997, p. 3.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

sem efeito, uma “crise artificial” criada por alguns senadores do partido que queriam garantias vindas do governo que respaldassem seu projeto de poder: presidir as duas Casas do Congresso Nacional. Já que, em relação à presidência da Câmara dos Deputados, o compromisso com a candidatura de Michel Temer estava assegurado, expõe o periódico que

para esses políticos, o domínio da mesa do Senado é vital. O PMDB ainda é o maior partido do Congresso, mas é partido que se esfarela na rivalidade das facções e se esgota na pouca importância dos grotões que controla. As eleições têm sido fatais para o PMDB. A única maneira que o partido tem de conservar a capacidade de articulação – que não corresponde a sua força numérica – é se instalar na mesa do Senado. [...]

É em nome desse objetivo de poder que os caciques do PMDB estão retirando os deputados da lista de votos favoráveis a reeleição. [...] Já se viu, ontem, que os autores da ‘molecagem’ não conseguiram intimidar os seis deputados do PMDB que votaram na comissão especial com o governo.¹⁹¹

Em mais uma crítica, *O Estado de S. Paulo* aconselhava o presidente afirmando que “não se deve trocar ‘alguma coisa’ por ‘nada’”, referindo-se às barganhas que se fazem no Congresso por aqueles que querem apenas mandar recados a seus eleitores. E, e questiona: “O congresso parou. [...] Valerá a pensa sujeitar a economia e a atividade política a tanta tensão? As reformas estão paradas e os investidores aguardam uma solução para esse problema, que poderia ter sido resolvido havia tempos, ou sido adiado para 1998”.¹⁹²

Por fim, no dia 28 de janeiro de 1997, Luís Eduardo Magalhães, então presidente da Câmara dos Deputados, abriu a sessão para que fosse votada a PEC da reeleição, que foi aprovada em primeiro turno. O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava o fato, com destaque na edição do dia seguinte na capa do periódico,¹⁹³ e em matérias internas, chegando até mesmo a fazer “O diário da Vitória”¹⁹⁴, uma retrospectiva (da posse de FHC em 1995 até aquele dia) do processo de aprovação da PEC, que nem mesmo havia chegado na metade já que ainda faltava o segundo turno de votações na Câmara e a conclusão na segunda casa parlamentar, o Senado.

Apesar de comemorar a vitória do governo, *OESP* ainda abordou o trâmite da PEC da reeleição, deslocando sua atenção para além do projeto, interessado em outras pautas a serem votadas. Desencadeada a primeira etapa da votação da emenda, para o

¹⁹¹ “A meta da reeleição está mais próxima”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro, p. 3.

¹⁹² “Não se deve trocar alguma coisa por nada”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1997, p. 3.

¹⁹³ “Reeleição é aprovada em Primeiro turno”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de janeiro de 1997, p. 1.

¹⁹⁴ “O diário da vitória”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de janeiro de 1997, p. 8.

periódico, o governo FHC se tornaria “o mais forte da história democrática brasileira”, o que dava ao presidente um grande poder para avançar com as reformas que se pretendia fazer.

Destacamos trechos de editoriais e matérias internas que nos levam a esta conclusão:

É como num jogo de encaixe: a aprovação da reeleição dá o gás necessário ao governo para completar as reformas estruturais. Estas reformas são exigências para a consolidação da estabilidade econômica; e só com esta estabilidade é que Fernando Henrique garantirá mais um mandato de quatro anos, tal como o Plano Real foi, em 1994, seu principal eleitor. [...] A votação em primeiro turno da emenda da reeleição, na Câmara, é a mais emblemática. É um bom sinal, interna e externamente. A partir desta aprovação, poderá o governo conclamar seus aliados a aprovarem também as reformas pendentes – a da Previdência, a administrativa e a tributária.¹⁹⁵

Em editorial, ao se voltar para aquela primeira aprovação, os editorialistas descreveram a sessão ocorrida na Câmara transmitida pela TV Senado:

A emissora de televisão do Senado presta esse serviço educativo à população. [...] explica por que o presidente mais bem preparado, intelectual e politicamente, que o Brasil teve nas últimas décadas teve de paralisar a administração para se concentrar em um único tema, durante semanas. Explica por que os únicos vencidos nesse longo episódio foram aos candidatos frustrados porque se sabem sem condições de êxito para disputar eleições com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ninguém mais, no Brasil, seria prejudicado pela reeleição. Explica, ainda, por que a reeleição foi radicalmente “fulanizada”: é tão clara a ascendência política e intelectual do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre as elites e os políticos, para não mencionar as classes menos favorecidas – que têm sido as mais beneficiadas pelo Plano Real [...]. O presidente, com a vitória inicial [...] vai reunindo condições institucionais para consolidar reformas que são do agrado de toda a população. No quadro atual, ele é o político com melhores condições de levar a cabo a tarefa. Essa situação, da qual ele certamente está consciente, coloca o presidente da República na posição dos imperadores romanos que, no momento de triunfo, ouviam uma voz que não os deixava esquecer a efemeridade da glória e da brevidade da vida. Ninguém é mais capaz que o presidente Fernando Henrique Cardoso de levar avante a modernização da economia e das instituições [...].¹⁹⁶

Na primeira semana de fevereiro, nas duas Casas parlamentares elegeram-se novos presidentes: Michel Temer, na Câmara dos Deputados, e ACM, no Senado.

¹⁹⁵ “O caminho do príncipe”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de janeiro de 1997, p. 4.

¹⁹⁶ “Apenas uma etapa vencida”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de janeiro de 1997, p. 3.

Diante deste evento, os editorialistas de *OESP* são enfáticos: “o Presidente da República reina e governa”.¹⁹⁷ Segundo o jornal,

O presidente Fernando Henrique Cardoso sabe que, na história de nossa República, nunca houve um presidente eleito pelo voto popular que acumulasse tanto poder quanto o que detém desde ontem. [...]

O êxito do Plano Real lhe rende apoio incontestável da grande maioria da população em todas as classes sociais. O Ministério, embora partilhado para atender às necessidades da ação política, espelha sua imagem. As Forças Armadas mantêm-se obedientes ao comandante-chefe [...] O Congresso Nacional nada negou de importante ao chefe do Executivo nesses dois anos. Com a eleição do deputado Michel Temer para a presidência da Câmara e do senador Antônio Carlos Magalhães para a presidência do Senado [...], o presidente da República tem assegurado o apoio de todos os órgãos decisórios [...].

As oposições no Congresso, graças à própria incompetência, poucos problemas lhe criaram até agora e, depois da votação em primeiro turno da emenda em primeiro turno da emenda da reeleição na Câmara dos Deputados, estão completamente desbaratadas [...]. Na sociedade, não há quem proponha soluções alternativas para os problemas econômicos que de fato existem [...].

[O presidente] Não poderá mais dizer que há foras do atraso que se opõem às reformas que reputa necessárias para garantir a estabilização monetária, a inserção madura do País no processo de globalização e a modernização do Estado brasileiro.¹⁹⁸

Como já mencionado, em 13 de maio de 1997, o jornal *Folha de S. Paulo* fez a divulgação de uma matéria-denúncia acerca da compra de votos para aprovação do projeto da reeleição. Um escândalo de corrupção de tamanha relevância para o cenário nacional não poderia ser noticiado pelos principais jornais do Brasil. Assim, este episódio se torna o segundo momento de grande destaque em *OESP*, mais um cenário de crise quando tratamos da emenda da reeleição.

Fazendo um adendo a esta pesquisa, a preocupação não é fazer comparações a respeito de qualquer que seja o tema entre diferentes jornais naquele contexto. Todavia, o fato da denúncia ter partido de outro periódico de grande circulação aguçou a nossa curiosidade quanto ao tratamento da notícia também no jornal *Folha de S. Paulo*, em confronto com a abordagem de *O Estado de S. Paulo*. Esta análise comparativa se faz muito brevemente, sem o aprofundamento em relação às descrições das páginas daquele periódico em relação ao episódio da compra de votos a favor da PEC da reeleição.

Seguindo esta metodologia, o que se considerou destacar é que a denúncia se faz presente tanto na *Folha* quanto em *OESP* em edições diárias dos jornais por quase toda

¹⁹⁷“O poder e as responsabilidades”. *O Estado de S. Paulo*, 6 de fevereiro de 1997, p 3.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

a segunda quinzena do mês de maio de 1997. Porém, dentre as duas abordagens chamamos a atenção os seguintes fatos: a *Folha de S. Paulo*, que dá início às denúncias, anuncia a notícia em 13 de maio através de uma manchete de destaque, central em sua capa daquela edição. Quando nos voltamos à nossa fonte e objeto de estudo principal, *O Estado de S. Paulo* – que, acreditamos tomar ciência da denúncia no mesmo dia 13 de maio – noticia o fato apenas no dia seguinte. A notícia-denúncia também está na capa do jornal, no entanto, no canto da página, sem grandes destaques.¹⁹⁹

Acerca desta última análise, cabe assinalar que em edição de 14 de maio, diferentemente do que se fez sobre a denúncia, a voz de reação do presidente Fernando Henrique Cardoso ao pedir a investigação do caso da venda dos votos ganha destaque principal na capa de *OESP*.²⁰⁰ É a primeira notícia que se apresenta, em letras garrafais em comparação a outras manchetes que ali se apresentam com destaque e letras menores. Assim, nos parece que as vozes dos governistas merecem mais evidência no jornal *O Estado de S. Paulo*, principalmente se comparado à *Folha de S. Paulo*, que dá espaço às vozes governistas, mas também destaca nas principais manchetes as denúncias de corrupção.

Para além da forma como são posicionadas as notícias nos espaços dos jornais, cabe ressaltar que em *OESP*, as matérias sobre o assunto da compra de votos a favor da PEC da reeleição seguem os trâmites do processo de apuração diariamente: “*Câmara apura denúncia de compra de votos*”;²⁰¹ “*Governo prefere manter distância de denúncia*”;²⁰² “*Presidente cobra ação imediata do Congresso*”;²⁰³ “*PFL expulsa dois acusados de vender voto*”;²⁰⁴ “*Motta nega envolvimento em corrupção*”;²⁰⁵ “*Governo age e cai apoio a CPI*”;²⁰⁶ “*Governo desmonta tentativa de criar CPI*”;²⁰⁷ “*FH convoca rebeldes ara impedir CPI*”;²⁰⁸ “*Presidente trabalha para evitar CPI do voto*”;²⁰⁹ “*Ofensiva aliada garante votação da eleição*”.²¹⁰

¹⁹⁹ “Câmara apura denúncia de corrupção”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1997, p.1.

²⁰⁰ “FH pede investigação de denúncias”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de maio de 1997, p. 1

²⁰¹ “Câmara apura denúncia de compra de votos”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1997, p. 4.

²⁰² “Governo prefere manter distância de denúncia”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1997, p. 5.

²⁰³ “Presidente cobra ação imediata do Congresso”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de maio de maio, p. 4.

²⁰⁴ “PFL expulsa dois acusados de vender voto”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1997, p. 6.

²⁰⁵ “Motta nega envolvimento em corrupção”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de maio 1997, p. 7.

²⁰⁶ “Governo age e cai apoio a CPI”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de maio de 1997, p. 1.

²⁰⁷ “Governo desmonta tentativa de criar CPI”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de maio de 1977, p. 4.

²⁰⁸ “FH convoca rebeldes ara impedir CPI”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1997, p. 1.

²⁰⁹ “Presidente trabalha para evitar CPI do voto”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1997, p. 4.

²¹⁰ “Ofensiva aliada garante votação da eleição”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1997, p. 4.

Porém, apenas editoriais referem-se diretamente ao escândalo de corrupção, demonstrando a preocupação com o andamento das aprovações das emendas constitucionais que visam a modernização do Estado brasileiro e não com o acontecimento em si:

O presidente declarou-se disposto a assumir a iniciativa do processo de regeneração dos costumes políticos. [...] Para que o presidente Fernando Henrique Cardoso leve a cabo esse propósito, seria melhor que contasse desde logo com a possibilidade da reeleição. [...]

De qualquer maneira, o escândalo suscitado pela compra de votos dos cinco do Acre não deve interferir no encaminhamento dos projetos de reforma em tramitação no Senado. Até que haja evidências em contrário, o episódio se refere antes ao equilíbrio político regional [...] que a questões institucionais de importância nacional.²¹¹

Em mais um editorial, argumentam,

Uma coisa é o desvio de comportamento de um grupo de deputados e governadores do Norte, se de fato houve. Outras, inteiramente diferentes, são as razões objetivas que recomendam a adoção do instituto da reeleição do presidente da República. Os dois fatos se cruzam, é óbvio, num episódio de corrupção. Mas não foram os votos agora sob suspeita que fizeram pender o prato da balança no momento em que o projeto foi votado na Câmara. As oposições estão compreensivelmente açuladas pelas possibilidades de exploração política do escândalo, mas é preciso que mantenham a necessária serenidade para que o processo de reformas de que dependem o crescimento econômico e a estabilidade da moeda não seja interrompido ou perturbado.²¹²

Outra questão que nos parece interessante ao tema desta dissertação – ainda confrontando ambos os jornais – é o fato de que após o dia 22 de maio de 1997, quando a emenda da reeleição é aprovada em primeiro turno no Senado, a denúncia da venda dos votos e o escândalo que se deu por esta questão parece desaparecer das páginas de *OESP*.

Percebemos então, pela análise acerca dos fatos que envolveram os trâmites finais do processo de aprovação do Projeto de Emenda Constitucional da Reeleição, que há um desinteresse por parte do jornal *O Estado de S. Paulo*, seja pelo processo parlamentar em si, ou mesmo pelas polêmicas que envolvem o assunto. Quando surge o tema da reelegibilidade nas páginas de *OESP*, em sua maioria as matérias cumprem o papel de apressar sua votação, associando este processo às reformas do Estado brasileiro e ao plano de estabilidade econômica. Isto fica claro quando da aprovação da emenda

²¹¹ “A responsabilidade de cada um”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de maio de 1997, p. 3.

²¹² “Um novo escândalo”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de maio de 1997, p. 3

no segundo turno no Senado, pois o jornal não fez grandes alardes acerca do fim do processo, noticiando que a “reeleição passa e FH é lançado candidato”.²¹³

²¹³ “Reeleição passa e FH é lançado candidato”. *O Estado de S. Paulo*, 5 de junho de 1997, p. 1

CAPÍTULO 2

A DEFESA DO PLANO REAL E A OPOSIÇÃO AO PT NAS PÁGINAS DE *O ESTADO DE SÃO PAULO*

Segundo Luiz Filgueiras, o Plano Real não deve ser entendido apenas como um plano de estabilização monetária.²¹⁴ Como veremos, o programa de estabilização da economia brasileira, implantado durante o governo Itamar Franco e sustentado durante uma parte do governo FHC, representou a acomodação de uma aliança conservadora da classe dominante brasileira e do projeto neoliberal – em sintonia com a conjuntura internacional –, bem como relegou à derrota às forças da esquerda, naquele momento lideradas pelo candidato da oposição, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, o Plano Real acabou por se constituir como o primeiro grande antagonismo entre o PSDB e o PT²¹⁵.

Considerando estas questões, neste segundo capítulo, apresentaremos um levantamento acerca da história do Plano Real, seus significados e contexto no qual foi implantado, além de relacionar o plano econômico à candidatura de Fernando Henrique Cardoso e à campanha contra a candidatura de Lula. Assim, para entender como esta última parte se sucede, apresentaremos um breve histórico do PT, pelo qual Lula, antes de ser eleito em 2002, foi derrotado nas eleições de 1989, 1994 e 1998. Para tanto, faremos uma exposição da trajetória do PT e das mudanças ocorridas dentro da agremiação partidária.

Por fim, com o objetivo de compreender o jornal *O Estado de S. Paulo* a partir da perspectiva gramsciana de *aparelho privado de hegemonia*, ao agir favoravelmente à continuidade da política iniciada com o Plano Real e contrário à eleição de Luis Inácio Lula da Silva, analisaremos os editoriais e matérias internas do periódico desde o mês de aprovação da PEC da reeleição até o processo eleitoral de 1998. O objetivo é, portanto, apresentar ambos os temas antagonísticos – o Plano Real e o PT/Lula – no jornal como um “braço da campanha” de Fernando Henrique Cardoso em torno de sua reeleição.

²¹⁴ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 34.

²¹⁵ FREITAS, Felipe. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p. 40.

2.1- A política de estabilização monetária e o Plano Real:

Ao fazer uma análise do Plano Real, Filgueiras observa que,

[...] o tempo econômico do Plano Real, desde o seu início, foi subordinado de forma extremamente competente, ao tempo político-eleitoral, em função da eleição presidencial. [...]

Em resumo, o Plano Real se constituiu numa complexa arquitetura político-econômico-eleitoral, que possibilitou a derrota, mais uma vez, das forças de esquerda, recolocando na ordem do dia o projeto liberal urdido desde os tempos do Governo Collor.²¹⁶

Segundo Ianoni, a crise desencadeada na década de 1980 foi uma ruptura do padrão financeiro do Estado desenvolvimentista, resultando no desequilíbrio das contas externas provocado pelo choque externo ocorrido entre 1978 e 1982.²¹⁷ A crise deixou como herança uma taxa de inflação muito elevada, denominada por muitos autores de *hiperinflação*. Nesta conjuntura, o problema da dívida externa e da inflação tornou-se o principal tema das agendas econômicas dos países.²¹⁸

Como observamos no capítulo anterior, na década de 1990, os países latino-americanos passaram a integrar um cenário de globalização financeira e hegemonia liberal, adotando a agenda formulada pelo *Consenso de Washington*. Esse agendamento liberal se complementou a partir de planos de estabilização que foram conduzidos pela situação hiperinflacionária que se apresenta aos países desta região e tinham, como aspecto em comum, estratégias de abertura da economia, a sobrevalorização da moeda e o fato de utilizarem a ancoragem nominal – fazendo sua base monetária depender da quantidade de reservas internacionais acumuladas.²¹⁹

Segundo Maria Falcão,

²¹⁶ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 92

²¹⁷ De acordo com o autor, “as principais manifestações do choque externo foram: a deterioração contínua das relações de troca, provocada, principalmente, pela elevação dos preços internacionais do petróleo, que muito contribuiu para o déficit comercial brasileiro; a forte alta das taxas de juros nos EUA, que repercutiu em abrupta elevação do já então preocupante endividamento externo do país; por fim, a repercussão, no mercado financeiro brasileiro, das mudanças no mercado internacional, que provocaram a exacerbação da tendência interna de concentrar as operações no curto prazo e a substituição de créditos externos por financiamentos internos, ensejando a ‘ciranda financeira’. Esse processo macroeconômico articulou-se à aceleração da inflação, especialmente a partir de 1979. A explicitação do choque externo ocorreu em 1982, quando, em resposta à decretação da moratória pelo México, bancos privados internacionais cortaram o financiamento dos endividados e passaram a exigir o pagamento do serviço da dívida contraída”. IANONI, Marcus. *Políticas Públicas e Estado: o plano Real*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 78, p. 149.

²¹⁸ FARIA, Luiz Augusto. *Aquém da estagnação: 10 anos do Plano Real*. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 176.

²¹⁹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 28.

esse não é o único caminho a ser necessariamente trilhado pelos países emergentes inseridos na economia global. E a trajetória que foi livremente escolhida por formuladores de política econômica de alguns desses países, vistos como carentes de ‘credibilidade’ e ansiosos por obterem a aprovação dos países dominantes no cenário mundial. Se viável para situações transitórias e, claramente, insustentável como trajetória de longo prazo. Em muitas economias emergentes esse processo tem criado sérios entraves — verdadeiras arapucas. Armadilhas que aprisionam governos sufocados pelas situações de inadimplência tanto em nível interno quanto externo. Se o Brasil figura como um caso típico do que acabamos de descrever, não é mera coincidência, nem um acidente histórico. Foi a opção de modelo definida pela equipe econômica coordenada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.²²⁰

No Brasil, a situação econômica dos anos 1990 foi determinada, em grande parte, pelos problemas econômicos e conjunturais da década anterior, dentre elas, a estagnação econômica e a inflação crescente. Neste mesmo período, vemos um movimento de inserção internacional do país, ocasionada pelo intenso processo de abertura financeira, seguido de privatizações e da elevação do consumo, bem como da dívida pública. Diante desta conjuntura, os sucessivos governos nas décadas de 1980 e de 1990, que haviam constituído como prioridade o enfrentamento da questão cambial e combate à inflação, colocaram em vigor sete planos de estabilização: Cruzado I e II, Bresser, Verão, Collor I e II e, por fim, o Plano Real, que segundo a perspectiva de Filgueiras se constitui

num produto econômico, político e ideológico da confluência, em escala mundial, de três fenômenos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo nas duas últimas décadas desse século, quais sejam: a hegemonia da doutrina e das políticas liberais, a difusão do processo de reestruturação produtiva a partir de países capitalistas centrais e a reafirmação do capitalismo — com uma nova configuração, isto é enquanto um sistema de produção mundializado ou globalizado.²²¹

Filgueiras, ao tratar da história do Plano Real, expõe o processo doméstico brasileiro em sua conformação ao liberalismo através deste programa de estabilização. Segundo o autor, enquanto na década de 1970, diversos países desenvolvidos passavam pela crise do fordismo e se reestruturavam em sua produção, o Brasil mantinha seu ciclo econômico, vivendo o “milagre econômico”, estruturado mais tarde pelo II PND — que, por sua vez, mantinha-se baseado no endividamento externo.²²²

²²⁰ FALCÃO, Maria. Plano Real e âncora cambial. *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 3 (87), p. 389, julho-setembro/2002.

²²¹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 30-31.

²²² *Ibidem*, p. 71.

A reação do governo frente à crise da dívida externa foi a adoção de políticas ortodoxas, como a redução brusca nos investimentos das estatais, restrição ao crédito e ao consumo interno, o que resultou em uma recessão histórica entre 1981 e 1983, que marcou o início do colapso do modelo nacional-desenvolvimentista. Segundo Ianoni, após as eleições de 1982, o governo brasileiro, em acordo com o FMI, orientou sua política econômica para o ajuste das contas públicas para saldar suas dívidas com os credores internacionais. No entanto, as medidas adotadas agravaram a inflação, aprofundaram a deterioração das contas públicas e combinaram o endividamento externo com o interno.²²³

O esgotamento político e econômico na segunda metade da década de 1980, ao fim do regime militar, resultaria na redemocratização e na chamada Nova República, que teve no governo Sarney uma composição política com a participação de forças presentes nos governos anteriores. A partir deste momento, o debate acerca das causas de inflação na conjuntura brasileira começam a apresentar diferentes pontos de vista.

Destacavam-se três grupos de economistas no Brasil no que diz respeito à hiperinflação. Primeiro eram composto por economistas que apresentavam um diagnóstico ortodoxo-monetarista. Ligados à PUC do Rio de Janeiro, entendiam que se tratava de uma inflação inercial, não havendo, segundo eles, causas primárias para a inflação.²²⁴ Um segundo grupo, entendia que a inflação seria resultado da “memória do passado”, que persistia em função de um processo de indexação. Por fim, o último grupo era ligado ao Instituto de Economia da Unicamp, e apresentava um diagnóstico estruturalista.

O primeiro grupo de economistas defendia um ponto de vista desgastado, que apresentava uma experiência de fracassos. Sustentavam a ideia de que a inflação era resultado das pressões incontroláveis, causadas pelos desequilíbrios entre oferta e demanda. A solução que apresentavam para o problema era a austeridade monetária e o corte de gastos públicos, o que levaria a um aprofundamento da recessão e do desemprego, bem como da concorrência.

²²³ IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado... *Op. Cit.* p. 150

²²⁴ Segundo Dirceu Grasel, “a inflação inercial se autoalimenta e tende a inviabilizar a moeda na sua função de reserva de valor, perdendo credibilidade e fazendo com que os agentes econômicos procurem se desfazer da moeda rapidamente, pois sabem que de um dia para outro seu poder de compra se reduz significativamente.” GRASEL, Dirceu. Brasil: Plano Real e a estabilização econômica inacabada. *Informe Gepec*, v. 9, n. 1, 2005, p. 3.

O segundo grupo defendia a solução a partir de choque heterodoxos, com o objetivo de eliminar a chamada “memória do passado” e modificar as ações dos agentes econômicos, revertendo assim o quadro da inflação inercial.

Ao contrário dos economistas da PUC-RJ, o grupo estruturalista argumentava que o gerador da inflação era o “medo do futuro”. Para eles, a conjuntura internacional de dívidas externas e internas fragilizava financeiramente o Estado e, assim, multiplicavam-se as pressões inflacionárias.²²⁵

Assim, no governo Sarney, Dilson Funaro assumiu o comando do Ministério da Fazenda em meados da década de 1980²²⁶ e, em 28 de fevereiro 1986, efetivava o Plano Cruzado, como forma de atacar a inflação. Sua equipe econômica adotava os argumentos heterodoxos de justificativa para a inflação. Assim, o plano de estabilização referido, que tinha como base argumentativa a ideia de que a inflação enfrentada no Brasil era inercial, tinha o objetivo de combater a inflação sem, no entanto, causar recessão.

As principais características do Plano Cruzado foram: 1) a criação do Cruzado, a nova moeda brasileira²²⁷; 2) o congelamento total dos preços e rendimentos e 3) a desindexação geral da economia.²²⁸ Seus impactos na sociedade foram imediatos, com aumento da demanda, da produção e do emprego. Houve ainda uma melhora momentânea na distribuição de renda, beneficiando a camada mais pobre da população.²²⁹

No entanto, estes bons resultados não foram o desfecho do programa de estabilização. Como expõe Filgueiras, os planos econômicos implantados após o Plano Cruzado – o Cruzadinho, o Cruzado II, e, sobretudo o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989) -, o combate à inflação pela experiência heterodoxa apresentou diversos fatores que impediram a manutenção de seu sucesso e o extinguiram. Segundo Filgueiras,

na verdade, o déficit público não estava sob controle e os preços não estavam alinhados na velha moeda, o que é totalmente impossível de ocorrer, por definição, numa economia com altas taxas de inflação e, portanto, o congelamento – a passagem abrupta da velha para a nova moeda – a apenas

²²⁵ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 78.

²²⁶ Substituída, por sua vez, Francisco Dornelles, que até aquele momento dava continuidade a política econômica de recessão, o que não era mais admitido pelas forças políticas da sociedade.

²²⁷ Ficava definido de forma que Cr\$ 1.000,00 = Cz\$ 1,00. FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 80.

²²⁸ Ibidem, p. 80.

²²⁹ Ibidem, p. 80-82.

cristalizou essa mesma situação da moeda. Isso, somado ao crescimento da demanda – que implicou em muitos setores, o esgotamento da capacidade produtiva instalada –, levou ao desabastecimento, à fuga do congelamento e ao surgimento do “ágio” nos preços. [...]

A queda das exportações, decorrente do crescimento da demanda interna e da sobrevalorização do câmbio, com a conseqüente ampliação do déficit na conta de transações correntes do balanço de pagamentos, implicou a queda drástica de reservas e levou o país à beira de uma crise cambial, desembocando na decretação de uma moratória no início de 1987.²³⁰

Ainda segundo Filgueiras, apesar do fracasso daqueles planos, estes serviriam para que se compreendessem a dinâmica inflacionária que se constituía na América Latina. As lições de seus insucessos dariam bases para a elaboração e consolidação das políticas econômicas da década de 1990, para o Plano Real.

O primeiro plano econômico a ser destacado nos anos 90 é o Plano Collor, implementado em um contexto de consolidação da onda neoliberal na América Latina. Ganhadas as eleições de 1989, no governo, Fernando Collor apresentou um plano não apenas de estabilização econômica, mas um programa de combate à inflação somado a um projeto de reformas estruturais na economia e no Estado, com características nitidamente neoliberais.²³¹

Segundo Kelly Faro, a aceleração da inflação, associada à perda do valor da moeda nacional e a dificuldade do Estado em adotar políticas econômicas eficazes e permanentes, levou os formuladores do plano a adotar o argumento de que o Brasil passava por uma “crise de Estado”, com amplitude fiscal, financeira e política que tornava difícil o controle dos preços. Assim, as principais medidas seriam as de promover uma reforma monetária que buscasse uma melhoria estrutural e administrativa, uma reformulação do Estado e a mudança no padrão monetário.²³²

No entanto, bem como os planos econômicos da década anterior, de imediato, o Plano foi um sucesso, tendo como resultado a queda abrupta da inflação. Em contrapartida, o projeto de combate à inflação do governo Collor deu-se à custa de enorme recessão, do crescimento das taxas de desemprego e redução da renda da população. Destaca-se que a implantação do programa de estabilização deste governo se

²³⁰ Ibidem, p. 82

²³¹ Ibidem, p. 84.

²³² A reforma administrativa fazia parte da campanha de Collor contra *os marajás*; houve a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro, privatizações de empresas públicas e a tentativa de desindexação da economia, através da prefixação de preços e salários, e a liberalização das importações. A reforma monetária se deu de forma mais radical e controversa: o governo confiscou ativos financeiros que excediam 50 mil cruzeiros para poupança e 25 mil para depósitos à vista. Em relação à reforma do Estado, o objetivo era transformá-lo em um Estado mais regulador que interventor.

deu de forma autoritária²³³, sem consulta à sociedade brasileira. No entanto, a gravidade da crise econômica brasileira e a manutenção do apoio das elites a um candidato “outsider” permitiram que continuasse com seu jogo político. Contudo, o fracasso do Plano Collor I e II no combate à inflação, somado a sua postura intransigente e outros elementos, como a denúncia de corrupção em seu governo, levam Fernando Collor ao impeachment.²³⁴

Acerca deste processo, Ianoni destaca que mesmo apresentando bases legais, ou seja, tendo sido um processo sem rupturas institucionais, o impeachment de Collor foi, para a nova democracia, o maior trauma enfrentado até então. Significava a falta de projetos consistentes para o Brasil, que passava por um período longo de estagflação e colocava o Estado, agora sob o comando de Itamar Franco, à deriva das expectativas do sistema internacional e da comunidade nacional.²³⁵ Itamar Franco assumiria um país que apresentava uma crise multidimensional e, mesmo assim, em seu governo foi adotado um programa de estabilização de sucesso, o Plano Real.

Defronte a esta constatação, Ianoni questiona o fato de que “como um governo em crise, em paralisia decisória, produziu uma política pública que mudou a história? Por que o Plano Real é um marco na história brasileira atual?”²³⁶ O autor então responde que se explica por dois motivos:

a crise de governabilidade foi superada [...] pela ação política circunstanciada e de vocação hegemônica; [...] o Plano Real envolveu uma profunda interação entre Executivo, Legislativo, Judiciário, partidos políticos, entes federativos subnacionais, diversos agentes econômicos, grande mídia e outros atores da sociedade civil, resultando na emergência sincronizada, nas esferas sociopolítica e político-institucional, de um pacto de dominação liberal que superou a crise de hegemonia e inaugurou um novo padrão de Estado no Brasil.²³⁷

Para Ianoni, o governo Itamar Franco só tem início de fato quando, em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso é nomeado para o comando do Ministério da

²³³ Governou principalmente através de Medidas Provisórias, desqualificando no processo os outros poderes, Legislativo e Judiciário.

²³⁴ Filgueiras destaca três motivos para que o Governo Collor não fosse adiante: o primeiro é que a cultura que prevalecia no Brasil naquele momento era o do modelo de substituição de importações. Assim, não havia um consenso entre as elites brasileiras acerca do projeto neoliberal, como haveria com a figura de Fernando Henrique Cardoso, adiando um projeto hegemônico neoliberal no Brasil. Um segundo fator foi o fato de que a insatisfação para com seu governo autoritário eram canalizados por uma ordem democrática formal, constituída pelas instituições do Estado e de direito. E por último, sua base social era frágil, não constituindo apoio popular significativo.

²³⁵ IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado... *Op. Cit.* p. 157.

²³⁶ *Ibidem*, p. 163.

²³⁷ *Ibidem*.

Fazenda.²³⁸ Já ocupando a pasta, FHC apresentou como objetivo principal de sua gestão a elaboração de um novo programa de estabilização visando o combate à inflação. O novo ministro assumia o discurso de que a inflação que afligia o Brasil era resultado da “crise do Estado”, sendo necessário a sua a reforma, a abertura econômica e o processo de privatizações, além da redução dos gastos públicos, como veremos no capítulo seguinte.

Assim, no Ministério da Fazenda, FHC montou uma equipe econômica formada por economistas, em grande parte, oriundos dos quadros do Departamento de Economia da PUC-RJ. Faziam parte dessa equipe nomes como Edmar Bacha, André Lara Resende e Pêrsio Arida, Gustavo Franco, Pedro Malan e Clóvis Carvalho.²³⁹

Sobre a equipe econômica, Julian Borba destaca que um dos aspectos fundamentais era sua homogeneidade, seja em seus aspectos acadêmicos e pessoais que mantinham entre seus membros, ou partidários que mantinham com Fernando Henrique Cardoso. Segundo a autora, “todos os seus membros haviam sido colegas no Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro, muitos dos quais haviam trabalhado nas pesquisas de estabilização conhecida como LARIDA e que resultou no Plano Cruzado. [...] Além disso, todos os membros da equipe, com exceção de Pedro Malan, eram filiados ao PSDB”.²⁴⁰

A partir da reunião de uma equipe, em dezembro de 1993, foi feito o anúncio pelo governo do lançamento do Plano Real, que não teve referência apenas o *Consenso de Washington*, mas também o antigo Plano Cruzado. O primeiro, como já exposto no início do capítulo, por ser “ente” dos planos de estabilização de toda a América Latina e se constituir um ajuste das economias periféricas sob o comando do FMI e do BIRD. Por sua vez, a experiência adquirida pelo Plano Cruzado ensinou aos elaboradores do Plano Real algumas questões: 1) a inflação brasileira não era inercial; 2) os preços e salários para a nova moeda de forma abrupta causava pressões inflacionárias na velha moeda; 3) a remonetização da economia e o consumo se aceleram com a queda da inflação nos primeiros meses da nova moeda; 4) o salário real poderia crescer e pressionar o consumo a curto prazo.²⁴¹

²³⁸ Isto ocorreu quando FHC era ministro das Relações Exteriores e após sua recusa para assumir o comando do Ministério do Planejamento.

²³⁹ MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 63

²⁴⁰ BORBA, Julian. *Ideologia Tecnocrática e cultura política no Brasil: O Plano Real e as eleições de 1994*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 146.

²⁴¹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p.100.

Filgueiras destaca ainda que entre o anúncio do Plano Real e o surgimento da nova moeda, em julho de 1994, a efetivação do plano passou antes por três fases sucessivas: o ajuste fiscal; a criação da Unidade de Referência do Valor (URV) e a instituição de uma nova moeda, o Real.

O ajuste fiscal, primeira fase do plano a ser constituída, visava responder ao desequilíbrio orçamentário do Estado. Dessa forma, aprofundava-se as iniciativas tomadas ainda em junho de 1993 a partir do Programa de Ação Imediata (PAI), pelo qual foi implantada a redução de gastos públicos, sustentado pelo argumento de que o problema inflacionário do Brasil residia na “crise do Estado” e em seu déficit fiscal.²⁴² A reorganização empreendida pelo PAI ocorreria através do corte e maior eficiência dos gastos públicos; recuperação da receita tributária; fim da inadimplência de Estados e municípios com a União; controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais, bem como o seu saneamento e a sua privatização.²⁴³ Kelly Faro acrescenta que, por conta do retorno dos mecanismos de indexação²⁴⁴ no período pós-Collor, o PAI não apresentou grandes resultados.²⁴⁵

Desta forma, nesta nova etapa, aprovou-se o Fundo Social de Emergência (FSE), que tinha como objetivo executar cortes orçamentários para o ano de 1994 e flexibilizar as formas como os recursos do governo poderiam ser utilizados: houve um aumento das receitas através da elevação das alíquotas dos impostos federais em 5% e a recriação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e um corte de 40% nas despesas correntes. Tinha o objetivo de reduzir os custos sociais. Além disso, as dívidas dos estados e municípios com a União foram renegociadas e ficou proibida a emissão de títulos para criar dívidas novas.²⁴⁶ “Em suma, essa primeira parte do plano se propôs a constituir a chamada “âncora fiscal” dos preços, isto é, procurou garantir aos diversos agentes econômicos que o Governo só gastaria o que arrecadasse, não havendo, portanto, possibilidade de emissão primária de títulos e moeda com o intuito de cobrir gastos correntes do Governo”.²⁴⁷

A segunda fase do Plano Real foi a criação da URV, iniciada em 1 de março de 1994. Segundo Filgueiras, a URV – indexador único da economia por quatro meses

²⁴² BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 113.

²⁴³ Ibidem, p. 115.

²⁴⁴ Sistema de reajuste automático de preços em situações inflacionárias.

²⁴⁵ FARO, Kelly. Estabilidade da moeda no Plano Real: política compensatória? *Revista de Estudos Sociais*. Ano 2017, n. 39, v. 20, p. 152.

²⁴⁶ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 102-103.

²⁴⁷ Ibidem, p. 103.

(marca a junho de 1994) – foi o embrião da nova moeda, pois cumpriu papel de ser unidade de conta.²⁴⁸ Esta fase era intermediária e serviu para promover o alinhamento de preços e valores. Segundo Brandão,

todos estes passaram a ser fixados em URV, com o valor atualizado diariamente. Inicialmente, uma URV foi fixada em CR\$ 647,50, ou um dólar, e embora funcionasse como uma unidade contábil, todos os pagamentos e movimentações bancárias continuavam sendo feitos em cruzeiros reais. A obrigação da conversão dos salários e dos depósitos bancários em URV, bem como a fixação de prazo para a conversão futura dos demais contratos, implicou a indexação do conjunto dos preços da economia e sua dolarização indireta.²⁴⁹

Filgueiras enfatiza que, apesar de não ter como resultado a queda abrupta da inflação e a eliminação da inflação inercial, do ponto de vista político-eleitoral, a URV teve um desempenho positivo ao manter o aumento dos salários no mesmo percentual que a inflação, e assim, sustentar o poder aquisitivo dos salários constantes.²⁵⁰

Em 1º de julho de 1994 tinha início a fase final do Plano Real, com a introdução da nova moeda e transformação da URV em Real. Segundo Filgueiras, “essa etapa trouxe consigo a explicitação da “âncora cambial”, que estava subentendida no período anterior. A taxa de câmbio foi fixada, pelo Banco Central, em US\$ 1 = R\$1, com o apoio e a garantia das reservas em dólar acumuladas”.²⁵¹

Deve-se destacar que alguns fatores favoreceram o sucesso deste plano econômico: 1) a grande liquidez nos mercados financeiros internacionais; 2) o elevado saldo na balança comercial do país, o crescimento dos fluxos estrangeiros e 3) as reservas em divisas do Banco Central (US\$ 40 bilhões) que neutralizava as especulações contra a nova moeda.²⁵²

2.2- Os resultados econômicos do Plano Real e as eleições de 1994

De acordo com Dirceu Grasel, o principal objetivo do Plano Real era estabelecer a estabilidade monetária e não econômica. Segundo o autor, o programa foi exitoso neste sentido, mesmo que em contrapartida tenha resultado em um custo econômico e social.²⁵³

²⁴⁸ Ibidem, p. 104.

²⁴⁹ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais... Op. cit., p. 116*

²⁵⁰ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real... Op. cit., p.106 e 07*

²⁵¹ Ibidem, p.108

²⁵² BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais... Op. cit., p. 117.*

²⁵³ GRASEL, Dirceu. *Brasil: Plano Real... Op. Cit., p. 1.*

As pesquisas que abordam o Plano Real destacam que a inflação foi arrefecida. Em 1993, quando o plano foi lançado, a inflação alcançava quatro dígitos, chegando a 1.500%.²⁵⁴ Nos anos que seguites, a inflação foi controlada, chegando a apenas dois dígitos em 1995. No entanto, a economia do país estagnou em um padrão de não-crescimento.

De acordo com Miranda, os anos que vão de 1994 e 1995 corresponderam a um período de crescimento, no qual o PIB brasileiro cresceu mais que o PIB mundial. Contudo, o período que corresponde aos anos de 1996/1997 e 1998/1999, são, respectivamente, de arrefecimento do crescimento econômico e estagnação.²⁵⁵ De acordo com Faro,

ocorre então no Brasil, com o Plano Real, uma série de ‘coisas interessantes’ dentre elas a queda rápida dos preços, alto crescimento da demanda e queda abrupta da demanda nos doze primeiros meses, além de uma situação de melhora relativa na distribuição de renda e na liberalização do crédito num período inicial.

Todavia, esse processo produziu desequilíbrios no processo produtivo, na medida em que no início dele houve mecanismos de restrição de crédito e de elevação necessária das taxas de juros. Isso constrói uma armadilha [...] que impede o crescimento da economia, pois cada vez que a economia começa a crescer tem-se intenso déficit público. Essa situação fez com que a economia entrasse num período de *stop and go*.²⁵⁶

A estratégia de mudança da moeda somada à abertura econômica teve o efeito de aumentar tanto as exportações quanto as importações. No entanto, as importações cresceram 80%, enquanto as exportações aumentaram 20%. Este processo cevou a um déficit da balança comercial brasileira, fragilizando a imagem do país frente aos países estrangeiros. Junto ao Plano Real, seguiu o processo de desnacionalização, a partir da venda de empresas estatais de diversos setores da economia brasileira, aumentando de forma considerável a participação estrangeira na economia brasileira. Segundo Grasel,

A exposição à concorrência externa, em alguns casos até desleal, associada com a redução da demanda efetiva, com juros elevados e cortes nos gastos públicos, causou um duplo efeito nas empresas brasileiras: redução do faturamento e aumento dos custos médios de produção. A redução da demanda implicou uma redução direta de faturamento nas empresas, e a redução de faturamento aumentou a capacidade ociosa, as quais, em consequência, perderam ganhos de escala de produção. Considerando que, na economia atual, geralmente as empresas necessitam de capital de terceiros para fazer frente aos seus investimentos, neste caso de reestruturação, ou para capital de giro, temos outro impacto nos custos, com o aumento dos custos financeiros. Esses fatores, associados com uma conjuntura internacional não

²⁵⁴ BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines. Notas de análise sobre a era FHC (1994-2002). *Revista Tópos*, v. 1, n. 1, 2007, p. 113.

²⁵⁵ MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica...* Op. Cit., p. 61.

²⁵⁶ FARO, Kelly. Estabilidade da moeda no Plano Real... Op. Cit., p. 62.

muito favorável, foram responsáveis pela falência generalizada das empresas brasileiras, aumento da desnacionalização da economia e desemprego dos fatores de produção.²⁵⁷

Em relação às taxas de ocupação dos brasileiros quando da implantação do Plano Real, Novais e Portugal Junior destacam que o Plano se dá em meio a uma transformação das estratégias das empresas quanto à sua produção.²⁵⁸ Com o intuito de ajustar seus níveis de atividades, as empresas buscaram ampliar seus ganhos e reduzir seus custos, o que acabou retraindo os postos de trabalho. Apesar deste fator, a política do Plano Real não pode deixar de ser considerada, pois tem papel fundamental no que diz respeito à ocupação dos brasileiros.

A taxa de desemprego, do período 1992/1995 vinha sendo reduzida, devido à retomada do crescimento econômico. Porém, no ano de 1998, a taxa de desemprego que era de 4,64% aumentou significativamente, chegando a 7,59%.²⁵⁹ Apesar do governo manter um discurso de que o crescimento do desemprego era consequência da conjuntura externa, a política de estabilização, calcada na valorização do câmbio, em uma ampla abertura comercial e em elevadas taxas de juros tinha grande responsabilidade no aumento das taxas de desempregados.²⁶⁰

Para Paul Singer, o crescente déficit público naquele momento era também ocasionado pelas políticas do Plano Real e não, como afirmavam os governistas, pela previdência ou pela folha de pagamentos.²⁶¹ Segundo o autor, a política de arrocho de créditos e juros elevados – respostas do governo ao ataque especulativo sofrido pelo país em 1995, em outubro de 1997 e setembro de 1998 – somados ao baixo crescimento da economia, travou a expansão da receita fiscal e aumentou os gastos com serviços sociais prestados pelo setor público.

Filgueiras destaca, ainda, a dependência do Plano Real frente ao capital internacional. O que, por sua vez, o tornava muito vulnerável às conjunturas econômicas externas, sofrendo os impactos das crises cambiais de outros países, como México, Ásia e Rússia. Segundo o autor, “nunca antes, a política econômica do Brasil

²⁵⁷ GRASEL, Dirceu. *Brasil: Plano Real...* Op. Cit., p. 5

²⁵⁸ NOVAIS, Luis Fernando & PORTUGAL JUNIOR, José Geraldo. O Plano Real – Estabilização e Mercado de Trabalho. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização (1995-1998)*. São Paulo: FUNDAP, 2000.

²⁵⁹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. Cit., p. 65.

²⁶⁰ Soma-se a este quadro o fato da piora da qualidade de ocupação dos brasileiros. No país, o número de pessoas com carteira assinada havia diminuído 1,6%, enquanto o trabalho informal, sem carteira assinada, havia aumentado. FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. Cit., p. 66..

²⁶¹ SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 41

havia sido tão reflexa, determinada de fora pra dentro do país e de forma quase que imediata, como nesse ‘modelo econômico’, que vem sendo construído a partir do Plano Real”.²⁶²

Segundo Singer, o enorme afluxo de capitais externos com os quais contava a âncora cambial brasileira no ano de 1994 e no seguinte – que permitiu a estabilização da inflação –, foi abalada em 1995 pela crise mexicana. Porém, após uma breve recuperação, na segunda metade do ano de 1997, o mundo foi atingido pela crise asiática iniciada na Tailândia e que logo se estendeu para a Malásia e Filipinas. Acrescenta-se a esta conjuntura de crises econômicas internacionais, a crise russa, deflagrada em agosto de 1998, iniciada com a declaração de uma moratória do país, incapaz de arcar com suas dívidas públicas.²⁶³ Nos três contextos, como mencionado anteriormente, o governo enfrentou às crises de uma mesma forma: cortou o crédito, elevou a taxa de juros e anunciou um pacote fiscal.²⁶⁴

Singer destaca que, quando da crise da Rússia, FHC foi até a televisão culpar a especulação internacional pela crise. Segundo o autor, “sua fala foi bem recebida pela maioria do eleitorado, apesar da evidente desilusão com o Plano Real. Se Fernando Henrique Cardoso não conseguia consolidar o real, sempre atacado por especuladores de fora, Lula e Ciro Gomes tampouco tinham conseguido conquistar sua confiança. Em 4/10, FHC foi reeleito para novo mandato, com 53% dos votos válidos”.²⁶⁵

Como já foi mencionado, o impeachment de Collor constituiu-se em um trauma para a sociedade brasileira, recém saída de uma ditadura. Ademais, este evento colocava em risco o projeto neoliberal dentro das fronteiras brasileira.²⁶⁶ A este quadro

²⁶² Ibidem, p. 117.

²⁶³ SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC... *Op. cit.*

²⁶⁴ A crise asiática teve consequências imediatas no Brasil: houve aceleração da fuga de capitais; as reservas brasileiras caíram de US\$ 63 bilhões para US\$ 52 bilhões ao final do ano. Na tentativa de reverter o quadro que se instalara, o governo de FHC aumentou a taxa de juros ao ano e anunciou em novembro o “Pacote 51”, o pacote econômico “Medidas de Ajuste Fiscal e Competitividade”, que apresentava 51 itens, destacando-se a demissão de mais de 30 mil funcionários públicos não estáveis da União, reduziu gastos públicos, aumentou as alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Física, das alíquotas sobre automóveis elevou os preços dos derivados do petróleo. Afirma Filgueiras que essas medidas somadas à ajuda financeira do FMI aos países asiáticos conseguiram reverter os resultados negativos da crise. No entanto, a atividade econômica, no Brasil, voltou a reduzir. Além disso, houve crescimento no número de desempregados, assim como das dívidas externa e interna.

No segundo semestre de 1998, a crise de Rússia estourou e é atenuada com a desvalorização da moeda russa, além da decretação de moratória do governo russo. Como havia feito no contexto das crises anteriores, o governo brasileiro eleva a taxa de juros básica. Ademais, faz cortes dos gastos orçamentários federais; autoriza o aumento das receitas, como CPMF e Cofins; e cria a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece critérios para o endividamento público, entre demais medidas.

²⁶⁵ SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC... *Op. Cit.*, p. 43.

²⁶⁶ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* *Op. cit.*, p. 89.

acrescenta-se o fato de que o substituto de Fernando Collor, Itamar Franco, era um velho ator político ligado às políticas econômicas do modelo desenvolvimentista, de trajetória antiliberal.²⁶⁷

Naquela conjuntura, nas eleições de 1994, além da candidatura da esquerda de Lula pelo PT, Paulo Maluf também se colocava como outro personagem possível de buscar a candidatura, porém não conseguia convencer de sua capacidade de garantir um consenso entre o empresariado, nem de se sobressair nas eleições em relação à Lula. Desta forma, buscava-se uma “terceira via” para ocupar o cargo do Executivo brasileiro, questão que parecia solucionada quando FHC assumiu o cargo de ministro da Fazenda.²⁶⁸

Cardoso já havia optado pelo projeto de modernização neoliberal, a partir de uma coalizão de forças políticas conservadoras e de centro-direita, desde 1991 [...] Desse modo, naquela conjuntura, o ator era perfeito para o papel a ser representado, em razão de ser um intelectual respeitado, conhecido internacionalmente [...] e apresentava um elemento fundamental naquela conjuntura: a esperança de algo novo e a posse de um currículo política inatacável, do ponto de vista ético e moral.²⁶⁹

Desta forma, destaca Ianoni que a nomeação de Cardoso ao Ministério foi recebida com grande entusiasmo não só pelas forças conservadoras brasileiras. Pois, “ao assumir a Fazenda [FHC] tornou-se virtual candidato à Presidência da República, por uma conjunção de interesses, dele, do PSDB, de Itamar Franco, dos meios de comunicação e do empresariado”.²⁷⁰

Como no cenário político de disputa presidencial Fernando Henrique Cardoso não possuía tamanho apelo popular como apresentava Lula, assumir o cargo de ministro da Fazenda teve grande importância, levando em conta que o cargo lhe garantiria visibilidade nos meios de comunicação e lhe atribuía responsabilidade na criação e consolidação do novo plano econômico.²⁷¹ O Plano Real, às vésperas das eleições de 1994, já apresentava resultados positivos: a inflação se aproximava de zero; a atividade econômica estava em crescimento; o poder aquisitivo da população estava em

²⁶⁷ IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado... *Op. Cit.* p. 153.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 90.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 91.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 91.

²⁷¹ Assim, a cobertura dos meios de comunicação não só às ações do então ministro da Fazenda FHC e de sua equipe econômica foi fundamental, como também o foi seu apoio ao plano de estabilização – através da mídia, Cardoso tornou-se autor e personagem da superação da crise.

manutenção desde a adoção da URV e a classe mais baixa da população era favorecida no consumo.²⁷²

Segundo Ianoni, as pesquisas de opinião realizadas naquele momento indicavam que o eleitor atribuía maior importância aos problemas econômicos que qualquer outro assunto presente naquele momento, como a redistribuição de renda. Assim, os rápidos resultados do Plano Real mudaram a disputa eleitoral em 1994. Lula, candidato do PT, liderava as pesquisas de intenção de votos desde maio de 1994. No entanto, “o resultado é conhecido: a vitória, em primeiro turno, da candidatura da coligação de centro-direita, que reuniu PSDB-PFL-PTB [...]”.²⁷³

Desta forma, entendemos bem como Felipe Freitas, que o Plano Real se constituiu como o primeiro antagonismo entre o PT e o PSDB. Segundo Freitas, até o ano de 1992, PT e PSDB aproximavam-se ideologicamente.²⁷⁴ No entanto, no ano de 1993 os partidos afastam-se quando Fernando Henrique Cardoso aceitou o convite para participar do governo peemedebista de Itamar Franco. Assim, segundo Freitas,

Logo, os anos de 1993 e 1994, durante o governo de Itamar Franco, foram marcados por articulações políticas que definiria o futuro Presidente da República. Lula e FHC, antes aliados políticos, como no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, se tornaram adversários em 1994. PT e PSDB tomaram rumos diferentes, que os colocaram como inimigos em relação à disputa à presidência da República nas eleições de 1994; fato que se manteve em todos os níveis da política até os dias de hoje. De certa forma, essa separação e a posição adotada pelo PT acabaram jogando o PSDB para a centro-direita do espectro político nacional, o que se evidencia, em grande medida, pela aliança feita com o PFL e pelas políticas adotadas durante o governo de FHC. Assim, a eleição de 1994 começava a colocar PT e PSDB como os principais inimigos no cenário político nacional.²⁷⁵

Quando em abril de 1994 FHC deixou a pasta da Fazenda para se candidatar à Presidência, em sua campanha de ênfase ao sucesso do Plano Real, adotou um discurso de que este plano seria fundamental para a estabilidade econômica e o combate à inflação. Por sua vez, Lula focalizava seu discurso as críticas ao Plano Real: defendia a ideia de que o plano era apenas eleitoreiro, que almejava apenas a vitória de FHC nas urnas e que não resolveria os problemas mais graves da economia. Ainda segundo o

²⁷² FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 91.

²⁷³ IANONI, Marcus. *Políticas Públicas e Estado...* Op. Cit.

²⁷⁴ Esta aproximação trata-se de uma conjuntura de período de transição democrática e elaboração da Constituição de 1988, quando ambos os partidos não concordavam com a transição política realizada ou com a maneira como os partidos governistas se comportavam nos primeiros anos da redemocratização.

²⁷⁵ FREITAS, Felipe. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez, p. 40.

candidato da esquerda, o plano de estabilização só beneficiaria uma pequena parte da população. Segundo Marco Aurélio Garcia, o PT neste momento subestima o sentimento generalizado da sociedade de que a estabilização constituía um valor em si.²⁷⁶

Assim, conclui Filgueiras que

[...] pode-se identificar, claramente, que o tempo econômico do Plano Real, desde o seu início, foi subordinado de forma extremamente competente, ao tempo político-eleitoral, em função da eleição presidencial. [...] Em resumo, o Plano Real se constituiu numa complexa arquitetura político-econômico-eleitoral, que possibilitou a derrota, mais uma vez, das forças de esquerda, recolocando na ordem do dia o projeto liberal urdido desde os tempos do Governo Collor.²⁷⁷

Por sua vez, Ianoni destaca uma questão imprescindível para a hipótese levantada nesta dissertação:

Plano Real expressou e conduziu ao poder uma vontade “coletiva” liberal, núcleo ideológico que capturou o interesse público antiinflacionário. O partido liberal dirigiu a estabilização monetária e a reconstrução do Estado. Se pensar na concepção gramsciana de hegemonia como *reforma intelectual e moral* e também como *direção*, pode-se admitir que o Plano Real converteu em *hegemonia política* o que se difundia como *hegemonia civil*, superando a sinergia entre as crises ideológica e política.²⁷⁸

Logo veremos que não há mudanças significativas quando nos referimos à eleição presidencial de 1998.

2.3- A trajetória política de Lula e do Partido dos Trabalhadores

Quando nos remetemos às origens da trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), torna-se necessário o retorno às transformações que ocorrem no movimento sindical nos últimos anos da década de 1970, que, por sua vez, torna-se fundamental para a formação de partidos de base popular.²⁷⁹ As transformações políticas, sociais e

²⁷⁶ GARCIA, Marco Aurélio. As eleições de 1994 – o neoliberalismo triunfante. In: ROBERTO, Amaral. *Os paulistas no poder*. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 1995, p. 224.

²⁷⁷ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 92.

²⁷⁸ IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado... *Op. Cit.* p. 173.

²⁷⁹ Neste contexto, nos referimos ao “novo sindicalismo”, que, como explica Amaral, se identifica assim é percebido como um sindicalismo que se diferencia daquele até então praticado no Brasil, atrelado ao Estado. Este “novo sindicalismo” adotava uma postura independente, que se mobilizava através de greves com o objetivo de questionar as ordens políticas e econômicas vigentes no momento. “O Novo Sindicalismo foi assim denominado por enfrentar o conflito entre capital e trabalho de forma distinta [...]”. NAVA, Mariane. *A imagem de Lula construída pelos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo*

econômicas desta década acabam por resultar em um ambiente onde o debate em torno dos direitos dos trabalhadores ganha um impulso maior, bem como a necessidade de uma maior organização e de um abandono da discussão acerca dos setores populares apenas no abstrato.

Segundo Daniel Aarão, os choques das lutas sociais que se dão neste cenário, no Brasil, projetam os trabalhadores como um dos mais combativos do mundo. Além disso, são favorecidos tanto pelo cenário nacional quanto pelo cenário externo: a ditadura no Brasil já renunciava seu fim enquanto as tendências favoráveis à democratização brasileira cresciam no país. Já no contexto internacional, via-se o sucesso, em 1979, da revolução sandinista na Nicarágua e o declínio das ditaduras em diversos países da América Latina.²⁸⁰

Margaret Keck destaca que a década de 1970 transformou o cenário brasileiro principalmente, com as greves de 1978 e 1979, irrompidas pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, somadas ao surgimento de lideranças operárias reconhecidas pela opinião pública, como Luís Inácio Lula da Silva (Lula), então presidente do sindicato de São Bernardo. Segundo a autora,

Elas [as greves] produziram novos vínculos entre os líderes operários combativos e deram a impressão de que existia uma base operária massiva e mobilizada, desejosa de mudanças. [...] a ação dos grupos sociais, já não mais apenas uma questão a ser debatida entre os intelectuais; em vez disso, ela tornara-se um assunto a ser negociado entre grupos cada vez mais organizados. Muitos líderes operários já não mais queriam deixar o ato de interpretar aos outros – desejavam criar uma oportunidade, em termos organizacionais, para que os trabalhadores pudessem falar por si próprios.²⁸¹

Segundo a autora, a atenção que receberam dos meios de comunicação de massa, tanto Lula quanto as reivindicações e resultados de ambas as greves, foi uma amostra dos trabalhadores de sua importância política.²⁸²

Em meio a esta conjuntura, ocorreram as primeiras iniciativas para a formação do PT no Brasil. Destaca Keck que a ideia oficial de lançar um partido representativo dos interesses dos trabalhadores partiu da iniciativa de Lula. Durante o Encontro dos

durante as campanhas presidenciais de 1989 a 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Paraná, 2017, p. 55.

²⁸⁰ AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 1.

²⁸¹ KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Centro Edelstein, 2010, p. 92.

²⁸² *Ibidem*, p. 101.

Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em janeiro de 1979, foi divulgado uma resolução que convocava trabalhadores e sindicatos a se unirem em torno de um partido independente, que reconheceria a importância dessa classe na vida social. No entanto, somente em 10 de fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores foi fundado em São Paulo.

Para Margaret Keck, o PT foi criado, em São Paulo, devido a dois fatores principais: 1) os resultados das greves e de diversas lutas sociais, que no final dos anos de 1970 havia criado uma base de massa que também era notória naquele estado; e 2) a formação do partido “consiste na preparação do terreno para seu lançamento pela esquerda organizada, cuja visibilidade crescente no plano público no final dos anos 70 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado”.²⁸³

Quando da fundação do partido em questão, a leitura das bibliografias levantadas buscava explorar principalmente duas discussões. A primeira é o debate interno que se faz acerca de qual ideologia seria adotada pelo PT. A segunda discussão encontrada se refere às metamorfoses que ocorrem ao Partido dos Trabalhadores no período que vai de sua fundação, em 1980, ao ano de 2002, quando Luis Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República, período e análise os quais não nos estenderemos nesta pesquisa.

Daniel Aarão destaca que o Partido dos Trabalhadores surgiu da aliança inusitada entre lideranças sindicais autênticas, revolucionários marxista-leninistas²⁸⁴ – para os quais um partido dos trabalhadores dirigido pelos próprios operários cumpria o desejo da emancipação do proletariado, presente no Manifesto Comunista de 1848, escrito por Karl Marx – e militantes da esquerda católica (segundo o autor, militantes cristãos radicais).²⁸⁵ Essa diversidade na composição do partido acabou gerando lacunas, que foram debatidas não apenas internamente, mas também nos estudos acerca da origem e história do partido. Entre estas questões encontram-se a definição de que tipo de socialismo era pretendido seguir; que estratégias seguir para este fim; como se conformariam as tendências plurais no partido, entre outras.²⁸⁶

²⁸³ Ibidem, p. 110.

²⁸⁴ Além da Convergência Socialista, estavam grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta armada contra a ditadura civil-militar: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil/Ala-PC do B, Ação Libertadora Nacional/ALN, Ação Popular Marxista- Leninista/AP-ML, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP.

²⁸⁵ AARÃO, Daniel. *O Partido dos Trabalhadores...* Op. Cit., p. 5.

²⁸⁶ Ibidem, p. 5.

Eduardo da Costa e Silva realizou um levantamento bibliográfico sobre os estudos que se dão neste âmbito, apontando alguns autores que levantam diferentes teses acerca do plano ideológico petista desde sua formação inicial.²⁸⁷

O autor expõe primeiro as ideias de Clóvis de Azevedo²⁸⁸, para quem o PT já em seu nascimento era um partido dividido entre as partes social-democrata e marxista-leninista. Segundo o autor, quando assumia seu lado socialista, não sobrava espaço para seu lado democrata, e vice-versa. Quando Lula já estava no comando da presidência da República, Azevedo admite que a questão ideológica foi abandonada pelos petistas. Já se identificavam na área social elementos de centro-esquerda, e elementos de centro na política econômica, tornando a prática partidária ambígua.²⁸⁹

Com esta mesma análise sobre o partido, André Singer²⁹⁰ divide o Partido dos Trabalhadores em dois grupos diferentes: aquele que defende a “revolução” por meio do uso da violência, de forma que se modifiquem profundamente as relações políticas, a ordem jurídica e a esfera econômica; e o segundo grupo seria aquele que afirmava que a revolução é qualquer mudança fundamental, sem a necessidade da violência. Para Singer, a década de 1990 marca para o PT a transição da proximidade da revolução através da violência para a revolução simbólica. Segundo o autor, “a abertura de plataforma petista ajuda a conciliar diferenças entre grupos com tendências distintas e conflitantes dentro do PT”.²⁹¹

De acordo com as mesmas teses, Marco Aurélio Garcia e Benedito César defendem que o PT não poderia ser classificado como um partido brasileiro tradicional, não podendo ser enquadrado como socialista ou social-democrata. Segundo os autores, “o PT é um bloco social e político novo, dotado de identidade própria e voltado para a construção de um projeto político-societário autônomo”.²⁹²

²⁸⁷ COSTA E SILVA, Eduardo. *De Lula-la a Lula-light: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás, 2005, p. 17.

²⁸⁸ AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A Estrela Partida ao Meio: Ambigüidades do Pensamento Petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995 *apud* COSTA E SILVA, Eduardo. *De Lula-la a Lula-ligh...* Op. Cit., p. 42.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 45.

²⁹⁰ SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001 *apud* COSTA E SILVA, Eduardo. *De Lula-la a Lula-ligh...* Op. cit., p. 65.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 38.

²⁹² GARCIA, Marco Aurélio. *A social-democracia e o PT*. *Revista Teoria e Debate* nº 12(out./nov./dez. 1990); CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. *Apud* COSTA E SILVA, Eduardo. *De Lula-la a Lula-ligh...* Op. Cit., p. 40.

No que diz respeito às metamorfoses que ocorreram no Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, destacaremos, a partir das observações feitas durante os processos eleitorais, principalmente as três primeiras eleições presidenciais das quais participou o partido (1989, 1994 e 1998).

Ao tratar das mudanças do partido, Azevedo enfatiza que o PT, em toda a sua trajetória, se beneficiou tanto de seu lado parlamentar-eleitoral, quanto de seu lado participativo nos movimentos sociais – posições que o auxiliam a ganhar capital político e chegar às posições de poder, sejam estas municipais, estaduais ou, finalmente, federais. No entanto, para o autor, esta trajetória é marcada por mudanças que se consolidam em fases distintas. A primeira delas corresponde ao período 1980/1994, quando o partido não apresenta competitividade nas eleições proporcionais:

Neste contexto, o partido constrói sua identidade política nas ideias socialista e numa prática política orientada para a organização, mobilização e representação das demandas dos mais diversos movimentos sociais urbanos e rurais. [...]

O partido está impregnado de voluntarismo político, espírito revolucionário e uma vaga e genérica ideologia socialista. O PT era, antes de qualquer outra coisa, um representante e um porta-voz das demandas sindicais e dos grupos socialmente minoritários (feministas, ecologistas, etc.) ou subalternos do ponto de vista político e social. A partir deste norte ideológico o PT, durante toda a década de 80 e parte dos 90, atuaria articulado aos movimentos sociais e com um programa nacionalista e estatizante no estreito campo político e eleitoral da esquerda, recusando qualquer aliança eleitoral com as agremiações do centro político.²⁹³

A segunda fase se dá entre 1995 e 2005, quando após uma reorientação do partido sob a eleição para a presidência do PT de José Dirceu, a agremiação assume uma atitude moderada e “responsável” em relação ao sistema político. Assim, segundo Azevedo,

No que concerne à ação política a nova direção reduziu a importância da articulação do partido com os movimentos sociais e passou a priorizar as atividades no campo político-institucional, valorizando a participação nos pleitos eleitorais, a conquista de mandatos e a ação parlamentar e governamental. [...]

A ênfase na disputa eleitoral e na atividade parlamentar foi seguida também de redefinição da política de alianças e sua ampliação até o centro do espectro partidário. Em 1997, durante o 11º Encontro Nacional do PT, a Carta do Rio de Janeiro lançada ao final do encontro recomendava o abandono da estratégia da frente de esquerda, até então dominante, por uma concepção mais ampla de alianças eleitorais. Esta mudança foi basicamente decorrente da constatação de que Lula só se tornaria competitivo na disputa presidencial caso alargasse a sua base eleitoral para além do campo da esquerda e adotasse

²⁹³AZEVEDO, Fernando Antônio. Imprensa, Partido dos Trabalhadores e eleições presidenciais (1989-2006), p. 6.

uma plataforma eleitoral com uma agenda moderada e orientada para um governo de coalizão pelo centro como efetivamente o fez na disputa vitoriosa de 2002. [...]

Este conjunto de mudanças expressou uma inflexão e um deslocamento ideológico do PT em direção ao centro político, ainda que permaneça à esquerda deste centro.²⁹⁴

Segundo Daniel Aarão, quando surge o PT, os anos de 1980 estão inserido em um cenário de efervescências sociais, com o estouro de diversos movimentos e greve no Brasil, destacando-se as lutas de caráter sindical e de ordens anticapitalistas. Todo este plano de fundo dá base à perspectiva de que o novo partido de caráter trabalhista e social deveria relegar a um lugar secundário as lutas político-eleitorais, que deveriam ser auxiliares, um braço parlamentar dos movimentos sociais. Quanto a estes movimentos, deveriam assumir o espaço principal de sua articulação e organização.

No entanto, este “braço parlamentar” parece ganhar uma relevância cada vez maior a partir do processo eleitoral de 1982, quando as disputas de davam pelos cargos em assembleias e governos dos estados. De acordo com Aarão, o partido lançou seus candidatos ao governo em quase todos os estados, bem como seus militantes tentaram eleger-se nos âmbitos municipais, estaduais e federais, apresentando bons resultados: elegeram em todo o país 117 vereadores, 12 deputados estaduais e 8 deputados federais.²⁹⁵

Antoniutti destaca que nesta primeira experiência eleitoral do PT o discurso assumido era favorável a uma legenda radical, de apoio à reforma agrária, desconcentração da propriedade privada, à estatização de setores essenciais e à moratória da dívida externa. Ressalta-se o teor de sua campanha era voltado para os trabalhadores e a possibilidade de que elegessem um partido formado exclusivamente por esta classe o que, segundo a autora, acabou afastando os votos da classe média e dos eleitores menos politizados.²⁹⁶

Como apontamos no primeiro capítulo desta dissertação, os anos 1980 representam uma mudança não só no cenário brasileiro, mas também na conjuntura internacional, o que acabou por se refletir nos rumos políticos que tomava o PT.

No final da década de 1980, os brasileiros puderam voltar às urnas depois de quase 30 anos para eleger de forma direta o presidente da República. As eleições de

²⁹⁴ Ibidem, p. 7

²⁹⁵ AARÃO, Daniel. *O Partido dos Trabalhadores...* Op. Cit. p. 6.

²⁹⁶ ANTONIUTTI, Cleide. *De operário a presidente: a imagem de Lula no Horário Eleitoral da televisão nas campanhas presidenciais 1989 e 2002*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 61.

1989 foram marcadas de forma contundente pelo antagonismo entre a esquerda e a direita, especificamente pelo antagonismo entre o candidato petista Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Collor.

Na eleição presidencial, Collor defendia legendas de cunho neoliberais e tornou-se uma alternativa política aos anseios petistas. Em torno de sua candidatura, uniram-se setores da direita e do centro da política brasileira. Do lado oposto, Lula pregava o confronto de classes, apresentava um projeto baseado em tradições nacional-estatistas, com propostas como a suspensão dos acordos com o FMI, do pagamento da dívida externa, a reforma agrária radical, o questionamento das bases do modelo econômico vigente.

Aarão enfatiza que naquela conjuntura de expansão neoliberal, tanto em território nacional, quanto internacional, um programa radical como o que havia sido apresentado por Lula junto ao PT dificilmente seria aprovado pelas circunstâncias. Assim, a disputa empreendida pelo Partido dos Trabalhadores em 1989 tinha como objetivo principal popularizar o partido bem como suas principais lideranças. Segundo o autor,

as eleições, marcadas por manifestações e comícios grandiosos, debates entre os candidatos nas televisões, mobilizaram amplamente a sociedade. O PT lançou, naturalmente, seu líder de maior expressão, Lula, como candidato à presidência. Era uma espécie de *anti-candidatura*, mais para *marcar posições* do que para disputar efetivamente o posto máximo da República. De fato, as propostas tinham um caráter *reformista-revolucionário* [...].²⁹⁷

Mesmo com um programa radical, os resultados das eleições presidenciais em primeiro turno naquele ano foram favoráveis ao candidato da esquerda. Lula chegou ao segundo turno com 17% dos votos válidos, superando os votos de outro candidato que se posicionava a esquerda da política, Leonel Brizola, que possuía trajetória conhecida no campo das esquerdas e apresentava, naquele momento propostas mais moderadas.²⁹⁸ Desta forma, a disputa da eleição em segundo turno se deu entre Collor e Lula.

A literatura levantada para a análise deste momento expõe que a possibilidade da vitória petista nas eleições de 1989 assustou os setores dominantes da sociedade que, por sua vez, uniram-se de em favor da campanha eleitoral de Fernando Collor, mobilizando todos os meios para que este se elegeisse. Um exemplo disto foram as coberturas dos grandes jornais brasileiros:

²⁹⁷ AARÃO, Daniel. *O Partido dos Trabalhadores...* Op. Cit. p. 10.

²⁹⁸ Leonel Brizola, nas eleições de 1989 consegue 15,45% dos votos válidos.

[...] o comportamento da mídia no período, a cobertura dos jornais foi abertamente favorável a Collor, tanto nos impressos quanto no rádio e na TV. Azevedo (2006) explica que os maiores jornais brasileiros se posicionaram a favor do neoliberalismo e atacaram concepções nacionalistas, posição que favoreceu determinado grupo de candidatos. A postura adotada pelos jornais é identificada pelo autor como característica do paralelismo político, notadamente pela defesa aberta de valores políticos e ideias econômicas como também pelo engajamento eleitoral dos meios de comunicação. [...] Comportamento atribuído ao “forte clima de polarização ideológica e histeria política diante de uma vitória da esquerda. Um pesadelo para a imprensa historicamente conservadora”.²⁹⁹

O segundo turno do pleito eleitoral foi marcado pela quase derrota de Collor, beneficiado pelas edições realizadas pela Globo no último debate eleitoral na televisão e transmitida em cadeia nacional. O candidato do PT angariou 44,23% de votos naquele ano, contra 49,94% dos votos de Collor. Como argumenta Antoniutti, mesmo com a derrota nas urnas, a eleição de 1989 foi importantíssima para a história política do PT, que iniciou sua trajetória de superação do PDT como o maior partido da esquerda brasileira. Além disso, os resultados da campanha posicionavam Lula como a principal liderança nacional de oposição a Collor.³⁰⁰

Daniel Aarão e Antoniutti destacam os anos 1990 como o período de estabilização do Partido dos Trabalhadores, destacando o Primeiro Congresso Nacional do partido, realizado em 1991 e que teve como característica o debate ideológico acerca do compromisso com o socialismo. O que foi acordado nesta ocasião foi a permanência de uma definição socialista vaga pelo partido, com o objetivo de abrigar todas as tendências que o compunham. Assim, “de um lado, e desde o início, no entanto, o PT afirmara sua autonomia, colocando-se como o partido do socialismo do século XXI. De outro lado, no entanto, não deixou de manter relações relativamente intensas com os Estados socialistas, particularmente com a ditadura fidelista em Cuba”.³⁰¹

No entanto, as diferentes tendências que se acomodavam no partido foram sendo umas relegadas às outras. Destacam-se duas frentes neste momento: a Articulação e as organizações revolucionárias. A primeira tinha como principal liderança a figura do Lula, era mais moderada e tinha grande consonância com as bases populares, ganhando logo o centro dirigente do PT. As organizações revolucionárias, por sua vez, foram

²⁹⁹ NAVA, Mariane. *A imagem de Lula construída pelos...* Op. Cit., p. 52.

³⁰⁰ ANTONIUTTI, Cleide. *De operário a presidente...* Op. Cit., p. 73.

³⁰¹ AARÃO, Daniel. *O Partido dos Trabalhadores...* Op. Cit. p. 12.

perdendo cada vez mais espaço no partido, até que deixaram de existir. Segundo Daniel Aarão,

à conjuntura das grandes lutas sociais dos anos 1980, sobretudo de sua primeira metade, sucedia-se uma outra, marcada na sociedade por um ânimo conciliador, moderado, reformista. O PT, cada vez mais concentrado na busca do próprio fortalecimento institucional, polarizado pelas disputas eleitorais que se sucediam em todas as instâncias da sociedade, via-se sugado por esta dinâmica, que ele não havia previsto, e parecia não controlar. Os militantes *amadores*, que tinham sido a marca registrada do Partido em seus inícios escasseavam a olhos vistos, substituídos por funcionários, assessores, executivos de todos os tipos, do próprio Partido ou membros de cargos/funções públicas, vinculados às administrações que se constituíam, e se multiplicavam, em função das vitórias eleitorais.³⁰²

Além da conformação do PT ao processos eleitorais, os anos de 1990 também foram marcados pelos pleitos seguintes no que se refere à oposição feita ao seu projeto. Assim como aconteceu durante as eleições de 1989, o desempenho de Lula e do partido nas eleições anteriores levou partidos de centro e de direita a se unirem em um bloco político – que detinha não só o poder Executivo mas também a maioria do Congresso Nacional – contra a vitória petista agora nos processos eleitorais de 1994 e 1998.

Antoniutti destaca que o 8º Encontro Nacional do PT, ocorrido em 1993, preparou o partido para as eleições presidenciais de 1994. Segundo a autora, o encontro reafirmava a luta do PT por um governo democrático e popular e propunha uma alteração mais radical das relações políticas e sociais no país. “O encontro admitia que só seria possível conquistar uma verdadeira democracia substantiva, se, além das formas representativas, fossem construídos conselhos populares para que a população tivesse um canal direto de comunicação com o partido”.³⁰³

Ainda se destaca que o principal objetivo do partido nas referidas eleições era sua “auto-organização, na participação e na conscientização populares”.³⁰⁴ No entanto, como vimos em tópico anterior deste capítulo, a polarização eleitoral de 1994 se deu entre o Partido dos Trabalhadores e o PSDB. A discussão em torno de medidas de estabilização monetária e seus planos fizeram com que o Plano Real dominasse os debates eleitorais, favorecendo Fernando Henrique Cardoso e relegando a Lula o segundo lugar na votação mais uma vez, com 27% dos votos válidos.³⁰⁵

Acerca do pleito de 1998, Antoniutti destaca a inexistência de mudanças na conformação das principais forças políticas do Brasil. Segundo a autora, “FHC se

³⁰² Ibidem, p. 14.

³⁰³ ANTONIUTTI, Cleide. *De operário a presidente...* Op. Cit., p. 74.

³⁰⁴ Ibidem, p. 74.

³⁰⁵ AARÃO, Daniel. *O Partido dos Trabalhadores...* Op. Cit. p. 14.

lançava novamente candidato á presidência, assegurado pela emenda da reeleição, apoiado por uma coligação ampliada que reunia o PSDB, PFL, PTB, PMDB e PPB, de outro lado, estava Lula que era apoiado por uma coligação mais abrangente do que a de 1994, composta pelo PT, PDT, PSB, PCB e PCdoB”.³⁰⁶

Assim, o que se destaca é a possibilidade de reeleição ao cargo de presidente por parte de FHC. O 11º Encontro Nacional do PT constatava que a aprovação da PEC da reeleição – tratado no capítulo anterior – era um compromisso histórico e conservador com a agenda do governo FHC. Mesmo assim, o PT constituiu oposição no pleito de 1998 e disputou contra FHC.

Naquele encontro, o PT reafirmava seu compromisso com uma revolução democrática, apenas pela qual seria possível o fim da exclusão e das desigualdades sociais e a construção do Estado de Direito no Brasil. Assim,

com uma reforma profunda do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa do direito do consumidor, a participação direta da população nas decisões [...]. Segundo o Encontro, a estratégia de construção de um novo projeto nacional, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática recolocaria os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo.³⁰⁷

Mesmo assim, o FHC venceu mais uma vez as eleições, assumindo com Lula, obtendo o segundo lugar, com 31,7% dos votos válidos.

2.4- O Estado de São Paulo e a defesa do Plano Real

Acerca do Plano Real nos atemos à análise das fontes a partir do mês de junho de 1997, após a aprovação da PEC da reeleição, pois entendemos que é a partir deste momento que se inicia uma campanha visando a vitória de Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial de 1998.

A primeira matéria sobre o tema “Plano Real” no período de análise é de cunho negativo. A manchete é um dos destaques que se faz na capa da edição do periódico no dia 11 de junho daquele ano, fazendo referência a uma pesquisa de opinião organizada a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no mês anterior. Intitulada “*Desemprego e tarifas afetam apoio ao real*”, a reportagem apontava que o medo do

³⁰⁶ ANTONIUTTI, Cleide. *De operário a presidente...* Op. Cit., p. 76.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 77.

desemprego e da recessão econômica, além do aumento das tarifas públicas, eram as principais ameaças ao sucesso do Real.³⁰⁸

Três ocorrências chamam a atenção a partir da publicação da pesquisa em *OESP*: a primeira é o formato da matéria no caderno de economia. Em um dos trechos no texto é apontado que, em uma pesquisa feita no mês de março, 55% dos entrevistados achavam que sua vida havia melhorado com o Plano Real, enquanto na pesquisa feita recentemente apenas 47% mantinham a mesma opinião. No entanto, a despeito dos dados negativos, ao centro da reportagem, destaca-se em letras garrafais que “*Para 47%, vida melhorou após o plano*”.³⁰⁹ Mesmo não sendo a maioria expressiva dos entrevistados, parece-nos que o objetivo com esta estratégia era sobressair dados que parecessem ainda assim favoráveis ao Plano Real.

Em segundo plano, o jornal ofereceu espaço em suas páginas para duas vozes governistas: Fernando Bezerra – n época senador pelo PMDB-RN e presidente da CNI – e Pedro Malan, então ministro da Fazenda. Bezerra absolve as medidas de sustento ao Plano Real da culpa pelos altos índices de desemprego no Brasil. Para o senador, a perda de empregos era resultado da modernização do parque industrial, afirmava que “*o que tira empregos é a globalização*”.³¹⁰ Por sua vez, Malan contrariava os resultados da pesquisa: “*A maioria da população apoia o Real*”; “*Ninguém deseja a volta daquele passado, daquela inflação vergonhosa*”.³¹¹

A terceira ocorrência que chama a atenção é em relação à edição do dia seguinte, que parece ser matéria complementar às vozes governistas citadas anteriormente. Em artigo afirma-se que apesar daquela pesquisa mostrar uma maior preocupação da população, seja com o desemprego ou com um “tarifaço”, mostra também uma menor insatisfação. Segundo *OESP*,

pesquisa do Ibope revela que a “satisfação com a vida” contempla três em cada quatro brasileiros consultados [...]. Na classe pobre, o nível de satisfação alcança 77% dos entrevistados.

O pobre sabe nada, mas sente tudo. [...] O consumo da cesta básica acumula, desde julho de 1994, uma expansão de 47%. Com inflação abaixo de 6% em três anos. [...]

Quando a economia resolve o problema maior, ela engrandece o problema menor. Que, no caso do Plano Real, pode ser o desemprego, a defasagem cambial, a reforma agrária, o déficit comercial. Ou a tal da globalização.³¹²

³⁰⁸ “Desemprego e tarifas afetam apoio ao Real”. *O Estado de São Paulo*, 11 de junho de 1997, p. 1.

³⁰⁹ “Tarifas e desemprego arrancam a imagem do Real”. *O Estado de São Paulo*, 11 de junho, p. 42.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ “Malan reage e diz que a “maioria” é a favor”. *O Estado de São Paulo*, 11 de junho de 1997, p. 43.

³¹² “Não sabe, mas sente”. *O Estado de São Paulo*, 12 de junho de 1997, p. 106.

No período de junho de 1997 até o período de processo eleitoral de 1998, ao tratar o Plano Real, *O Estado de S. Paulo* segue em muitas edições este mesmo modelo de reportagem apresentado anteriormente. As matérias internas e editoriais se constroem em torno de resultados de pesquisas de opinião, as quais não mostram somente a aprovação ou reprovação do Plano Real – que, por vezes, o atrelam a figura de Fernando Henrique Cardoso e sua aprovação -, mas também opiniões de “especialistas” e governistas acerca do assunto como: “*Pesquisa indica maior otimismo dos brasileiros: Aumentam o percentual dos que acreditam que 97 será um bom ano e dos que aprovam o Real*”³¹³; “*Pesquisa aponta confiança no Real e em FH*”³¹⁴; “*O brasileiro aumentou a confiança no sucesso do Plano Real e no governo Fernando Henrique Cardoso*”³¹⁵; “*Melhora – o senador [Bezerra] chamou a atenção para o fato de que 53% - maioria absoluta dos entrevistados dizem que a vida melhorou muito com o Real*”³¹⁶; “*Para Bezerra e para o chefe do Departamento Econômico da CNI [...] os dados indicam que a queda de confiança no Real e no governo registrada em maio pode ter sido um fato extemporâneo, provocado por acontecimentos que deprimiram o brasileiros*”.³¹⁷

Bem como ocorreu no conteúdo de junho do periódico, a edição do dia seguinte à divulgação dos resultados da pesquisa repercutiu no editorial de *OESP*. Segundo os editorialistas, a pesquisa mostrava um alto grau de esperança no futuro:

Que revela [...] a pesquisa concluída este mês pelo Ibope?
Para o governo federal [...] resultados mais satisfatórios: a avaliação positiva [...] [dá] alento ao governo para enfrentar as situações difíceis que possam vir a ocorrer no futuro. Os fatores que são positivos para o governo – mais que o aumento da avaliação favorável – são dois: a satisfação com a vida que os pesquisados estão vivendo e o [diminuição do] receio do desemprego. [...] Isso indica que apesar de toda a propaganda contrária ao Plano Real e de o desemprego ser um dado de fato, a população [...] já tem mais esperança. É essa esperança no futuro, sem dúvida, que apoquentas as oposições políticas, que não sabem como responder a índices que mostram claramente que o governo vai no rumo certo: tanto assim é que a crena no êxito do Plano Real voltou a subir de muito para cá.³¹⁸

No mês seguinte, a despeito do que haviam afirmado os editorialistas acerca dos resultados da pesquisa anterior, a avaliação do Plano Real caiu três pontos percentuais,

³¹³ “Pesquisa indica maior otimismo dos brasileiros”. *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1997, p. 1.

³¹⁴ “Pesquisa aponta confiança no Real e em FH”. *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1997, p. 4.

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ *Ibidem*.

³¹⁸ “Satisfação e otimismo”. *O Estado de São Paulo*, 28 de agosto de 1997, p. 3.

de 79% de aprovação para 76%. O que nos chama a atenção nesta edição é que, apesar deste fato ser noticiado no decorrer das matérias, as manchetes são positivas, destacando apenas os índices favoráveis naquele momento, diferente daquelas destacadas acima, quando o Real recebe destaque já em seus títulos. Os jornais apontam nos títulos de tais notícias apenas que *“Aprovação do governo FH atinge 45%”*³¹⁹; *“Ibope registra aumento de aprovação a FH”*.³²⁰

Durante o ano eleitoral, as pesquisas de opinião seguiam sendo feitas e ganhando espaço nas páginas do jornal. Já em janeiro, o caderno de economia destaca que *“Real começa o ano com aprovação de 91%”*; *“O desemprego, a alta dos juros e o pacote fiscal que aumentou o Imposto de Renda não foram suficientes para abalar a confiança dos brasileiros no Real [...]”*.³²¹ Como que para reforçar os resultados da pesquisa, na mesma página de sua divulgação, *OESP* destacava a melhora que o Plano Real teve na vida da empregada doméstica Raimunda da Silva, *“que nos últimos dois anos conseguiu comprar vários eletrodomésticos para sua casa. [...] Divorciada, mãe de três filhos, acha que o Real, facilitou sua vida nos últimos três anos e meio”*.³²²

Mas à frente, o jornal voltou a citar pesquisas de opinião envolvendo o Plano Real. Mesmo que de forma esporádica, sempre que tornam às páginas de *OESP*, as notícias que envolvem tais pesquisas, quando não relegadas ao canto de página, apresentam um lado favorável ao Real ou ao governo.³²³ Percebemos isto na análise das fontes do dia 4 de fevereiro, quando o jornal noticia que *“Crise financeira afeta confiança no Plano Real”*³²⁴, enfatizando logo no início da matéria que o medo do desemprego e a renda menor haviam abalado a confiança no plano econômico. O mesmo ocorre próximo ao aniversário de 4 anos do Plano Real: *“Real completa 4 anos com 68% de apoio”*; *“Para economistas, o déficit público é o principal inimigo do mais longo plano de estabilização da economia brasileira, que também será defendido pela oposição durante campanha à Presidência”*.³²⁵

³¹⁹ “Aprovação do governo FH atinge 45%”. *O Estado de São Paulo*, 30 de setembro de 1997, p. 1.

³²⁰ “Ibope registra aumento de aprovação a FHC”. *O Estado de São Paulo*, 30 de setembro de 1997, p. 6.

³²¹ “Real começa o ano com aprovação de 91%”. *O Estado de São Paulo*, 5 de janeiro de 1998, p. 23.

³²² “Plano melhorou vida de Raimunda”. *O Estado de São Paulo*, 5 de janeiro de 1998, p. 23.

³²³ Como quando ocorre no dia 28 de maio com a matéria “Plano Real tem a pior avaliação”. *O Estado de São Paulo*, 28 de maio de 1998, p. 12.

³²⁴ “Crise financeira afeta confiança no Plano Real”. *O Estado de São Paulo*, 4 de fevereiro de 1998, p. 40.

³²⁵ “Real completa 4 anos com 68% de apoio”. *O Estado de São Paulo*, 28 de junho de 1998, p. 1.

Em outras edições do jornal, a oposição e o déficit público também são apontados quando se trata do Plano Real: ainda em junho daquele ano *O Estado de S. Paulo* aponta: “[...] opositores do Plano Real continuam a ignorar o apoio que a sociedade dá a ele.”; “[...] não é preciso der um ufanista inveterado

Como mencionado, o aniversário do Plano Real não fica de fora das notícias do jornal estudado. No período analisado, por duas vezes foi comemorado este evento, nos anos de 1997 – quando completou 3 anos – e de 1998. No primeiro caso, não há tantas menções a isto, mas cabem destacar três edições, todas elas com registros de sucessos advindos da implementação do Real: no Caderno de Economia, afirma-se que o resultado do Plano Real é a inflação de um dígito, “Com inclinação para menos de 7% este ano e menos de 5% o ano que vem, ano de reeleição do arquiteto político do Plano Real. O tempo continua jogando a favor do programa de estabilização. Não há fadiga do material na carreira do Real. O resto é intriga da oposição”.³²⁶ Nas edições seguintes, é enfatizado a melhoria na renda dos trabalhadores, que sofria aumento de 24,79% em um ano³²⁷, bem como o impacto positivo sobre as camadas mais pobres da população. Ao serem exaltados os “Três anos de uma nota só”³²⁸, ressalta-se:

A permanência das notas do real significa que a moeda não derrete mais nas mãos de quem a retém. Isso mantém seu poder aquisitivo e significou, para quem não tinha defesa contra a inflação, em particular os mais pobres, um aumento de seus rendimentos. Melhorou a distribuição de renda e expandiu-se o consumo, tanto à vista como a prazos maiores, estes também assegurados pela estabilidade da moeda, que viabilizou cálculos financeiros, de maior prazo, indispensáveis na concessão desses financiamentos [...].³²⁹

Quando nos voltamos ao ano eleitoral de 1998, temos mais uma vez a proximidade com o aniversário do Plano Real, desta vez completando 4 anos de vigência sob o comando de Fernando Henrique Cardoso. Os destaques sobre o programa de estabilização tem maior incidência em junho deste ano e, nos diversos editoriais analisados, os editorialistas assumem que após a implementação do Plano Real ainda havia muito que fazer no país. Porém, na visão do jornal, era inegável que houve uma grandiosa melhora na vida econômica e social dos brasileiros em pouco tempo.

[...] o real é mais do que uma moeda firme, assim como o Real é mais do que um plano bem-sucedido. Apesar dos juros e do câmbio, da dívida e do déficit, da crise asiática e do saco de maldades; apesar do desemprego e da dengue,

para perceber que os mais pobres ganharam poder aquisitivo”. “O elo mais forte”. *O Estado de São Paulo*, 11 de junho de 1997, p. 32.

Em matéria do caderno de economia, destaca o jornal “No início do quinto ano do Plano Real, a preocupação com a trajetória explosiva das contas externas sai de cena e o déficit público assume, sozinho, o papel de vilão do mais longo programa de estabilização da economia brasileira [...]”. “Déficit público assume papel de vilão do Real”. *O Estado de São Paulo*, 28 de junho de 1998, p. 198.

³²⁶ “Real, 40 meses”. *O Estado de São Paulo*, 1 de julho de 1997, p. 52.

³²⁷ “Cai número de pessoas que ganham muito pouco”. *O Estado de São Paulo*, 2 de julho de 1997, p. 42.

³²⁸ “Três anos de uma nota só”. *O Estado de São Paulo*, 3 de julho de 1997, p. 2.

³²⁹ *Ibidem*.

da lentidão do governo em acudir quem fica *na pior* e de sua relutância em reconhecer erros e omissões evidentes; apesar dos maus passos e dos maus parceiros do presidente, e seu soberbo desdém pelos críticos e de seu tão comentado distanciamento das situações de comoção popular – o fato essencial é que nunca o País mudou tanto para melhor, em tão pouco tempo, em regime de democracia plena.³³⁰

Ainda no mesmo editorial afirmava-se que sem a implantação do real, seriam impraticáveis as transformações conseguidas desde 1994, como o fato de o governo, economia e sociedade voltarem a funcionar; o fim da superinflação; entre 1994 e 1997, houve redução do número de miseráveis, assim como da concentração de renda e a taxa de mortalidade infantil. É aqui dada voz aos interlocutores do presidente-candidato, que dizem o “*aprofundamento e a ampliação dos benefícios da estabilidade [...] constituem ‘o lado nobre da reeleição’*. De hoje a 103 dias, os brasileiros poderão dizer, pelo voto, se desejam ou dispensam essa nobreza”.³³¹

Outra questão que se destacava em *O Estado de São Paulo* neste período de aniversário do Plano Real, era o posicionamento da oposição em relação ao mesmo, com atitudes não completamente contrárias à ideia do programa de estabilização mas que concentrava-se em apontar os erros na condução do mesmo. Isto ocorre principalmente em momentos de críticas pelo candidato petista, Luis Inácio Lula da Silva em sua campanha às eleições de 1998. Era afirmado em editoriais que se tratava de “*ceticismo cínico*”³³² não reconhecer os frutos da estabilidade, dos bons resultados do Real. Segundo o jornal,

Os mesmo que em 1994 alardeavam que o Plano Real era uma farsa eleitoreira hoje insinuam que ela não valeu a pena se sua manutenção foi obtida a tão alto custo social.³³³

[...] Reconhece-se que a estabilidade da moeda não era uma mentira, mas só para se passar a apresentá-la como uma sanguessuga. A má-fé, mesmo quando parece se corrigir, está sempre a se reproduzir. Porque só pode ser má-fé apresentar o Plano Real como a caixa de Pandora de todos os males de hoje, ontem e de antes, ideia que á avalizada por qualificados quadros do PT [...]. Má fé de quem sabe muito bem que se a política social, num país de desigualdades como o nosso, não poder ser simples resíduo da política econômica, deveria saber que nem por isso a estabilidade monetária deixará de ser precondição de qualquer avanço social. Com a inflação, não havia planejamento ou programa que não fosse ficção; não havia planejamento ou programa que não fosse ficção; não havia recurso público que não se esgarçasse entre a libertação e a efetiva aplicação; não havia salário que chegasse ao fim do mês sem alguma perda do poder aquisitivo. O real não é

³³⁰ “O real, o Real e a reeleição”. *O Estado de São Paulo*, 23 de junho de 1998, p. 2.

³³¹ *Ibidem*.

³³² “Os frutos da estabilidade”. *O Estado de São Paulo*, 30 de junho de 1998, p. 3.

³³³ Desemprego, deterioração dos sérvios públicos, falências em série de empresas.

aquele dinheiro em vitrine, que as pessoas olham sem poder tocar. É benefício nos bolsos e barrigas [...].³³⁴

Nos dias seguintes, em artigo, três aspectos acerca do Real são abordados: o mérito de FHC e sua equipe econômica na manutenção do plano, que não apenas anularam a desconfiança dos mercados na economia brasileira, mas também mantiveram a *“sobriedade, a lucidez e os pés no chão”*.³³⁵ São oferecidas as honrarias ao próprio Plano Real, bem sucedido em seus objetivos, mantendo a inflação de um dígito – *“E o efeito disso é muito mais abrangente do que aparenta. É algo que extravasa a área econômica, avança no campo psicossocial e penetra nas urdiduras mais profundas mais profundas de crenas e convicções de todo um povo”*³³⁶; e as críticas de Lula e seu vice-presidente, que afirmavam que o Real só tinha servido para sacrificar o povo e o social, para aumentar a miséria no Brasil.

Diante dos fatos, é feita uma óbvia defesa da reeleição de FHC em 1998. O argumento defendido é o de que havia sim falhas e disfunções no cenário pós-real, porém nada tinham a ver com o plano em si. Havia indicadores de credibilidade internacional que demonstravam, ao contrário do que defendia Lula, que era uma falácia a acusação de que FHC nada tinha feito pelo social – uma acusação que acabaria por desmoralizar seus oponentes facilmente.

O Sr. Lula, o único candidato com algum potencial para enfrentar FHC nas urnas, para sorte do segundo, parece que não aprende. Repetente contumaz no que tange às eleições, continua persistindo nos erros de sempre. Crítica sem apresentar soluções, grita slogans, em vez se escrever programas. [...] Desse jeito o povo vai acabar seguindo os conselhos do caboclo: “Em política e carro de boi, a pior roda é sempre a que mais chia...”.³³⁷

No editorial *“Quem tem saudade da inflação?”*, OESP fazia comparações entre custos de vidas de um passado recente – quando os preços subiam cerca de 80% ao mês – e aquele momento, com alta de 1,87% dos preços em 12 meses. O jornal destacava então a superação da inflação através das políticas do Plano Real: *“O custo de vida subiu, nos últimos 12 meses, tanto quanto subia em dois ou três dias, antes do real”*.³³⁸

Mais uma vez, o espaço que é reservado para elogios ao programa de estabilização também é espaço de censuras aos críticos ao plano: *“Apesar dos abusos, o*

³³⁴ “Os frutos da estabilidade”. Op. Cit..., p. 3.

³³⁵ “Quatro anos no Real – e na real”. *O Estado de São Paulo*, 3 de julho de 1998, p. 2.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Ibidem.

conjunto dos preços quase se estabilizou, com vantagem principalmente para os mais pobres. [...] Se alguém pensa que o real custou muito aos brasileiros, olhe para trás e veja se, antes dele, as empresas e o governo estavam investindo e cuidando de criar oportunidades. O resto é conversa fiada.”.³³⁹

Diante dos resultados da pesquisa de opinião do *InformEstado*, que divulgava uma aprovação ao Plano Real de 68% da população em 30 de junho, o plano era classificado como uma “*façanha política*”.³⁴⁰ Em contraposição, aqueles que faziam oposição são nomeados como “*esquerda de palanque*”, que estava cumprindo seu papel “*investindo todas as fichas no piorômetro nacional e na sinistrose tropical*”.³⁴¹ O índice de aprovação “*significava que o povo, que “nada sabe, mas sente tudo” [...] continua com a estabilidade e não abre. Ele deixa para as “elites”, comboiadas pelos “formadores de opinião”, o novo esporte nacional: menosprezar a inflação de apenas 3,5% neste fechamento do quarto ano da substituição da URV pelo real*”.³⁴²

2.5- O “vendedor de ilusões”: a oposição de *O Estado de São Paulo* à candidatura de Lula nas eleições de 1998

No período de análise, a primeira pauta que se destaca no jornal *O Estado de São Paulo* sobre Lula e os Partido dos Trabalhadores refere-se ao tema da “*corrupção*”, como o caso da denúncia feita pelo economista Paulo Tarso Venceslau, ex-secretário de Finanças das prefeituras petistas em São José dos Campos e Campinas. Venceslau revelou ao jornal um esquema pelo qual a empresa Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM) se beneficiava de contratos assinados com prefeituras petistas, depois de contatos feitos pelo advogado Roberto Teixeira com Lula e prefeitos do PT.

Logo no dia 1 de junho de 1997, o jornal estampou na capa, em destaque, os resultados de uma pesquisa de opinião: “*Pesquisa mostra o desgaste da imagem de Lula*”; “*Depois das denúncias, o número de pessoas que não consideram o líder confiável subiu para 70%*”.³⁴³ A pesquisa foi ainda mencionada em mais duas páginas da mesma edição. O que nos chamou a atenção era o fato de que nas duas páginas citadas a matéria se repetia, tanto no que se refere ao título, quanto no decorrer da

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ “Um dia virou um ano”. *O Estado de São Paulo*, 30 de junho de 1998, p. 42.

³⁴¹ Ibidem.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ “Pesquisa mostra o desgaste da imagem de Lula”. *O Estado de São Paulo*, 1 de junho de 1997, p. 1.

matéria – palavra por palavra – e a apresentação dos resultados da pesquisa em gráficos.³⁴⁴

Na mesma edição, destaca-se, ainda, a entrevista com o pivô das denúncias, Roberto Teixeira, com o título: “*Amigo de Lula admite ter beneficiado CPEM*”.³⁴⁵ Nesta matéria, a ênfase é dada na “omissão” do PT em relação ao escândalo. “*Roberto Teixeira, admite que, ao apresentar a Consultoria para Empresas e Prefeituras (CPEM) para seu compadre Luiz Inácio Lula da Silva, acabou gerando lucros para a empresa*”.³⁴⁶

O segundo caso de corrupção que ganhou as páginas do jornal em 1997 refere-se ao chamado caso “Lubeca”, um esquema de cobrança de propina da construtora Lubeca que envolvia o suposto pagamento de comissão à campanha presidencial de Lula em 1989, em troca da aprovação de um projeto imobiliário na Prefeitura de São Paulo, administrada na época pelo PT.

O caso voltou às páginas de *OESP* em 9 de junho, quando na primeira página destacava-se que “*Carta de 90 avisava PT de escândalo*”.³⁴⁷ Na edição referida, o Caderno de Política apontava as cartas enviadas ao então presidente do partido, José Dirceu, e a Lula, pelo advogado Eduardo Pizarro Carnelós, que acusava o PT de ter encerrado as investigações internas do caso Lubeca apesar da existência de provas concretas. *OESP* destacou em letras garrafais frases de efeito do citado advogado: “*PT prefere ocultar problemas*”; “*Ética não passa de marketing*”; “*Preservar os amigos e sacrificar os princípios*”.³⁴⁸

Nos dias seguintes, *O Estado de S. Paulo* cobriu o lançamento informal da candidatura de Lula, em jantar organizado pelas esquerdas vira destaque nos cadernos de notícias.³⁴⁹ Porém, a notícia que ganha espaço logo abaixo da matéria era de que “*Dirigente admite não ter concluído apuração*”³⁵⁰, onde mais uma vez o periódico a tentativa tentava desqualificar a candidatura de Lula.

Os ataques feitos pela oposição a FHC também eram temas tratados pelo jornal:

³⁴⁴ “Denúncias abalam confiança no PT e em Lula”. *O Estado de São Paulo*, 1 de junho de 1997, p. 9 e p. 11.

³⁴⁵ “Amigo de Lula admite ter beneficiado CPEM”. *O Estado de São Paulo*, 1 de junho p. 8.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ “Carta de 90 avisava PT de escândalo”. *O Estado de São Paulo*, 9 de junho de 1997, p. 1.

³⁴⁸ “PT prefere ocultar problemas”; “Ética não passa de marketing”; “Preservar os amigos e sacrificar os princípios”. *O Estado de São Paulo*, 9 de junho de 1997, p. 4.

³⁴⁹ “Lula faz discurso de candidato na Câmara”. *O Estado de São Paulo*, 13 de junho de 1997, p. 8.

³⁵⁰ “Dirigente admite não ter concluído apuração”. *O Estado de São Paulo*, 13 de junho de 1997, p. 8

Porta-vozes da oposição andam espalhando por aí que já existem alternativas de Primeiro Mundo para o que entendem ser o neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso. [...] Antes tarde do que nunca, a esquerda começa a dar razão àqueles poucos quadros seus que, ainda antes da posse de FH, queriam uma “oposição propositiva” ao novo governo. Ocorre que os neopropositivos não parecem inclinados a se libertar da teoria conspiratória segundo a qual Fernando Henrique Cardoso é o chefe do comitê executivo para o Brasil do capitalismo multinacional [...], o que desqualifica, de antemão, além de seus atos, a própria agenda do governo. Atrelado a essa confortável ficção, o anunciado programa das esquerdas nem em sonho conseguirá olhar nos olhos o problema central do País: a exaustão do Estado e modelo nacional-desenvolvimentista [...].

O resumo da ópera é que um projeto de oposição só começará a fazer sentido se os seus autores se renderem à evidência de que o governo FH [...] adotou realisticamente a única agenda possível para o Brasil de hoje, porque gerada pela fora das coisas, cuja essência está em renovar o Estado. [...] a oposição, chame-se ela Ciro Gomes ou Luiz Inácio Lula da Silva, terá de persuadir o eleitor de que é capaz de fazer melhor o que vem fazendo – que é pôr as instituições a funcionar –, e não o seu avesso.³⁵¹

Seguindo os mesmos argumentos do que foi apresentado acima, os editorialistas se voltaram para as eleições parlamentares do país vizinho, quando, na Argentina, Carlos Menem havia perdido a maioria absoluta que tinha na Câmara dos Deputados, o que tornaria seus objetivos mais difíceis de serem alcançados. No editorial, o que se pretende enfatizar são as lições que o Brasil poderia aprender: “*O exemplo que vem da Argentina*”.³⁵² O jornal destacava que o programa econômico argentino e suas linhas essenciais já haviam sido aceitas a ponto de não constituírem motivo de discórdia entre o governo e a oposição.

As críticas do jornal ao PT se intensificaram ainda mais quando as reformas pretendidas pelo governo FHC – e que serão tratadas no capítulo seguinte – são barradas pelo partido. Como destacam os editorialistas, para o PT as reformas tributária e política, apenas por se propostas pelo governo federal, não teriam êxito, fossem elas mudanças boas ou ruins. Na matéria intitulada “*O PT ignora questões de conteúdo e só toma decisões para tentar vencer FH*”, o jornal afirmava que:

O PT não só almeja poder, o que é perfeitamente natural, mas subordina todas as outras questões a essa meta, e considera que qualquer avanço realizado no caminho das reformas, por mais benéfico que seja para a maioria dos brasileiros, é um vitória para o governo, e, portanto, uma derrota para a oposição. É um partido que não distingue governo de Estado; poder, de interesse coletivo.³⁵³

³⁵¹ “Um desmancha-prazeres”. *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 1997, p. 2.

³⁵² “O exemplo que vem da Argentina”. *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 1997, p. 3

³⁵³ “O poder não tem preço”. *O Estado de São Paulo*, 29 de outubro de 1997, p. 3.

Em mais um editorial no qual o assunto eram as reformas propostas pelo governo, *OESP* volta a fazer críticas acerca do posicionamento contrário dos petistas dentro e fora do Congresso. A partir da apresentação de dados coletados em um questionário respondido pelos delegados estaduais e nacionais do partido, que indicava que 33% destes eram funcionários públicos, os editorialistas chegam à conclusão de que “os militantes do PT não são pobre nem iletrados e se guiam por interesses corporativos”.³⁵⁴ Para os editorialistas, as ambições dos militantes petistas estavam comprometidas pelos interesses do reduto de funcionários públicos que abrigavam, pois assim defendiam interesses opostos ao da maioria da população, levando em conta que a racionalização dos gastos públicos teria como consequência direta, mudanças em seus empregos: “É o perfil dos militantes do PT que explica as barricadas erguidas pelo partido [...] contra a modernização do País, e que o converte num partido reacionário e conservador, no pior sentido do termo”.³⁵⁵

Outro aspecto crítico à figura de Lula, realizada por *OESP*, refere-se às reações dos investidores e do mercado quando se levanta a hipótese da vitória nas urnas do candidato do PT em outubro de 1998. Quando em junho de 1998, Lula avançou nas pesquisas em comparação a Fernando Henrique Cardoso, o jornal destacou em sua capa que o “Avanço de Lula preocupa no exterior”.³⁵⁶ A prévia da notícia destacava as ponderações do Banco Internacional Morgan Stanley que considerava a queda de FHC nas pesquisas como uma resposta à lenta administração dos problemas que o Brasil enfrentava e não como uma resposta favorável à alternativa da oposição.

O que se salienta em relação à notícia apresentada anteriormente é mais que seu conteúdo. Chamamos a atenção para a manchete da primeira página e de suas matérias internas para o leitor. Nelas, Lula é destacado como o maior problema para os investidores internacionais. No entanto, a mesma matéria, nas páginas seguintes do Caderno de Política do jornal, aponta que os “Investidores temem reação de FHC às pesquisas”.³⁵⁷

Naquele contexto, o Brasil sofria os reflexos da conjuntura financeira internacional. As crises que atingiam o país tornavam-se temas importantes também numa perspectiva de críticas a Lula. No que se refere à crise asiática, os editoriais afirmavam que não se esperava uma rápida superação. Diante deste quadro, os

³⁵⁴ “O perfil dos petistas”. *O Estado de São Paulo*, 24 de novembro de 1997, p. 3.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ “Avanço de Lula preocupa no exterior”. *O Estado de São Paulo*, 15 de junho de 1998, p. 1.

³⁵⁷ “Investidores temem reação de FHC às pesquisas”. *O Estado de São Paulo*, 15 de junho de 1998, p. 4.

editorialistas de *OESP* argumentavam que “*Crise asiática agravada mostra ser necessário persistir na atual política econômica*”³⁵⁸ e que uma política de isolamento estava fora de cogitação. Destacava, ainda, que toda a política econômica deveria levar em conta a insegurança do mercado internacional, o temor dos mercados financeiros, que qualquer tolice cometida começaria a perder reservas preciosas. Segundo o editorial,

O candidato do PT prometeu cometer a tolice se for eleito [...]. “O câmbio não pode continuar sobrevalorizado”, disse Lula, para logo em seguida acrescentar que a desvalorização não será definida no programa do partido, mas “no dia-a-dia da política, de acordo com a correlação de forças, de acordo com a política internacional”. Correlação de forças? Nenhum aplicador financeiro perderá tempo tentando decifrar esse jargão. Bobagens desse tipo são imperdoáveis em quem pretende governar um país do tamanho do Brasil.³⁵⁹

Antes dessas declarações, o jornal deu continuidade ao posicionamento de que não havia motivos para mudar a política econômica, que já tinha uma direção definida:

A crise asiática [...] estreitou o campo de ação dos governos, limitando o repertório de medidas econômicas que poderia ser usado para proteger a moeda contra as turbulências vindas do exterior e, ao mesmo tempo, promover o crescimento interno. A dupla Lula-Brizola parece não compreender o exato alcance das transformações que estão ocorrendo no mundo [...]. Neste mundo interligado quem quer esteja no Palácio do Planalto só poderá fazer, para garantir a estabilidade da economia e acelerar o crescimento econômico, aquilo que a conjuntura internacional permitir que seja feito. O mal, portanto, que Lula e Brizola poderão fazer à economia se forem eleitos será forçosamente limitado. O problema é o mal que já estão fazendo e farão até as eleições, com declarações irresponsáveis que podem afastar os investidores estrangeiros.³⁶⁰

Segundo *OESP*, “*os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil*” frente à crise no mercado internacional eram Lula e José, que faziam uma oposição intransigente e despreparada para assumir o governo do País. Segundo o jornal, “*a oposição negou ao governo meios de controle e redução dos principais gastos públicos, geradores de um déficit brutal e crescente, criando vulnerabilidade às crises externas*” e que “*o PT é responsável também pela queda do ritmo de crescimento da economia e assim pelo aumento do desemprego*”, isto porque obstruíram propostas do governo que atenuariam a crise fiscal brasileira.³⁶¹

³⁵⁸ “Crise longe do fim”. *O Estado de São Paulo*, 17 de junho de 1998, p. 3.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ “Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil”. *O Estado de São Paulo*, 26 de Agosto de 1998, p. 3.

Como veremos em relação a outros assuntos, quando da chapa Lula-Brizola, este último, candidato á vice-presidente, ganha relevância diante de declarações acerca da economia. O jornal destaca que “*Mercado prevê crise se Lula vencer*”.³⁶² Isto havia ficado claro em um seminário do qual participavam investidores nacionais e estrangeiros, que tinha como principal objetivo único debater aspectos econômicos, mas que voltou suas discussões também para as expectativas sobre as eleições presidenciais. OESP apresenta as seguintes conclusões de tal seminário: “*O clima geral durante os debates era de apreensão*”³⁶³; “*A possibilidade de que o candidato da frente das esquerdas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vença a eleição para a Presidência está assustando investidores do mercado financeiro internacional*”³⁶⁴; “*A presença de Brizola na chapa piora ainda mais a visão sobre Lula no mercado*”.³⁶⁵ Brizola fazia neste momento ameaças de tentar anular o processo de privatizações, como a Telebrás, e anular contratos já fechados pelo governo, como a venda da Companhia Vale do Rio Doce. Assim, segundo OESP, “*A política econômica defendida pela chapa de oposição incentiva a fuga de capitais e pode trazer sérios problemas externos*”.³⁶⁶

Em outra edição, o jornal afirmava que o empresariado já havia percebido que não haveria no Brasil uma oposição estruturada, consciente das consequências de suas ações e discursos, com um programa definido e capaz de assumir o poder, pois, para OESP, “*o empresariado já sentiu que não tem alternativa política que não seja a reeleição de Fernando Henrique Cardoso*”.³⁶⁷ Lula não poderia ser alternativa não apenas pela trajetória de seu partido, mas também por causa do “*chaveirinho do Brizola*”, que mantinha suas declarações igualmente críticas.³⁶⁸

Como percebido na exposição das fontes, em editoriais e matérias internas, há um posicionamento bastante favorável à candidatura de Fernando Henrique Cardoso por parte de *O Estado de S. Paulo*, principalmente quando se trata da política econômica mantida pelo governo e do programa apresentado em campanha. No entanto, no que diz respeito à candidatura de Lula, ocorre o extremo oposto. Lula, nos editoriais, faz parte de uma oposição despreparada, sem programa.

³⁶² “Mercado prevê crise de Lula vencer”. *O Estado de São Paulo*, 20 de junho de 1998, p. 5.

³⁶³ Ibidem.

³⁶⁴ Ibidem.

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ Ibidem.

³⁶⁷ “A crise é de confiança”. *O Estado de São Paulo*, 24 de junho de 1988, p. 4.

³⁶⁸ Ibidem.

As primeiras menções ao programa político de Lula para as eleições de 1998 em *OESP* referem-se às estratégias que o candidato opositor utilizaria em sua campanha contrária a FHC. Em artigo da edição de 28 de fevereiro, destaca-se o empobrecimento do debate sobre alternativas ao governo atual e sua política.

Ao longo dos últimos quatro anos, as oposições estiveram à espera de que fracasse a estratégia de estabilização como pré-requisito da retomada e de reforma do Estado. [...]

No lugar que poderia ser ocupado pelas plataformas programáticas, vicejam o oportunismo, a esperteza e o déficit público [...].

A prevalecer esse quadro tem tudo pra perder qualidade a política econômica do próximo termo presidencial, o que é lamentável, tendo em vista as esperanças que tantos de nós alimentamos de que o fim da inflação permitisse um aprofundamento do debate acerca dos rumos do desenvolvimento econômico e social do Brasil.³⁶⁹

Em outra edição, em artigo a ideia defendida é a de que “*Falta programa: qualidade do plano eleitoral de FHC depende do plano opositor*”.³⁷⁰ Segundo se colocava a oposição, ao invés de apresentar um programa positivo, dando prioridade a alternativas concretas, adotava-se uma atitude reativa em relação às políticas do atual governo, denunciando os efeitos negativos do programa de estabilização implementado pelo governo FHC. Acrescentam que “*O governo está oferecendo, pelo menos no curto prazo, recessão sem inflação. A oposição, na verdade, só consegue oferecer estagnação com inflação*”, não havia, segundo o jornal, visões alternativas que apresentassem realismo macroeconômico.³⁷¹

Outras edições fazem coro àquele mesmo discurso: “*Pesquisas também indicam que o PT é um partido [...] que só critica e nada propõe. [...] Não bastará ao PT condenar a queda na oferta de emprego. O candidato terá que apresentar suas propostas de governo*”.³⁷² No período analisado no jornal, os editorialistas chamam a atenção diversas vezes para o despreparo do candidato petista para assumir a presidência e chegam a afirmar que, ao invés de um programa político, Lula tinha uma coleção de frases feitas, sem se preocupar com suas consequências. Para *OESP*, as atitudes de Lula em “*ritmo vale-tudo*”, quando ele discursava e tentava persuadir eleitores através do grito, pelo “*showmício*”, demonstravam que ele não possuía um projeto de governo.³⁷³ A Frente das Esquerdas, formada por Lula, Leonel Brizola,

³⁶⁹ “A oposição e a política econômica”. *O Estado de São Paulo*, 26 de fevereiro de 1998, p. 58.

³⁷⁰ “Falta programa”. *O Estado de São Paulo*, 8 de janeiro de 1998, p. 54.

³⁷¹ *Ibidem*.

³⁷² “Emprego e privatização”. *O Estado de São Paulo*, 25 de fevereiro de 1998, p. 4.

³⁷³ “Non pivone, governo ladrão”. *O Estado de São Paulo*, 23 de Maio de 1998, p. 3.

Miguel Arraes e João Amazonas, sobre os quais, mais especificamente os três últimos, o jornal se refere como “*destaques, em eras passadas, nas versões caboclas dos dois grandes totalitarismos agora extintos, com compreensível relutância à realidade atual, brasileira e internacional*”.³⁷⁴ Os três são acusados de fazer “*oposição sem propósito; de uma reunião de nomes mirando o [...] atual presidente, como um pelotão de fuzilamento*”.³⁷⁵

Diante da real possibilidade da vitória de Lula nas pesquisas de intenção de voto em junho, quando este candidato e FHC chegam ao empate técnico, o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* disparou:

[...] no intuito de agregar votos dispersos, [...] as esquerdas brasileiras, PT à frente, está adotando a estratégia da ambiguidade [...].
Na verdade essa foi a fórmula encontrada por Lula para esconder que até agora não tem programa nenhum. O que tem é uma coleção de frases feitas destinadas, de um lado, a afastar temores de quem poderia se assustar com a perspectiva de sua eleição – os empresários – e, de outro, a manter o apoio de correntes da esquerda que não concordam com sua linha moderada.³⁷⁶

Nas páginas do jornal é apontado que, antes das pesquisas mencionadas anteriormente, Lula se posicionava no cenário político como o candidato que “*estava ali para marcar posição, ou apenas fazer barulho*”. Nos entanto, segundo as intenções de voto recentes, o candidato passou a ser um competidor efetivo, causando preocupação para os editorialistas do jornal. A preocupação não estava no risco de Lula ser um “*agente da revolução socialista*”, já que em tempos de econômica globalizada isto não seria possível. Preocupavam os resultados da pesquisa, pois “*Uma candidatura forte, sem proposta econômica, é uma preocupação para o futuro e uma fonte de instabilidade desde já*”³⁷⁷; “*O problema de Lula não é o seu radicalismo, é o seu despreparo para o cargo que postula*”.³⁷⁸

Ainda sobre as declarações de intenções radicais e “*ideias, poucas e velhas*” atribuídas aos candidatos Lula e Brizola, o jornal alertava que “*Ao silenciar sobre sua plataforma eleitoral, Lula e Brizola pedem cheque em ao eleitorado*”; “*os eleitores, portanto que se preparem. Lula fará uma campanha sem dizer o que pensa – ou o que*

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ Ibidem.

³⁷⁶ “A estratégia da ambiguidade”. *O Estado de São Paulo*, 3 de junho de 1998, p. 3.

³⁷⁷ “A preocupação com os sem programa”. *O Estado de São Paulo*, 7 de junho de 1998, p. 4.

³⁷⁸ “O despreparo de um candidato”. *O Estado de São Paulo*, 12 de Junho de 1998, p. 3.

*trama –, pois o que disse até agora assustou o eleitorado e inquietou investidores e empresários, sem tranquilizar os trabalhadores”.*³⁷⁹

Quando economistas do Partido dos Trabalhadores fazem a tentativa de reverter o quadro de desconfiança que declarações que Lula e, em especial, Brizola – adotando uma postura econômica semelhante ao que o governo estava desenvolvendo –, afirmava-se em artigo as definições do projeto econômico petista são “*superficiais, insuficientes e [...] direcionam-se muito mais a tranquilizar investidores estrangeiros [...] que a apresentar para os eleitores um programa de governo que reafirme tudo o que o partido pregou nos últimos quatro anos*”.³⁸⁰

Mais uma vez os editorialistas arranjam motivos para defender o programa empreendido por FHC utilizando a estratégia de ataques aos candidatos petistas.

Nas manifestações não houve opinião clara sobre como reduzir o déficit público, causa principal dos juros altos, da baixa atividade econômica e do aumento do desemprego. Nem sobre o déficit da Previdência, pelo qual as oposições, e o PT em particular, são grandes responsáveis, uma vez que batalharam para instituir na Constituição de 88 o Regime Jurídico Único [...]. E depois batalharam no Congresso para desvirtuar e procrastinar a proposta de reforma da Previdência feita pelo presidente Fernando Henrique. Após a leitura dessas declarações, duas indagações nos ocorrem: a primeira, como os “companheiros de viagem” (do PC do B, do PDT, etc.) receberão esses acenos de moderação? E a segunda: se os economistas do PT reconhecem que terão de enfrentar as mesmas dificuldades que o governo para realizar mudanças, por que o eleitorado haveria de querer mudar a administração?³⁸¹

Quando em julho de 1998, Lula divulgou carta com 13 promessas de campanha, OESP colocou em evidência na capa da edição: “*Programa de governo das esquerdas dará prioridade à criação de empregos e ao combate ao analfabetismo, mas o candidato não explica como vai cumprir as suas promessas*”.³⁸² Diante da carta-compromisso de Lula, a edição do dia anterior de *O Estado de S. Paulo* veio acompanhada de um editorial, comentando o evento. Segundo este editorial, Lula assumia o papel de “*O vendedor de ilusões*”³⁸³, pois “*propõe a redenção dos males sociais sem se ocupar com os custos e meios da transformação*”³⁸⁴; “*O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva promete o paraíso, mas não diz como financiará o empreendimento. Não faz a menor menção à crise fiscal e não sugere soluções para esse que é o mais agudo*

³⁷⁹ “O eleitor jamais saberá”. *O Estado de São Paulo*, 24 de junho de 1998, p. 3.

³⁸⁰ “O PT e a economia”. *O Estado de São Paulo*, 14 de junho de 1998, p. 174.

³⁸¹ “A proposta econômica do PT”. *O Estado de São Paulo*, 13 de junho de 1998, p. 3.

³⁸² “Lula receita 13 pontos para o país”. *O Estado de São Paulo*, 7 de julho de 1998, p. 1.

³⁸³ “O vendedor de ilusões”. *O Estado de São Paulo*, 8 de julho de 1998, p. 3.

³⁸⁴ *Ibidem*.

sintoma da crise do Estado brasileiro”, continua o editorial. O problema das promessas petistas era não se questionar o preço das mesmas, mas se calar ao prometer um novo contrato social baseado em uma nova hegemonia democrática: *“Qual, Lula não diz, mas quem conhece a trajetória do PT, orientada pelas facções radicais, sabe. E passa a ter razões para temer pelo futuro do país”*.³⁸⁵

Nas páginas do jornal analisado as críticas aos programas de governo apresentado continuavam com o seguinte questionamento: *“Onde Lula vai encontrar ‘engenho e arte’ para cumprir as já agora 14 promessas?”*³⁸⁶ Em mais um editorial de *OESP*, a ênfase dada era a de que a imagem que Lula tinha do país não coincidia com a da maior parte da população. Isto se explicava, pois em seu programa de governo o Brasil era visto como um país que vivia no caos social – com uma legião de famintos, desinformados e viciados, desinformados e impotentes –, enquanto dados de pesquisa feita pelo Ibope apresentavam um índice de 67% da população declarando-se satisfeita com a vida que levava naquele momento. Destacavam os editorialistas que, no período de governo FHC, os indicadores de qualidade de vida melhoraram e apresentavam como resultados: o crescimento do consumo, fosse de produtos de higiene, roupas, eletrônicos e alimentos; a construção de mais lojas para atender a este consumo; o aumento do número de jovens e crianças na escola; *“Mesmo no que se refere ao desemprego, o indicador mais negativo no momento, convém registrar que há hoje mais brasileiros trabalhando que há quatro anos”*; *“Além disso, os que estão trabalhando estão gastando mais”*.³⁸⁷ Afirmam ainda que havia sim pobreza e outras injustiças no Brasil, porém isto não impedia que se reconhecesse que a situação estava evoluindo para melhor. Assim, para *OESP*, *“ou o Brasil que se retrata no programa de Lula é uma insanidade ideológica, ou os brasileiros são masoquistas”*.³⁸⁸

Em editorial em final do mês de julho, os editorialistas afirmavam que *“quanto mais o PT e seu candidato explicam seu programa de governo, mais fica evidente o despreparo do postulante ao cargo de presidente da República. Suas propostas ultrapassam o terreno da demagogia e entraram no campo minado do devaneio inconsequente”*³⁸⁹; *“O programa do PT [...] não passa de uma lista de boas intenções,*

³⁸⁵ Ibidem.

³⁸⁶ “A carta de intenções”. *O Estado de São Paulo*, 14 de julho de 1998, p. 2.

³⁸⁷ “Duas visões do Brasil”. *O Estado de São Paulo*, 12 de julho de 1998, p. 3.

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ “O único programa sério”. *O Estado de São Paulo*, 22 de julho de 1998, p. 3.

capaz, porém, de produzir grande mal ao país”; voltando-se para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, continuam em suas críticas ao PT:

O presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito, há quatro anos, porque garantiu a estabilidade da moeda, mas também porque se comprometeu com a reforma do Estado, pré-requisito para qualquer plano de desenvolvimento ou de retomada econômica. Essa reforma foi apenas iniciada nesses quatro anos. E está parada no início porque a oposição não entendeu que é o Estado que ela irá governar – se um dia merecer a preferência do eleitorado – como instrumento de implementação de política.³⁹⁰

Em editorial de 30 de setembro, “*A ilegitimidade do primeiro turno*”, quando Lula e Ciro Gomes afirmavam a ilegitimidade do processo eleitoral sem um segundo turno, *O Estado de S. Paulo* faz duras críticas aos dois candidatos à presidência. Os editorialistas afirmavam que era falsa a afirmativa dos dois e que esta era uma “*maneira velada de dizer que o povo não tem discernimento suficiente para a escolha eleitoral*”. É informado que, no lugar de propor políticas para um possível governo, os candidatos preferiam se ater a condenar FHC como único responsável pelos prejuízos enfrentados no Brasil – sendo, na verdade, estes prejuízos uma consequência da conjuntura de crises internacionais.

A conclusão anterior é compartilhada em outras edições, quando é afirmado pelo jornal que “*Lula conseguiu encostar em FHC mais por falhas do governo do que por mérito da oposição*”³⁹¹, destacando que o petista precisava torcer contra o Brasil ao esperar que as medidas políticas e econômicas de FHC tivessem resultados negativos, como o aumento do desemprego, para poder favorecer sua campanha. Em 13 de agosto, ao comentar as estratégias de campanhas dos principais candidatos, FHC e Lula, o jornal contrapõe as seguintes manchetes: “*FHC vai poupar Lula de ataques*”³⁹²; “*PT prepara dossiê contra o governo*”.³⁹³ Em uma mesma perspectiva, mas agora referindo-se às reformas, sustentava-se o argumento de que as oposições “*Comprometeram as reformas pelo gosto de derrotar o governo, sem ver que prejudicavam a Nação*”.³⁹⁴

Próximo da data do primeiro turno da eleição presidencial são feitas duas importantes perguntas no jornal: “*O presidente Fernando Henrique merece outro*

³⁹⁰ Ibidem.

³⁹¹ “Torcendo pelo gol contra”. *O Estado de São Paulo*, 02 de agosto de 1998, p. 5.

³⁹² “FHC vai poupar Lula de ataques”. *O Estado de São Paulo*, 13 de agosto de 1988, p. 7.

³⁹³ “PT prepara dossiê contra governo”. *O Estado de São Paulo*, 13 de agosto de 1998 p. 7.

³⁹⁴ “Oposição ao país”. *O Estado de São Paulo*, 18 de agosto de 1998, p. 4.

mandato?”; “*Como seria o Brasil com três meses de governo Lula?*”³⁹⁵ A resposta para essas perguntas, é que:

Imagino o cenário do caos. Greves por todo o país, doo funcionalismo ao setor privado. O MST promovendo uma ofensiva [...]. Vários grupos internos o PT iniciando uma onda de reivindicações absurdas [...], O Congresso em estado de alerta, diante da falta de entendimento com o governo. [...] A hiperinflação começa a ressurgir. As bolsas caem e há fugas de capitais. Um país em convulsão.

[...] Da última vez em que o Brasil teve um presidente de esquerda, incosequente e incompetente, o resultado foi uma ditadura de 20 anos.

O Presidente Fernando Henrique que é um verdadeiro estadista [...] inspira confiança aos setores financeiros, dando ao Brasil respeitabilidade [...]. O trabalho de Fernando Henrique não está terminado.³⁹⁶

Em mais um ataque à oposição, os editorialistas reverberam: “*O eleitor dirá quem pilotará a nau brasileira no mar tempestuoso da crise globalizada*”.³⁹⁷

Como votará o brasileiro, depois da campanha quase esquizofrênica em que insistiram as oposições, como alternativa a quatro anos de experiência do atual governo? Certamente não escolherá o dogmatismo ideológico, de inconfundível anacronismo até pelo jargão. Nem optará por um isolacionismo suicida. Buscará quem se mostrar mais credenciado para pilotar a nau brasileira no mar tempestuoso da crise globalizada. Confiante de que assim chegaremos mais rapidamente ao porto seguro de um Estado proporcional aos recursos da nossa economia.³⁹⁸

³⁹⁵ “O cenário do caos”. *O Estado de São Paulo*, 01 de setembro 1998, p. 2.

³⁹⁶ *Ibidem*.

³⁹⁷ “Rotina do cidadão brasileiro”. *O Estado de São Paulo*, 3 de outubro de 1998, p. 3.

³⁹⁸ *Ibidem*.

CAPÍTULO 3

A REFORMA DO ESTADO E AS PRIVATIZAÇÕES NAS PÁGINAS DE *O ESTADO DE SÃO PAULO*

A defesa das privatizações e da reforma do Estado brasileiro assumiram uma importante centralidade nas campanhas vitoriosas de FHC, em 1994 e 1998. Além de serem amplamente destacadas no período eleitoral, a questão acerca das reformas e das privatizações implantadas em seu governo tornaram-se essenciais. Isto se explica porque

“as reformas do Estado – tributária, administrativa e previdenciária – e da ordem econômica – quebra de monopólios estatais, tratamento isonômico entre a empresa nacional e a empresa estrangeira e desregulamentação das atividades e mercados considerados, até então estratégicos e/ou de segurança nacional –, juntamente com as privatizações, se constituíram, como em outros países, numas das dimensões cruciais do Plano Real”.³⁹⁹

Desta forma, a partir dos editoriais e matérias internas do jornal *O Estado de S. Paulo*, este capítulo tem como objetivo analisar a construção do consenso, pelo jornal, em torno das reformas econômicas e do Estado, assim como de privatizações de empresas estatais no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Para isso, selecionamos como ponto de partida as matérias publicadas entre junho de 1997 e outubro de 1998, quando ocorrem as eleições. A cronologia selecionada diz respeito ao evento aqui analisado – a eleição presidencial de 1998 – pois, a aprovação da emenda de reeleição em 1997 possibilitava mais um mandato a Fernando Henrique Cardoso e permitia a continuidade de um projeto de desmonte do Estado.

O intuito é apresentar o jornal *O Estado de S. Paulo* como um aparelho “privado” de hegemonia,⁴⁰⁰ atuando ativamente em torno de ideias neoliberais buscando uma adesão da sociedade à política de reformas administrativas e econômicas do Estado brasileiro que se aprofundavam no primeiro governo FHC, de forma a convencer seus

³⁹⁹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 109.

⁴⁰⁰ De acordo com Antonio Gramsci, os aparelhos “privados” de hegemonia devem ser entendidos como conjunto de organismos comumente chamados de “privados”, no qual a hegemonia, o consentimento e as concepções de mundo são organizados. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000; COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 12-13.

leitores de que a possibilidade de reeleição de Fernando Henrique Cardoso era também uma garantia de manutenção da reestruturação do Estado, de uma política neoliberal no Brasil. Assim, o respaldo do jornal às iniciativas do governo é também um apoio a reeleição do candidato-presidente FHC.

Para tanto, analisaremos o processo de implantação de tais reformas no Brasil, como também o incentivo às privatizações, processos que não ocorreram unicamente no Brasil, mas foram pertencentes a um contexto internacional mais amplo. Apontaremos as contradições na defesa de tais projetos, mostrando de que forma o jornal *OESP* “camufla” o discurso contrário às reformas e privatizações, tomando “partido” em favor destas e assim do candidato e presidente que então sustentava o mesmo discurso.⁴⁰¹

Como mencionamos, a lógica que se segue para a abordagem deste capítulo é de que as reformas propostas por Fernando Henrique Cardoso não são medidas isoladas de seu governo. Entendemos, assim como Lúcia Costa, que tais reformas são um resultado de “uma série de mudanças nas relações internacionais, especialmente nas relações do comércio mundial e na organização das forças políticas entre os diferentes países. [...] é um elemento da organização de um novo padrão das relações sociais dentro da sociedade capitalista”.⁴⁰² Desta forma, a análise do processo pelo qual passa o Brasil no período objeto deste estudo deve partir, portanto, de um contexto global, bem como vem sendo feito no decorrer de toda a pesquisa.

Como vimos no primeiro capítulo, na segunda metade da década de 1980, em um momento de expansão do neoliberalismo em diversos países, passa a ganhar força também uma agenda neoliberal que prega a redução do Estado e sua redefinição na sociedade. Passa a ser enfatizado o ajuste das economias mundiais à internacionalização e abertura econômica em detrimento de seu caráter nacional-desenvolvimentista.⁴⁰³

Nesta conjuntura, o discurso neoliberal torna-se hegemônico e, este por sua vez, apontava a necessidade à reforma do Estado, que se transforma em um ponto central no que se refere à inserção da economia nacional a uma economia mundial. Chamamos a atenção, mais uma vez, para o fato de que a discussão sobre a reforma do Estado parte

⁴⁰¹ Com a possibilidade de mais um mandato de Fernando Henrique, vemos uma urgência na aprovação destas reformas, assim como ataques contínuos a oposição e a possíveis candidatos à presidência contrários a estes projetos.

⁴⁰² COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. *Pesquisa e Debate*. São Paulo, vol. 11, nº 1 (17), 2000, p. 51.

⁴⁰³ DINIZ, Eli. Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 155-178, 1999.

de diretrizes de organismos e agências financeiras internacionais que expandem seu predomínio em diversos países e que se articulam em torno deste novo projeto de desenvolvimento do capitalismo – estas diretrizes fazem parte do que compreendemos anteriormente como o *Consenso de Washington*.

No caso brasileiro, a reforma do Estado, em conjunto com as reformas econômicas e as privatizações, atendia a função ainda de manter o programa de estabilização, era uma das condições do sucesso do Plano Real. Como destaca Filgueiras, estas reformas possibilitariam a sustentação da âncora cambial, e quando de suas efetivações, o relaxamento desta âncora; além disso, segundo os teóricos que formularam o Plano Real, a reforma garantiria a vitória da estabilização tão desejada, o que, por sua vez, permitiria a transição para o novo modelo econômico, bem como, a inserção do país na nova ordem internacional.⁴⁰⁴

3.1- O governo FHC: as reformas do Estado e os processos de privatizações

Como colocado anteriormente, tornou-se parte de um discurso hegemônico neoliberal a defesa, para conformidade das economias nacionais à economia internacional, a reforma do Estado, e esta condição não fugiu ao Brasil. Os governos eleitos a partir dos anos 90 no país foram responsáveis pela adoção de uma agenda de redefinição do papel do Estado. Esta ruptura teve início com o governo Collor, com continuidade no governo de Itamar Franco (1992-1994), mas um empenho e aprofundamento maior no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).⁴⁰⁵ Carvalho aponta que os três governos que implementaram o processo de reforma do Estado no Brasil, o fizeram de formas diferenciadas. No entanto, todos apresentavam como enfático que “o mercado, e não o Estado, deve ser o elemento central da definição das estratégias de apropriação e uso do excedente econômico”,⁴⁰⁶ e colocaram em prática leis, projetos, decretos que direcionavam a política econômica brasileira rumo a um projeto neoliberal de privatizações, abertura e desregulamentação econômica, além da transformação administrativa estatal.

Apesar disto, em relação ao governo FHC, Rafael Brandão afirma que,

⁴⁰⁴ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. Cit., p. 110.

⁴⁰⁵ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 61.

⁴⁰⁶ CARVALHO, Marcelo. *A Reforma do Estado no Brasil...* Op. cit., p. 41.

diferentemente do governo de Collor, FHC conseguiu articular um pacto político baseado em um amplo apoio das diferentes frações do capital nacional e internacional, industrial e financeiro, representadas por diversas entidades e instituições, tais como Febraban, Fiesp, CNI, Firjan, BID, FMI, Banco Mundial, entre outras. Tal apoio possibilitaria não apenas a continuidade, mas também o aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores.⁴⁰⁷

Como também já abordado, antes mesmo de sua posse, Fernando Henrique Cardoso já lançava as bases de seu governo. Em seu *Discurso de Despedida do Senado*, em 1994, quando já eleito ao seu primeiro mandato a Presidente da República, FHC endossa seu compromisso em aprovar as reformas do Estado.⁴⁰⁸ Segundo FHC, as eleições daquele ano carregavam um significado: um novo ciclo de desenvolvimento, o fim de uma transição, ou melhor, o fim da *Era Vargas* – que diz respeito à forte intervenção estatal na economia e na sociedade, e já apresentava sintomas de esgotamento.⁴⁰⁹ Para o presidente eleito, este novo ciclo seria de um grande esforço em torno da reforma do Estado e de uma integração do Brasil na nova ordem mundial.

A partir destas conclusões, Fernando Henrique Cardoso divulga o projeto de seu governo no que diz respeito às reformas de Estado, lançando em seu discurso as *Bases do novo modelo de desenvolvimento* do seu governo, que incluía a estabilidade econômica com o aprofundamento do programa de estabilização; abertura econômica objetivando a integração da economia brasileira com o mercado mundial; uma nova relação Estado-mercado, pela qual o “eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado”;⁴¹⁰ a aceleração da privatizações no setor de infra-estrutura, tendo como objetivo de reduzir a dívida pública, mas principalmente aumentar a possibilidade de investimento do Estado naquilo que ele é essencial: investindo em seu povo, em saúde, educação, cultura e segurança;⁴¹¹ reforma tributária; reforma da Previdência; e o fim dos monopólios estatais.

Assim, já em seu primeiro mandato, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso concentrava uma alta expectativa da implementação daquelas bases de desenvolvimento no Brasil. Neste período, as reformas de Estado – tributária,

⁴⁰⁷ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 174

⁴⁰⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994.

⁴⁰⁹ Este modelo, para ele, contribui para o desenvolvimento industrial do Brasil à sua época. Porém, já desde o fim dos anos 70 e durante a década de 80, era atormentado por problemas conjunturais, como choques das economias externas e superinflação.

⁴¹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994, p. 17.

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 21.

administrativa e previdenciária – e as privatizações tornaram-se centrais em seu governo, além de alvo de pressões de diversos setores da sociedade, seja de forma contrária ou favorável à aprovação e continuidade destas medidas políticas e econômicas. Vale ressaltar que se criou um discurso de que o sucesso da estabilização econômica e do Plano Real dependeriam também de uma reestruturação do Estado brasileiro.

Em seu discurso, FHC apontava que a Constituição Nacional de 1988 construía “nós” que amarravam o Estado brasileiro ao velho modelo de desenvolvimento, tornando o regime fiscal “ineficiente, socialmente injusto e intrinsecamente deficitário”.⁴¹² A reforma tributária era apontada então como um meio de recuperação e ajuste do regime fiscal no Brasil. Monica Piccolo destaca os principais objetivos de FHC com a reforma tributária,

diminuição da carga sobre o investimento produtivo e as exportações; redução dos tributos sobre a folha de salário e a cesta básica; eliminação de alguns impostos; integração da máquina tributária de arrecadação da União com as dos Estados e Municípios; manutenção da descentralização financeira e administrativa uma vez que a União deveria ficar exclusivamente com funções de coordenação e pelas ações de caráter nacional; caberia aos Estados e Municípios a execução e a gestão financeira dos serviços de interesse local e regional.⁴¹³

Luiz Figueiras aponta que a reforma fiscal, no entanto, não chegou a ser aprovada no primeiro mandato do governo FHC, já que nunca chegou ao Congresso um projeto que desse prosseguimento a tais propostas. Tal reforma enfrentava grande oposição de governadores e prefeitos, e mesmo divergências dentro do governo, e só chegou a ser discutida a partir da crise cambial de 1999, já em seu segundomandato.⁴¹⁴

No que diz respeito às reformas administrativa e previdenciária, ambas encontraram suporte na elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), produzido em 1995. Segundo Leonardo Barbosa e Silva,⁴¹⁵ Fernando Henrique Cardoso estruturou as metas que apresentou no seu discurso de despedida a partir deste plano, um programa de reformas do Estado e redefinição de suas funções elaborado pelo Ministério da Administração Federal e de Reforma do Estado (MARE).

⁴¹² CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994, p. 26.

⁴¹³ PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil...* Op. cit., p. 302.

⁴¹⁴ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 111.

⁴¹⁵ BARBOSA e SILVA, Leonardo. FHC e a despolitização do Estado e da sociedade civil. In: SOUZA, Eliana Maria de Melo; CHAQUIME, Luciane; LIMA, Paulo Gilberto (org.). *Teoria e prática nas Ciências Sociais*. Araraquara: Ed. UNESP, Laboratório Editorial/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

Segundo coloca o documento,

após várias tentativas de explicação, tornou-se claro afinal que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a **crise do Estado**, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. A desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra.⁴¹⁶ (grifo nosso)

Assim, bem como expõe Fernando Henrique em seu discurso de despedida, o PRDAE aponta o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista como o catalisador da crise do Estado e as reformas constitucionais, um meio de superação desta crise. Uma das estratégias de reforma do aparelho do Estado seria então por meio de emendas constitucionais que incluíssem a reforma administrativa e a reforma previdenciária, que facilitariam o ajuste fiscal e modernizariam o Estado. Ambas as reformas, apesar de modificações e derrotas por parte do governo no processo de votação no Congresso, começam a ter diversos pontos de discussão aprovados no final do primeiro mandato de FHC.

No âmbito da reforma administrativa, destacam-se propostas que visavam modificações no setor do funcionalismo público. A partir deste projeto, o governo abre possibilidade para a terceirização de algumas atividades no setor público; acaba com a estabilidade do funcionalismo, já que se torna possível a demissão do funcionário público por ineficiência; os salários dos servidores passam a ter um teto rígido à remuneração do Presidente da República; passa a ser exigência a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos no Estado.

A Previdência Social era entendida como o principal motivo do déficit público brasileiro. Em seu discurso, Fernando Henrique Cardoso destacava que os déficits crescentes da Previdência com seus contribuintes e beneficiários eram cobertos pelo Tesouro, o que pesava no Orçamento da União e dificultava o equilíbrio fiscal duradouro. Assim, as mudanças nos critérios da Previdência seriam indispensáveis para que esse quadro se transformasse. O PRDAE projetava no mesmo sentido, indicando alterações que deveriam ser feitas: a aposentadoria ocorreria levando em consideração uma idade mínima, proporcional ao tempo de serviço e contribuição do servidor; fim da aposentadoria integral; exigência de uma contribuição que seja “compatível com uma

⁴¹⁶ BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995, p. 10.

aposentadoria 75% a 80% do salário médio”.⁴¹⁷

Outro importante aspecto que ganhou espaço no discurso de Fernando Henrique Cardoso foram as privatizações, a partir de uma “nova relação Estado-mercado”. Para ele, a atividade produtiva deveria deixar o setor estatal e passar para o setor privado; o Estado não deixaria de ser relevante para o desenvolvimento econômico, mas passaria a ocupar apenas o papel de Estado regulador, garantindo a eficácia do mercado no país. Este objetivo se daria através da abertura econômica ao capital estrangeiro, bem como pela aceleração das privatizações, que garantiriam a constituição de uma infra-estrutura no Brasil com parceria com a iniciativa privada – já que o setor público não teria capacidade de financiar sozinho – e aumentaria a eficiência da economia, além de recuperar a poupança pública e, assim, reduzir a dívida pública.⁴¹⁸

O PRDAE, uma vez mais, estrutura esses projetos do governo FHC. O documento deixa claro que “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais”.⁴¹⁹ O PRDAE tinha como um dos intuitos, portanto, mudar a forma de propriedade do Estado, sua reestruturação, diminuindo sua atuação.

Para tanto, a organização do Estado, segundo o documento, seria dividida de forma que apenas as decisões do núcleo estratégico (responsabilidade do governo e seus três poderes aos quais competiam a elaboração de leis e política públicas) e as atividades exclusivas – serviços que só poderiam ser fornecidos pelo Estado: regulamentar, fiscalizar, fomentar – seriam atribuições do Estado. No que se refere aos serviços que envolveriam “direitos humanos fundamentais” – educação e saúde, por exemplo –, nos quais o Estado atuaria junto a instituições não-estatais (serviços não-exclusivos), bem como a produção de bens e serviços para o mercado – atividades econômicas que buscam o lucro mesmo que fizesse parte de atividades estatais –, estes seriam setores que estariam de fora da estrutura do Estado. O setor de produção sairia da atuação estatal através do processo de privatizações, que já estava sendo executado pelo governo FHC naquele momento.

Para Costa, o projeto de reformas propostas pelo PRDAE no governo FHC, pelo

⁴¹⁷ BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995, p. 52.

⁴¹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994, p. 17-21.

⁴¹⁹ BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995, p. 12.

qual se defendia a desregulamentação da economia para que o Estado, assim, pudesse aumentar seus investimentos nas áreas sociais, mostrou-se ineficaz, fazendo com que o quadro social se agravasse cada vez mais. Isto devido ao “baixo nível de investimentos do governo na área social e a perversidade das políticas liberalizantes e privatizantes sobre a geração de empregos, aliadas às altas taxas de juros [...] bem como a incapacidade de melhorar as contas públicas”.⁴²⁰

Apesar do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado apresentar diretrizes para uma ampla reforma do Estado, voltada para a economia de mercado e colocando as privatizações como prioridade, as alterações no que se refere a um programa de privatizações é anterior ao PDRAE. Na década de 1990, foi instituído o Programa Nacional de Desestatização (PND), no governo Fernando Collor.⁴²¹

Como pudemos ver, as privatizações fazem parte de um pacote de recomendações neoliberais que estavam em pauta em diversos países. No Brasil, a primeira etapa do processo de privatizações tem seu início já na década de 1980, ainda sob a ditadura empresarial-militar.⁴²² No final daquela década e início da década seguinte, o contexto do país era de endividamento e crise econômica, o que tornou o Brasil ambiente favorável para a implementação de medidas neoliberais.

Piccolo afirma que este cenário levou os diversos países da América Latina, que passavam pela mesma situação que o Brasil, a repensar o papel das empresas estatais nas suas economias. Assim, começaram a implementar medidas que tinham como objetivo reverter a situação econômica. Segundo a autora, “duas dessas estratégias assumiram papel de destaque: o cancelamento de qualquer iniciativa que levasse à criação de novas Empresas Estatais e, principalmente, a privatização”.⁴²³ Diferentemente do que ocorre na década de 90, as privatizações dos anos de 1980, sob os governos de Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1989), se davam em empresas de pequeno e médio porte; além disso, não tinham como principal objetivo a diminuição da participação do Estado, mas apresentavam como principal meta a reestruturação das empresas estatais, uma maior eficiência.⁴²⁴

A partir do governo Fernando Collor de Mello perceberam então uma mudança

⁴²⁰ COSTA, Lúcia Cortes. *O governo FHC e a reforma...* Op. cit., p. 65

⁴²¹ BRASIL. *Lei nº 8.031*, 12 de abril de 1990.

⁴²² O governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) se apresenta como a primeira etapa do processo de privatização que estava em construção no Brasil. Com a criação do Programa Nacional de Desburocratização, o objetivo do governo é aquele apresentado por Monica Piccolo, tornar mais eficaz a administração pública federal além de conter a criação de mais empresas estatais.

⁴²³ PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil...* Op. cit., p. 345

⁴²⁴ *Ibidem*.

na condução das privatizações no Brasil. Brandão destaca que a distinção a partir de Collor e o processo de desestatização apresentada pelos governos anteriores encontravam-se no espaço que ocupavam as privatizações em suas políticas econômicas.⁴²⁵ Como argumenta Piccolo, o projeto de privatizações, na década de 90, se tornava intrínseco ao “ajuste estrutural” de várias economias do mundo – o que era ratificado pela escolha dos presidentes, que desde suas campanhas eleitorais adotassem um discurso favorável às “reformas do Estado”.⁴²⁶ Isto fica evidente nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que defendiam a inserção do Brasil na nova ordem internacional, marcada então pelo modelo político-econômico neoliberal e, assim, esforçavam-se a ideia de redução do Estado. Para tanto, os governos da década de 1990, ao contrário daqueles da década anterior, apresentam o programa de privatizações como política econômica central de seus governos.

O Programa Nacional de Desestatização (PND) coloca o processo de privatizações como um elemento central nas políticas econômicas e neoliberais dos governos seguintes.⁴²⁷ O PND tinha como principal objetivo autorizar as privatizações de empresas e serviços que até então estavam sob o controle estatal, tornando-se um programa que transformava a ação do Estado.⁴²⁸ Ressalta-se que o PND teve como principais focos de privatizações os setores da indústria de base, a indústria siderúrgica e a petroquímica básica. Ficaram de fora do programa os setores de telecomunicação, gás e minerais nucleares, assim como o petróleo. Soma-se ao programa a limitação de apenas 40% da participação de capital estrangeiro na compra das estatais. Além disso, a autorização da utilização de outras moedas, que não o cruzeiro, para a efetuação da compra, como a utilização de títulos públicos desvalorizados, denominados “moedas podres” – fato que será importante na análise do discurso de defesa da política de privatizações não só de economistas e políticos, mas também da imprensa.

No governo Collor, com a implantação do PND, foram privatizadas 18

⁴²⁵ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 168

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 345

⁴²⁷ Segundo Luiz Filgueiras, “de acordo com dados de BNDES, foram privatizadas, a partir do PND, entre 1991 e julho de 1999, 64 empresas estatais, que renderam um total de US\$ 28.861 milhões - US\$ 19.579 milhões (68%) com a receita das vendas e US\$ 9,201 milhões (32%) de transferência de dívidas. Os principais setores envolvidos foram os seguintes: siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes, elétrico, ferroviário, de mineração, portuário e financeiro.” FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 114.

⁴²⁸ Tendo isso em vista, ficava especificada no documento a transferência de atividades que até então eram exploradas pelo setor público para o setor privado, tendo como objetivo diminuir a dívida pública; crescimento de investimentos; a modernização do parque industrial; fortalecer o mercado de capitais; e assim possibilitar que o Estado redirecione seus investimentos nos setores onde se torna indispensável.

empresas, que contabilizaram US\$ 4 bilhões aos cofres públicos.⁴²⁹ Rodeado de polêmicas e por denúncias de corrupção, Fernando Collor de Mello sofreu o processo de *impeachment* em setembro de 1992, assumindo então o cargo de presidente da República ItamarFranco.

Itamar Franco daria continuidade ao programa de desestatização do PND,⁴³⁰ promovendo algumas mudanças em sua estrutura. Tais mudanças, segundo Piccolo, devem-se à crise política que o *impeachment* de Collor acarretou. Desta forma, uma reestruturação do programa era necessária. Assim, Itamar Franco aumentou a participação do capital estrangeiro na venda das estatais para 100%; aumentou a participação do legislativo nos processos de privatização; a Comissão Diretora, que auxiliava na condução das privatizações, deixou de estar sob o comando do BNDES para estar a cargo do Ministério da Fazenda.⁴³¹

Segundo Piccolo, a reestruturação do PND por Itamar Franco fez com que o programa voltasse a ganhar credibilidade e, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a força política deste programa ganhasse impulso novamente. Atrelado ao Plano, o governo de FHC dá continuidade, aprofunda e acelera o Plano Nacional de Desestatização (PND), sendo responsável por 70% do total de privatizações, quando considerado apenas o PND.⁴³²

Alguns fatores acabaram por contribuir para a aceleração das privatizações pelo governo FHC. O primeiro deles é o Plano Real, já que seu plano de estabilidade econômica há maior segurança para investimentos neste aspecto; o segundo é a coalizão já citada anteriormente, que se fez entre Fernando Henrique Cardoso e instituições financeiras internacionais, bem como nacionais, além de sua coligação política – aliança entre PFL e PSDB –, capazes de garantir apoio e conduzir o Estado no processo de desestatização.

Fernando Henrique Cardoso faz significativas transformações na estrutura do PND, necessárias para o aprofundamento do processo de desestatização brasileiro. Piccolo destaca a Medida Provisória nº 841, de 19 de janeiro de 1995, que reeditava alguns pontos do PND, permitindo a desestatização de instituições financeiras, empresas e serviços públicos. Em seu governo, as privatizações passaram a ter como

⁴²⁹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 115.

⁴³⁰ Em seu governo, foram privatizadas 15 empresas, acumulando um capital de US\$ 4,6 bilhões. FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 115.

⁴³¹ PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil...* Op. cit., p. 297.

⁴³² FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 109.

meta a redução do déficit público. A composição do conselho que definia e fiscalizava a prestação de contas do PND, o Conselho Nacional de Desestatização,⁴³³ passou a ser subordinado ao Presidente da República e composta pelos Ministros do Estado. Além disso, o meio preferencial de pagamento pelas empresas estatais tornou-se a moeda corrente.⁴³⁴

Além disso, ainda em agosto de 1995, foram aprovadas no Congresso emendas constitucionais de grande relevância para o desenvolvimento do PND. Foram cinco as emendas que permitiram que a iniciativa privada explorasse a distribuição de gás canalizado, sob concessão estadual; deu foi dada às empresas que tivessem sede e administração no Brasil a permissão de pesquisar e lavrar minérios, colocando em pé de igualdade todas as empresas instaladas no Brasil ao dar fim à diferença entre empresa brasileira de capital nacional e empresa estrangeira; foi aberta a navegação interna brasileira a entidades estrangeiras; aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão foi permitida a exploração da iniciativa privada; no que se refere à exploração do petróleo, tornou possível que a União contratasse empresas estatais e privadas, quebrando assim o monopólio do Estado sobre essa atividade.⁴³⁵ Vale ressaltar que, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1996, as privatizações expandiram-se também para o âmbito estadual. No ano de 1994, o PND já havia privatizado 22 empresas. Entre elas estavam as sobras de ações de empresas privatizadas no governo anterior, como a USIMINAS, CSN e COSIPA; bem como setores de petroquímica e fertilizantes. Mas foi a partir das Emendas Constitucionais, aprovadas e das mudanças no programa em 1995, que, para Piccolo, “a desestatização dos serviços públicos passou a se constituir como prioritária entre os objetivos do PND”.⁴³⁶ O serviço de elétrica começou a ser privatizado com o leilão da Companhia Espírito Santo Centrais Elétricas

⁴³³ Antes Comissão Diretora do PND.

⁴³⁴ PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil...* Op. cit., p. 331-332.

⁴³⁵ BRASIL. Emenda Constitucional nº 5, 15 de Agosto de 1995. Altera o § 2º do art. 25 da Constituição Federal. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 12353, 16 de agosto de 1995; BRASIL. Emenda Constitucional nº 6, 15 de Agosto de 1995. Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § do art. 176 da Constituição Federal. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 12353, 16 de agosto de 1995; BRASIL. Emenda Constitucional nº 7, 15 de Agosto de 1995. Altera o art. 178 da Constituição Federal e dispõe sobre a adoção de Medidas Provisórias. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 123543, 16 de agosto de 1995; BRASIL. Emenda Constitucional nº 8, 15 de Agosto de 1995. Altera o art. 178 da Constituição Federal e dispõe sobre a adoção de Medidas Provisórias. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 123543, 16 de agosto de 1995; BRASIL, Emenda constitucional nº 9 de 15 de agosto de 1995. Dá nova redação ao art. 177, da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, DF, Brasília, Seção I, página 17961, 10 de novembro de 1995.

⁴³⁶ PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil...* Op. cit., p. 332-333.

S.A (Escelsa), além de empresas do setor de siderurgia e petroquímico – que juntos formavam mais de 60% das receitas realizadas com o processo dedesestatização.⁴³⁷

Os anos seguintes foram de aceleração do Programa Nacional de Desestatização: o setor petroquímico teve sua desestatização concluída; a maior parte do setor ferroviário federal foi transferida para a iniciativa privada, assim como o setor portuário foi incluído no PND; o setor de energia elétrica teve grande avanço em seu processo de privatização. Além disso, em 1996, o governo federal criaria agências reguladoras para os serviços de Telecomunicações (ANATEL) e de energia elétrica (ANEEL). O ano de 1997 foi marcado principalmente pela venda da Companhia Vale do Rio Doce, sendo responsável por 78% das receitas de privatizações neste ano, seguida pelo setor elétrico com a conclusão da venda da empresa de energia Light e a vendas do que restava da ESCELSA. Foram privatizadas ainda importantes empresas dos setores portuário e financeiro.

Piccolo demonstra em sua tese que é no governo de Fernando Collor que o PND se consolida e se torna peça-chave da agenda política brasileira. No entanto,

deu-se aos anos de 1995-1998, indubitavelmente, o momento de envergadura do PND. [...] Não por acaso, coube a “ilustração paulista” transformá-lo em elemento em torno do qual se consolariam e seriam nacionalizados os interesses das frações de classe diretamente ligadas ao setor financeiro que se encontravam inseridas no Estado Restrito. Muito menos coube ao acaso que a privatização tenha sido transformada em única solução possível para a promoção do desenvolvimento econômico e saneamento financeiro de um setor estatal que, segundo o sociólogo-presidente ainda mantinha muitas características herdadas do varguismo.⁴³⁸

Filgueiras aponta as diversas justificativas que levam não apenas os governos brasileiros, com ênfase dos governos de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso, a adotar as privatizações, mas diversos países que as implementam. Segundo o autor, as justificativas são de âmbito estrutural e de âmbito conjuntural.⁴³⁹ As primeiras desatacam-se pela defesa da livre iniciativa; o incremento da eficiência das empresas, dificultado pela politização da gestão das empresas estatais; fortalecimento do setor privado; evitar o desestímulo de investimentos em setores onde estão presentes empresas estatais e privadas. Filgueiras destaca ainda as justificativas de natureza conjuntural, que estão associadas à credibilidade política, ao abatimento da dívida

⁴³⁷ Ibidem, p. 333.

⁴³⁸ Ibidem, p. 347.

⁴³⁹ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 112-113.

pública, às limitações dos investimentos públicos e “aos efeitos catalisadores e dinamizadores sobre a economia (por exemplo, o fortalecimento do mercado de capitais)”.⁴⁴⁰

João Braga Arêas, por sua vez, destaca que “os adeptos das privatizações garantiam que as desestatizações gerariam empresas eficientes, lucrativas, prestadores de bons serviços e destituídas de corrupção, pois estariam afastadas do governo”.⁴⁴¹ Além disso, seria um meio de atrair dólares e reduzir a dívida externa do Brasil.

Todos estes são argumentos que percebemos no discurso de Fernando Henrique Cardoso. Além dos aspectos econômicos, no governo FHC o atendimento de setores sociais também foram argumentos para a implementação das privatizações, de forma que reduzindo suas dívidas e déficit fiscal, o Estado teria condições de investir nestas áreas.

No entanto, diversos dados acerca das privatizações brasileiras colocam em xeque essas justificativas. O primeiro argumento contrário àqueles favoráveis às privatizações é o de que em alguns períodos da economia brasileira o governo não ajustava os preços e tarifas de produtos e serviços fornecidos pelas estatais, para assim poder controlar a inflação, além de contribuir para o aumento do lucro de empresas privadas.⁴⁴² Segundo Aloysio Biondi, esses congelamentos de preços foram os principais motivadores dos prejuízos ou baixos lucros que apresentavam as estatais – sendo que este fato não era informado à população.

Para Amaury Ribeiro Jr., o processo de privatização implementado no Brasil foi, na verdade, uma “propinização”.⁴⁴³ Isto se explica, pois os governos “engoliram” os débitos das estatais que estavam à venda para tornar a venda das empresas mais atraentes; fizeram isto ao assumir para si as dívidas que apresentavam as estatais, além se assumir os pagamentos de indenizações, direitos trabalhistas e aposentadorias para os funcionários que fossem demitidos. Um exemplo disto é a Fepasa, empresa ferroviária privatizada pelo governo de São Paulo que, entre os anos de 1995 e 1998, demitiu mais de 10 mil funcionários e ficou responsável pela aposentadoria de 50 mil funcionários

⁴⁴⁰ Ibidem, p 112-113.

⁴⁴¹ ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 359 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 163.

⁴⁴² Ibidem, p. 58.

⁴⁴³ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real...* Op. cit., p. 113

da estatal.⁴⁴⁴

Biondi denomina isto como *dívidas transferidas*, quando o Estado – destacando que os compradores das estatais pagavam além do preço da venda, enfatizando os ágios dos leilões – apresentava os débitos e dívidas das estatais como transferidas a seus compradores. No entanto, o que não se revela é que estas dívidas seriam pagas com os faturamentos futuros da própria empresa; e, quando assumidas pelo governo, era o dinheiro público que arcava com este pagamento. Assim, ao recorrerem a empréstimos no exterior e, diferente do que se argumentava, as dívidas externas e internas aumentaram.

Biondi chama o processo de privatizações no Brasil de “desmonte do Estado” e cita que é comum encontrar o argumento de que as empresas estatais, que sob a gestão do Estado davam prejuízos, mas que logo que passaram para a gestão privada começaram a ter lucros. Para o autor, o argumento é falso; em seu livro, ele lista as razões que explicam esses rápidos lucros, que se explicam a seguir.⁴⁴⁵

A primeira razão são as *tarifas e preços*. Segundo Biondi, havia reajuste de tarifas antes da conclusão das privatizações, gerando lucros para os compradores. Os ajustes chegavam a 500% e, em determinados casos, poderiam ser feitos em cima da hora. Segundo Arêas, os proprietários, depois da compra, continuavam a aumentar as tarifas. De acordo com o autor, “na telefonia, de 1995 a 1997, a assinatura básica teve acréscimo de 513,65% e os pulsos 80%. Após a privatização, o preço de serviços continuou se elevando, fazendo com que a telefonia no Brasil figurasse entre as mais caras do mundo. [...] Na preparação para a desestatização das siderúrgicas, o aço teve aumentos de até 300%”.⁴⁴⁶ Existia ainda mais uma vantagem, os chamados *prejuízos bondosos*.⁴⁴⁷ Biondi afirma que os compradores “podem utilizar dos prejuízos que os bancos *comprados* por eles tenham sofrido nos últimos anos e acumulado nos balanços [...] podem pegar esses prejuízos e subtraí-los do seu próprio lucro, reduzindo-o e, portanto, diminuindo também o Imposto de Renda”.⁴⁴⁸

É importante destacar que muitas das estatais vendidas apresentavam dinheiro em caixa. A Vale do Rio Doce foi privatizada com 700 milhões de reais em caixa; a Telesp, que foi vendida por R\$ 2,2 bilhões, tendo em caixa ao menos R\$ 1 bilhão –

⁴⁴⁴ BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 13.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁴⁶ ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002)*... Op. cit., p. 166.

⁴⁴⁷ BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado*... Op. cit., p. 16.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, p. 16.

assim, tendo o Estado o lucro de apenas 1,2 bilhões de reais.⁴⁴⁹ Além disso, ambas as empresas se apresentavam lucrativas. Arêas apresenta dados que demonstram que a Vale do Rio Doce, em 1997, apresentava um faturamento anual de US\$ 2 bilhões, sendo a segunda maior mineradora do mundo e a maior exportadora de minério de ferro.⁴⁵⁰

Soma-se a isto o fato de que na maioria das privatizações, os pagamentos eram feitos em prestação, e com juros baixíssimos se comparado com o que o Brasil pagava sobre sua dívida. Além disso, Arêas destaca que as vendas das estatais, segundo críticos das privatizações, eram vendidas abaixo do preço, pois não se levava em consideração todo o patrimônio que pertencia a empresa, apenas o faturamento que teria no ano seguinte.⁴⁵¹

O autor ainda aponta a utilização das chamadas “moedas podres”, títulos da dívida pública de baixo valor, no pagamento das estatais.⁴⁵²

Segundo Biondi, o BNDES oferecia empréstimos bilionários para que os empresários pudessem arcar com os investimentos que se comprometiam a fazer, isto depois de já terem adquirido a empresa estatal. Conforme o autor, “depois do caos nos serviços de energia elétrica no Rio, em 1998, a Light ganhou um empréstimo de [...] 730 milhões de reais do BNDES. A CSN, comprada com ‘moedas podres’ financiadas, também foi [...] presenteada com empréstimo de 1,1 bilhão de reais do BNDES para a execução de um plano de expansão de cinco anos”.⁴⁵³

3.2- As reformas do Estado no jornal *O Estado de S. Paulo*

O jornal *O Estado de S. Paulo* pautou a agenda de reformas do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, atuando como *aparelho “privado” de hegemonia*, de forma a convencer seus leitores da urgência e necessidade dessas reformas. No período analisado – entre junho de 1997 e outubro de 1997 –, percebemos um grande esforço do jornal nesta direção, em que algumas temáticas que se relacionam com a reforma do Estado são destacadas. A primeira delas é o discurso de que a aprovação das reformas é uma ação concomitante ao crescimento econômico e redução do déficit fiscal. Além disso, o jornal compartilha da mesma opinião de que as reformas que o governo FHC tentava implantar eram imprescindíveis para o sustento do Plano Real,

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 16.

⁴⁵⁰ ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002)*... Op. cit., p. 164.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 168.

⁴⁵² Ibidem, p. 167 e 168.

⁴⁵³ BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado*... Op. cit., p. 19.

além de munirem o governo no enfrentamento das crises internacionais que solapavam o cenário interno. A reforma da Previdência ganha um destaque ainda maior nas páginas de *OESP*, assim como a atuação da oposição, e mesmo aliados do governo, para impedir o prosseguimento das reformas constitucionais.

Entre os argumentos mobilizados por *OESP* no convencimento de seus leitores em relação à aprovação das reformas constitucionais estavam o de que as reformas também eram parte responsável pela redução do déficit público e, conseqüentemente, pelo processo de crescimento econômico do Brasil e sua participação da nova ordem mundial financeira. Através de pesquisas e levantamentos de instituições econômicas, além de economistas, o jornal assume um posicionamento pró-reformas: destaca-se em manchete que “*O Brasil tem condições de repetir, nos próximos dez anos, o milagre econômico da década de 70, com crescimento de renda e redução do desemprego, garante o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fernando Rezende. Mas há algumas condições, entre as quais a aprovação das reformas constitucionais e a manutenção da atual política econômica*”;⁴⁵⁴ “*Economistas acham difícil crescimento em ritmo acelerado*”,⁴⁵⁵ esta dificuldade adivinha do ritmo da aprovação das reformas que estavam aquém das expectativas.

Em editorial de título “*O que falta para o crescimento*”,⁴⁵⁶ é afirmado no jornal que apenas com a diminuição do déficit público junto à aprovação das reformas seria possível vencer os obstáculos que eram colocados no crescimento econômico do país. No Caderno de Economia ficava em evidência a manchete do crescimento do déficit público em 6,5% do PIB, o que teria ocorrido principalmente em razão das despesas com o pagamento da folha de pessoal e de benefícios da Previdência Social, pressionando governo e Congresso na aprovação das reformas administrativa e previdenciária.⁴⁵⁷ Para *OESP*, “*Déficit de contas públicas trava crescimento: Se os gastos do governo estivessem em ordem e as reformas aprovadas o país poderia adicionar 1% de crescimento econômico sustentável após 2001, elevando taxa média*

⁴⁵⁴ “Para IPEA, País pode ter novo milagre econômico”. *O Estado de S. Paulo*, 24 de julho de 1997, p. 71.

⁴⁵⁵ “Economistas acham difícil crescimento em ritmo acelerado”. *O Estado de S. Paulo*, de 24 de julho de 1997, p.71.

⁴⁵⁶ “O que falta para o crescimento”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1998, p.3.

⁴⁵⁷ “Déficit público cresce e atinge 6,5% do PIB”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de maio de 1998.

para 5% ao ano”.⁴⁵⁸ É destacado ainda que “a ação urgente contra o déficit” só será possível com a conclusão das reformas constitucionais.⁴⁵⁹

Sendo as reformas do Estado e econômica cruciais para a manutenção e sucesso do Plano Real, o jornal *O Estado de S. Paulo* colocou-se em defesa deste argumento, reconhecendo o sucesso do Plano Real no processo de queda da inflação brasileira, mas coloca em ressalva que o real encontrava-se naquele momento “à espera de mudanças indispensáveis ao crescimento”.⁴⁶⁰ Em editorial, o jornal apontava que tais mudanças seriam as reformas da previdência, administrativa e tributária, destacando a importância destas reformas já que sem elas não seria possível arrumar o setor público, nem mesmo garantir um crescimento econômico estável.⁴⁶¹ Segundo editoriais do jornal, a consolidação e o futuro do Plano Real dependia da votação das reformas no Congresso:

Sem que as reformas sejam completadas, em tempo relativamente curto, as camadas da população que mais benefícios receberam em consequência do Plano Real absorverão seus ganhos e farão novas reivindicações que não poderão ser atendidas por uma economia que não encontra suporte estrutural e institucional para crescimento acelerado. É por isso que as reformas são essenciais não apenas para que a indústria, o comércio e a agricultura cresçam, mas também e principalmente para que uma parcela cada vez maior da população usufrua o produto da maior atividade econômica.⁴⁶²

Nos editoriais e matérias presentes no jornal, o reconhecimento ao governo Fernando Henrique Cardoso não é deixado à parte quando se trata de seu esforço pela manutenção do Plano Real através da aprovação das reformas mencionadas. *OESP* volta a afirmar que a aprovação das reformas era necessária para segurança e tranquilidade do real e, sem a implantação delas “*FH faz o coquetel que pode e mantém o Real vivo numa economia com crescimento medíocre e com a população se virando. [...] Certamente, entretanto, daqui a três anos não haverá o que comemorar se o Real continuar vivendo apenas na força que veio com ele quando nasceu*”.⁴⁶³ Em meio à crise asiática que atingiu a economia internacional em 1997, o jornal insiste que “a política monetária não pode ser um instrumento isolado de garantia da política cambial e da estabilidade do real”,⁴⁶⁴ sendo preciso o ajuste fiscal, a continuação das

⁴⁵⁸ “Déficit de contas públicas trava crescimento”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1998, p. 156.

⁴⁵⁹ “A ação urgente contra o déficit”. *O Estado de S. Paulo*, 28 de setembro de 1998, p.3.

⁴⁶⁰ “Apressar as reformas”. *O Estado de S. Paulo*, 07 de junho de 1997, p. 3

⁴⁶¹ *Ibidem*.

⁴⁶² “O futuro do Plano Real”. *O Estado de S. Paulo*, 01 de julho de 1997, p. 3.

⁴⁶³ “A família (do) Real”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de julho de 1997, p. 2.

⁴⁶⁴ “Avançar na redução do déficit público”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 1997, p. 40.

privatizações e as reformas constitucionais. Ainda segundo a matéria “*o aspecto mais promissor do esforço do governo em produzir uma reversão das expectativas negativas*”.⁴⁶⁵ A confiança no país e no real dependiam das reformas estruturais, sendo responsabilidade do Executivo e Legislativo.⁴⁶⁶

A responsabilidade do Legislativo, no que concerne à aprovação das reformas do governo FHC, foi uma temática muito debatida nas páginas de *OESP*. Quando se trata da oposição que é feita ao governo no Congresso às reformas do Estado, as matérias no jornal não são escassas e adotam tons de profundas críticas aos parlamentares, referindo-se a estes muitas vezes como “*criminosos*”, “*rebeldes*”, “*traidores*”.

No dia 12 de junho de 1997, a edição traz alguns exemplos de matérias como esta. Logo na capa do jornal é apresentada uma manchete que relata que “*Governo reage e reduz rebeldia contra reforma*”.⁴⁶⁷ Segundo reportagem, ampliada em matérias no Caderno de Política, os líderes governistas reduziram a taxa de “*traição*” na base aliada e conseguiram aprovar texto que permitiria que setores públicos fizessem contratos com empresas de iniciativa privada. Estendendo a mesma temática para o Caderno de Economia, o jornal destacava que “*Líderes articulam e revertem clima*”,⁴⁶⁸ fazendo com que o número de “*traidores*” e “*rebeldes*” caísse, conseguindo aprovar o texto da reforma.

Na mesma página, o jornal continuava com a manchete “*Dissidência cresceu com Luís Eduardo*”,⁴⁶⁹ referindo-se à troca de líder do governo no Congresso. Segundo a matéria, a mudança de líder não demonstrou redução nas “*traições*” ao governo e seus projetos de reformas. A explicação para isto seria a infidelidade partidária. Ao lado desta matéria, o jornal lista todos aqueles que votaram contra o governo, sob o título de “*Os Infiéis*”⁴⁷⁰, indicando seus nomes e o partido ao qual pertenciam.

Em seus editoriais, *OESP* insistia em apresentar o descontrole dos gastos públicos, o aumento do déficit fiscal e da dívida pública do país como os principais fatores que impediam o crescimento econômico do Brasil. As reformas constitucionais apresentavam-se como o principal “*remédio*” para estes problemas que assolavam o país, e, apesar de FHC estar ciente disto, era o Congresso o principal responsável pela aprovação das mesmas. Porém, coloca o jornal que os congressistas obstruíam as

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ “Plano Real e a nova ordem financeira”. *O Estado de S. Paulo*, 01 de outubro de 1998, p. 104.

⁴⁶⁷ “Governo reage e reduz rebeldia contra a reforma”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1997, p.1.

⁴⁶⁸ “Líderes articulam e revertem clima”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1997, p.4.

⁴⁶⁹ “Dissidência cresceu com Luís Eduardo”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1997.

⁴⁷⁰ “Os infiéis”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1997, p. 4.

reformas e projetavam uma imagem de falta de noção de responsabilidade com os eleitores, além de custar seus empregos e bem-estar social.⁴⁷¹ Para o jornal, os opositores das reformas queriam desmoralizar o governo FHC, outros queriam afagar eleitores ou fazer das reformas moedas de troca a seu favor e, na verdade, mantinham um “*círculo vicioso do déficit*”, “*sacrificando o interesse público*”.⁴⁷² O único meio de modificar este cenário, para *OESP*, era que o Congresso aprovasse as reformas.

Pela análise das fontes, nos parece que o jornal se utiliza daqueles argumentos de forma a culpar o Congresso pela permanência dos problemas econômicos e sociais brasileiros através do atraso da aprovação das reformas constitucionais, isentando assim Fernando Henrique Cardoso. Isto fica ainda mais evidente quando há um esforço em algumas manchetes, editoriais e matérias em mostrar as ações de FHC em favor das mesmas reformas. Em editorial, *OESP* elogia o governo em sua negociação externa, sua política diplomática – empenhada no crescimento econômico e na afirmação dos interesses externos no país. Contudo, as reformas necessárias para que isto acontecesse estavam travadas pelo “*velho atoleiro de ineficiência*”, e, assim, o poder Executivo tinha que atuar em várias frentes, barganhando internamente para que as reformas tão urgentes fossem para frente.⁴⁷³ Em outra edição, todo um editorial é dedicado a uma entrevista de Fernando Henrique Cardoso à *Gazeta Mercantil*, na qual apresentou uma agenda de reconstrução para o país, mostrando preocupação com o processo de privatização, com a administração do setor público, com as questões comerciais; o que é colocado em destaque, porém, é o trecho da fala do então presidente afirmando que “*os adversários das reformas se mobilizam, os outros só assistem*”, enquanto o governo se mobilizava em favor do país.⁴⁷⁴ Os pronunciamentos e discursos do presidente quanto às reformas ganham destaque: “*Ao discursar para uma plateia de empresários, presidente disse que precisa da 'pressão da sociedade' para realizar as mudanças que têm sido bloqueadas por uma 'minorias' de parlamentares*”⁴⁷⁵; “*Pronunciamento na TV faz apelo aos brasileiros: argumento é que só mudanças na Constituição ajudarão a*

⁴⁷¹ “Recado de Davos ao Congresso Nacional”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de fevereiro de 1998, p. 3.

⁴⁷² Segundo coloco *O Estado de S. Paulo*, “[...] por falta das reformas administrativas e previdenciária em momento oportuno e devido a outras vulnerabilidades estruturais, o governo é obrigado a financiar o déficit, embarcando na ciranda sem-fim da colocação de títulos públicos no mercado, o qual, por sua vez, só toma papéis remunerados por juros cada vez mais altos, o que aumenta a dívida pública e fecha o círculo”. “A responsabilidade pelo déficit público”. *O Estado de S. Paulo*, 07 de maio de 1998, p. 3.

⁴⁷³ “Negociação externa e barganha interna”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de junho de 1998, p. 3.

⁴⁷⁴ “A grande reconstrução”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de junho de 1997, p. 3.

⁴⁷⁵ “FH pede coragem ao Congresso contra lobbies”. *O Estado de S. Paulo*, 01 de julho de 1997, p. 7.

diminuir dívida e balizar juros";⁴⁷⁶ *"FH insiste em pressa na reforma"*;⁴⁷⁷ *"FH põe ministros para forçar reformas"*.⁴⁷⁸ Em editorial, afirma o jornal que *"o governo deve, realmente, pôr um ponto final a esta novela em que se transformou a votação da reforma administrativa. Todas as concessões possíveis foram feitas, e, quanto mais o governo cedeu, mais a oposição exigiu [...]"*.⁴⁷⁹

Os apelos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso ganham notoriedade mais uma vez em meio às crises internacionais que atingem a economia do Brasil, pois, neste contexto, as crises cambiais internacionais e seus reflexos na economia brasileira, foram também tratados como motivos catalisadores para a aprovação das reformas que esperavam aprovação no Congresso por *OESP*. Assim, encontramos destaques no jornal como: *"É melhor acelerar reformas"*; *"os brasileiros vão acelerar o processo de privatização e das reformas porque têm de enviar o sinal certo aos mercados"*;⁴⁸⁰ *"Crise reforça necessidade das reformas: redução do déficit externo e interno tornaria o País menos dependente do capital internacional"*;⁴⁸¹ *"Nesse novo cenário, as reformas ganharam caráter emergencial"*,⁴⁸² neste caso, as reformas seriam uma tática para mostrar aos investidores estrangeiros ações concretas e vontade política do país de lutar pelo equilíbrio fiscal.

Durante a crise asiática, em 1997, os editorialistas de *OESP* afirmavam que cabia ao Congresso ajudar o Brasil, realizando as reformas para manter a estabilidade monetária.⁴⁸³ Argumentavam que *"o Congresso deve dotar o governo de instrumentos que reduzam a dependência de capitais voláteis"*,⁴⁸⁴ e que *"Eles são os responsáveis"*,⁴⁸⁵ referindo-se aos parlamentares que se recusavam a escutar o pedido do presidente para que votassem as reformas constitucionais, aprofundando os efeitos da crise econômica mundial no país:

"[...] eles não pensam. Não os preocupam os efeitos que a crise já começa a ter sobre 150 milhões de brasileiros. Se assim é, que o governo saia de sua

⁴⁷⁶ "Pronunciamento na TV faz apelo aos brasileiros". *O Estado de S. Paulo*, 01 de julho de 1997, p.7.

⁴⁷⁷ "FH insiste em pressa na reforma". *O Estado de S. Paulo*, 02 de julho de 1997, p. 1.

⁴⁷⁸ "FH põe ministros para forçar reformas". *O Estado de S. Paulo*, 09 de julho de 1997, p. 1.

⁴⁷⁹ "Governadores mobilizados". *O Estado de S. Paulo*, 09 de julho de 1997, p. 3.

⁴⁸⁰ "É melhor acelerar reformas". *O Estado de S. Paulo*, 03 de novembro de 1997, p.1.

⁴⁸¹ "Crise reforça necessidade das reformas". *O Estado de S. Paulo*, 03 de novembro de 1997, p.38.

⁴⁸² "Já não existe prazo de transição". *O Estado de S. Paulo*, 07 de novembro de 1997, p. 44.

⁴⁸³ "A delicadeza da situação do Brasil". *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1997, p. 3.

⁴⁸⁴ "A defesa do interesse comum". *O Estado de S. Paulo*, 06 de novembro de 1997, p. 3.

⁴⁸⁵ "Eles são os responsáveis". *O Estado de S. Paulo*, 31 de outubro de 1997, p. 3.

*atitude de respeito cerimonioso e aproveite politicamente a ocasião para apontar à execração pública os responsáveis pelo que de ruim puder vir a acontecer ao País”.*⁴⁸⁶

Em outro editorial, acrescenta:

“O governo, esse, não hesitou em agir quando a situação exigiu – e jogou numa só cartada todo o prestígio que havia amealhado ao longo de três anos. [...]

*As oposições não irão ensarilhar suas armas. Para elas, olhos postos no pleito de 98., não é a reabilitação do Estado que está em jogo, mas sim a sorte do governo, de cujo fracasso dependem para ter uma chance de chegar ao poder”.*⁴⁸⁷

Para *OESP*, as reformas em pauta serviriam ao Brasil no enfrentamento de novas crises que pudessem surgir, *“sem a aprovação delas – as reformas – pelo Senado e pela Câmara, será impossível chegar ao equilíbrio das contas públicas e construir a couraça que torne o Brasil menos vulnerável aos efeitos das crises [...]”*.⁴⁸⁸ Assim, só o Congresso poderia comprometer a estabilidade do país e comprometer as avaliações de investidores estrangeiros na economia brasileira.

A reforma da Previdência foi outro tema recorrente em *OESP*. Na realidade, foi a reforma que mais ganhou espaço no jornal, seja em seus editoriais ou em matérias internas do Caderno de Política e Caderno de Economia, demonstrando o empenho daqueles que produzem o periódico na aprovação desta pauta. O jornal destacava a Previdência vigente na época como responsável pelo déficit público brasileiro ou como um empecilho para o desenvolvimento econômico do Brasil, além de fazer *“prognósticos sombrios”* e rotulava por diversas vezes o sistema previdenciário do país como catastrófico e como ferramenta de manutenção de privilégios.

A manchete no jornal *“Quem vai financiar o desenvolvimento?”*,⁴⁸⁹ por sua vez, advogava que o crescimento econômico do Brasil também dependia da retomada e aumento da poupança pública, que se apresentava negativa até então e que seria condição para as privatizações e reforma da Previdência *“ampla ao estilo chileno, ao menos em parte regida pelo mecanismo de capitalização”*.⁴⁹⁰ Assim, um novo sistema

⁴⁸⁶ Ibidem.

⁴⁸⁷ “O real sentido da reforma administrativa”. *O Estado de S. Paulo*, 17 de novembro de 1997, p. 3.

⁴⁸⁸ “O início da racionalização do Estado”. *O Estado de S. Paulo*, 21 de novembro de 1997, p. 3.

⁴⁸⁹ “Quem vai financiar o desenvolvimento”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de junho de 1998, p. 38.

⁴⁹⁰ Ibidem.

previdenciário seria “a mola mestra da formação de poupança na economia”,⁴⁹¹ liberando o país da “agiotagem internacional”,⁴⁹² além de gerar um “círculo virtuoso”.⁴⁹³ Para o jornal, “maior oferta interna de capitais significa menores juros. Menores juros, mais investimentos. Mais investimentos, mais empregos e salários. Mais renda familiar e um sistema de Previdência que estimule a poupança, maior oferta de capitais”.⁴⁹⁴

Como já mencionada, a Previdência era mostrada nas páginas do jornal como uma grande vilã das contas públicas brasileiras, responsável pela manutenção e aumento do déficit público. O jornal insistia, procurando bases no que afirmavam economistas liberais, de que os gastos com a Previdência comprometiam os investimentos em outras áreas, como saúde, educação e segurança – o que continuaria a acontecer se não fosse modificada a distribuição de gastos pelo INSS.⁴⁹⁵ Nas edições analisadas, ficava claro que, para OESP, sem a reforma da Previdência e a solução de seus problemas, como as despesas com benefícios, não haveria como equilibrar as contas do governo. Era ainda enfatizado algumas manchetes nesse sentido: “Previdência, chave para o problema fiscal”;⁴⁹⁶ “Atraso em reforma vai custar bilhões”;⁴⁹⁷ “Atraso na Previdência custa R\$ 15,7 milhões/dia”;⁴⁹⁸ “Previdência atrasa e piora expectativa do mercado”;⁴⁹⁹ “Contas governamentais fecharam o ano com rombo por causa do prejuízo da Previdência Social e dos gastos excessivos dos Estados e municípios [...]”;⁵⁰⁰ “As principais fontes de pressão do déficit no governo central, segundo o chefe do Depec, foram os pagamentos da folha de pessoal e de benefícios da Previdência Social”;⁵⁰¹ “O déficit das contas públicas brasileiras é basicamente um déficit previdenciário, incluindo aqui o regime do INSS e o das aposentadorias da União, Estados e municípios”;⁵⁰² “A Previdência Social foi eleita [...] a vilã do programa brasileiro de estabilidade e o maior empecilho para que o país volte a crescer de forma sustentada”;⁵⁰³ “O déficit da

⁴⁹¹ “Uma agenda positiva na reforma da Previdência”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de junho de 1997, p. 2

⁴⁹² *Ibidem*. Segundo OESP, seriam empréstimos em poupanças alheias com enormes taxas de juros.

⁴⁹³ *Ibidem*.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ “Economista mostra como Previdência compromete contas”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1997, p. 5.

⁴⁹⁶ “Previdência, chave para o problema fiscal”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1998, p. 3.

⁴⁹⁷ “Atraso em reforma vai custar bilhões”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de fevereiro de 1998, 1.

⁴⁹⁸ “Atraso na Previdência custa R\$ 15,7 milhões/dia”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de fevereiro de 1998, p. 4.

⁴⁹⁹ “Previdência atrasa e piora expectativa do mercado”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de julho de 1998, p. 7.

⁵⁰⁰ “Déficit público Cresce e supera a meta de 1997”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de fevereiro de 1998, p. 1.

⁵⁰¹ “Déficit público cresce e atinge 6,5% do PIB”. *O Estado de S. Paulo*, 05 de maio de 1998, p. 49.

⁵⁰² “Rombo da Previdência quebrou setor público”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de maio de 1998, p. 7.

⁵⁰³ “Déficit público refreia crescimento”. *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1998, p. 37.

Previdência Social, que deve dobrar este ano, é uma das principais causas do agravamento das contas públicas”.⁵⁰⁴

As previsões acerca do sistema previdenciário sustentado pelo governo eram comuns no jornal. *OESP* advoga em favor da aceleração da reforma da Previdência, mobilizando, além da motivação anterior, o aumento do déficit dos gastos do sistema.⁵⁰⁵ Destaca-se “*o recorde de gastos da Previdência*”,⁵⁰⁶ matéria que apontava os motivos para que isto ocorresse,⁵⁰⁷ mas também “alfineta” o Congresso ao afirmar que suas medidas tentam corrigir pontos superficiais, “*sem se preocupar com definir o modelo previdenciário adequado ao País, e que, mais cedo ou mais tarde, terá de ser adotado para evitar a falência completa da Previdência Social*”.⁵⁰⁸ As providências possíveis para que o governo pudesse corrigir os problemas encontrados eram a reforma Previdenciária, mesmo que incompleta, e a capitalização do regime previdenciário. Destaca *OESP* que tal reforma é “*urgente, urgentíssima*” levando em conta o “*prognóstico sombrio*” do sistema – informação baseada na experiência dos Estados Unidos e Japão, que segundo o jornal entrariam em colapso em 30 anos.⁵⁰⁹ Os gastos crescentes, a dívida previdenciária e o déficit público ascendente torna a previdência “*catastrófica*”, segundo o jornal, além de futuramente inviável.⁵¹⁰

Além daqueles pontos negativos apontados continuamente pelo jornal, era reiterado que a Previdência brasileira faz parte de um sistema de injustiças em um país de “*marajás*”, afirmando em editorial que “*dificuldade em avançar a reforma é consequência de uma sórdida mistura de atraso político, burrice e descarada defesa de privilégios*”⁵¹¹ – privilégios direcionados ao servidor aposentado, que aposentava-se com um benefício igual ao que ganhava na ativa, enquanto os aposentados do setor privado tinham um teto de benefícios baixo. A mesma crítica à divisão entre setor público e o privado em relação à Previdência se repete em outras matérias: “*os deputados não estão vendo que ajudam a perpetuar as desigualdades no sistema do*

⁵⁰⁴ “Governo pode baixar novo pacote fiscal”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de maio de 1998, p. 1.

⁵⁰⁵ “Previdência faz dívida de R\$ 4 bilhões para pagar 13º”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de novembro de 1997, p. 87; “Previdência terá déficit de R\$ 47 bilhões”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1997, p. 1.

⁵⁰⁶ “O recorde de gastos da Previdência”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de setembro de 1997, p. 32.

⁵⁰⁷ Aumento do número de aposentados assim como do valor real dos benefícios.

⁵⁰⁸ *Ibidem*.

⁵⁰⁹ “Prognóstico sombrio sobre a Previdência”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de setembro de 1997, p. 3.

⁵¹⁰ “Acelerar a reforma previdenciária”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de agosto de 1997, p. 32; “Previdência catastrófica”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de maio de 1998, p. 3; “Especialista vê catástrofe na Previdência”. *O Estado de S. Paulo*: Páginas da Edição de 02 de agosto de 1998, p. 10; “A catástrofe anunciada”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1998, p.3.

⁵¹¹ “O país dos marajás”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de junho de 1998, p. 3.

INSS”;⁵¹² “A Câmara decidiu manter os privilégios de alguns milhares, esquecendo-se de 18 milhões”.⁵¹³ Segundo informava *OESP*,

mesmo que tudo dê certo, nós, contribuintes, que sustentamos o Estado, ainda não poderemos descansar. A injustiça fundamental no sistema previdenciário brasileiro continuará vigente – aquela que divide o País entre a grande maioria que paga a conta, mas não se aposenta com o suficiente para sobreviver, e uma minoria que ainda pode se aposentar com milhares e milhares de reais, à custa do sacrifício dos outros.⁵¹⁴

3.3- As privatizações nas páginas de *OESP*

Os processos de privatizações das estatais brasileiras também foram uma pauta constante de *OESP*. O jornal também tomou “partido” de forma favorável a um dos principais receituários do modelo neoliberal implementado por Fernando Henrique Cardoso. Segundo o periódico, o principal agravante para a venda dessas empresas era o fato de que o capital conseguido a partir delas serviria para a diminuição da dívida pública e, conseqüentemente, do déficit público – mesmo argumento utilizado por Fernando Henrique Cardoso, que destina os recursos das privatizações principalmente para este objetivo desde que assumiu seu primeiro mandato como presidente da República.

Em uma de suas matérias, a partir de declarações de Fábio Giambiagi⁵¹⁵ de que apesar da necessidade da aprovação das reformas, as privatizações permitiam ao governo enfrentar a dívida e o déficit público, o jornal complementa que “*sem essa receita – das privatizações – a dívida pública poderia explodir, chegando em 1998, a 36% do PIB*”.⁵¹⁶ Alguns dias adiante, *OESP* mais uma vez se volta para economistas, desta vez do Citibank, para reforçar que as privatizações de estatais contribuiriam para a redução da dívida, agora em 3% do PIB na dívida líquida. As reformas constitucionais seriam, segundo *OESP*, essenciais para uma redução mais acentuada, porém “*a contribuição da privatização deve permitir que a dívida se estabilize até o fim de 98*”.⁵¹⁷

⁵¹² “Prejuízo ético, além de contábil”. *O Estado de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1998, p. 3.

⁵¹³ “Pé de cal na reforma”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de junho de 1998, p. 3.

⁵¹⁴ “O que o Senado eliminou”. *O Estado de S. Paulo*, 13 de outubro de 1993, p. 3.

⁵¹⁵ Na época, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁵¹⁶ “Dívida deverá cair para 33% do PIB em 98”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1997, p. 36.

⁵¹⁷ “Privatização reduz a dívida em 3% do PIB”. *O Estado de S. Paulo*, 6 de agosto de 1997, p. 1; “Dívida pública cai 3% do PIB com privatização”. *O Estado de S. Paulo*, 6 de agosto de 1997, p. 43.

Em coluna intitulada “*Opinião*”, no Caderno de Economia, admitia-se que os noticiários em geral eram “*ricos em notícias favoráveis sobre o andamento das privatizações*”.⁵¹⁸ OESP faz uma breve descrição das futuras privatizações, tanto as que competiam à União – como as privatizações de estatais de telecomunicação – quanto as que eram de responsabilidade dos governos estaduais, apresentando os lucros resultantes destas vendas e afirmando que “*darão fôlego aos Estados, que não terão motivos para pedir autonomia tributária, pois as receitas das privatizações serão mais do que suficientes para atender suas dificuldades*”.⁵¹⁹ Toda esta descrição acontece, no entanto, sem que se apresente como se dariam os processos dos leilões destas empresas ou mesmo sem levar em consideração àquela perspectiva contrária mencionada na análise feita anteriormente – como no que diz respeito a Telesp. Arêas afirma que a telefônica, além de ter dinheiro em caixa, leiloou suas compras e estoques, dando a vantagem à nova proprietária de não ter a necessidade de fazer novos investimentos.⁵²⁰

Seguindo ainda o mesmo raciocínio da matéria anterior, em editorial mais adiante, a privatização da CEEE no Rio Grande do Sul era destaque, pois se tornou a segunda maior privatização dos anos 1990 – ficando atrás apenas da venda da Companhia Vale do Rio Doce –, fazendo com que os Estados assumissem a lideranças de privatizações do setor elétrico brasileiro. Os editorialistas, mais uma vez, afirmariam que o processo de privatizações das estatais brasileiras não apenas contribuiriam para atrair investimentos, também sustentavam que “*o avanço das privatizações estaduais tem outro aspecto relevante: enquanto feudos corporativos no âmbito federal lutam para conservar poder, retardando a privatização completa do setor [...] governadores de Estado perceberam que a venda de ativos dessa natureza é a melhor forma de obter recursos, seja para pagar dívidas de administrações anteriores [...]*”.⁵²¹

Assim como no caso da CEEE, ao fim dos processos de privatizações e concessões, o jornal sempre apresenta de forma descritiva e positiva os leilões como um meio para saneamento das contas do Estado. É o que ocorreria também com a concessão da banda B de telefonia celular. A partir dos dados do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, era informado que as contas do setor público tiveram melhor

⁵¹⁸ “Acelera-se o ritmo das privatizações”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de agosto de 1997, p. 28.

⁵¹⁹ “Acelera-se o ritmo das privatizações”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de agosto de 1997, p. 28.

⁵²⁰ ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 359 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 165.

⁵²¹ “O leilão da CEEE no RS”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de outubro de 1997, p. 3.

desempenho desde dezembro de 1995. Para o Depec, a arrecadação recorde do Tesouro Nacional contribuiu para o superávit registrado no período no âmbito da União, governos estaduais e municípios, além das contas das estatais, que conseguiram sair do vermelho. Porém, a privatização do setor de telecomunicações da banda B foi a grande responsável do maior salto do superávit: *“as contas do governo federal e Banco Central [...] saíram de um déficit de R\$ 547 milhões, em julho, para um superávit de R\$ 2,1 bilhões em agosto. [...] Também houve queda na dívida líquida total do setor público, que passou de 33,9% do PIB para 33,7%”*.⁵²² Acerca deste último dado, no entanto, destacavam-se a privatização do banco Credreal, em Minas Gerais, e da Coelba.⁵²³ Segundo o jornal, *“[...] já é evidente que, sem a contribuição proporcionada pelo processo de desestatização, o quadro fiscal seria pior. [...] Para isso, toda a receita de privatização deve ser usada para quitar dívida pública, que, no Brasil, custa caro para a União, Estados e municípios”*.⁵²⁴

Fica assim evidente que o déficit público para o periódico era o maior desafio do governo e que as privatizações eram o meio para a superação ou redução deste déficit. O jornal apontava que *“a manutenção do cronograma de privatizações é um ponto ainda fundamental para o quadro fiscal, já que garante uma trajetória de estabilidade para a dívida líquida do setor público”*;⁵²⁵ *“déficit de estatais segurou a explosão da dívida”*;⁵²⁶ *“o déficit cresce sem as receitas da privatização”*.⁵²⁷ Mesmo admitindo que sem as reformas constitucionais o ajuste fiscal tornava-se cada vez mais difícil, OESP insistia que *“de fato, sem a firme disposição do governo controlar seus gastos será impossível voltar [...] a ter financiamento externos. O que não quer dizer que as privatizações não têm importante papel a desempenhar na recuperação das finanças públicas”*.⁵²⁸

Além de ser solução para o déficit da dívida pública, as privatizações faziam parte de iniciativas que atraíam dólares para o Brasil, aumentando os rendimentos do governo. O jornal, em matérias nas quais “contabilizava” os resultados finais das vendas das estatais, apresentava em destaque nos títulos das matérias os valores adquiridos a

⁵²² “Governo obtém melhor resultado desde dezembro de 95”. *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1997, p. 44.

⁵²³ *Ibidem*.

⁵²⁴ “Privatização melhora contas públicas”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1997, p. 90.

⁵²⁵ “Avançar na redução do déficit público”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 1997, p. 40.

⁵²⁶ “Venda das estatais segurou a explosão da dívida”. *O Estado de S. Paulo*, 01 de junho de 1998, p.39.

⁵²⁷ “O déficit cresce sem as receitas da privatização”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de junho de 1998, p.52.

⁵²⁸ “Privatização e déficit”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de setembro de 1998, p. 3.

partir dos leilões: “privatizações somam 15,3 bilhões”;⁵²⁹ em 10 de julho de 1997, *OESP* anuncia em sua capa que “privatização atrai US\$ 30 bilhões”.⁵³⁰ No entanto, em matérias no Caderno de Economia, fica evidente que são dados que não passam de “previsões”, estratégia comum na elaboração das manchetes do jornal: segundo *OESP*, “privatização pode atrair US\$ 30 bilhões”;⁵³¹ “telecomunicações vão trazer US\$ 1,5 bilhão por mês”⁵³² – nesta última, a matéria se baseia em cálculos feitos pelo presidente do Conselho de Administração da subsidiária do grupo Ericsson: “privatizações podem render R\$ 32,8 bilhões”;⁵³³ “privatização vai render US\$ 48,8 bilhões até 2001”;⁵³⁴ “privatização vai estimular negócios”⁵³⁵ – neste último caso, a pauta defendida é a de que com a entrada da telefonia celular a partir da Banda A e Banda B, que passava por um amplo processo de desestatização, o segmento de informática teria um ritmo de crescimento acelerado, já que o mercado de consumidores aumentaria.

As privatizações aparecem nas páginas do jornal como a solução para os diversos problemas que o governo estava enfrentando naquele período. Quando apontados os baixos rendimentos das empresas do país em comparação às empresas da América Latina,⁵³⁶ *OESP* aponta que as “privatizações vão melhorar o quadro”,⁵³⁷ devido à atração de investimentos. Em matéria do Caderno de Economia, as privatizações contribuiriam ainda para “acelerar a reestruturação econômica em curso para aumentar a eficiência produtiva. A economia tornar-se-á mais competitiva e o aumento de produtividade garantirá taxas mais elevadas de desenvolvimento”.⁵³⁸ Para editoriais de *OESP*, sem a política de privatização e concessões “bem implementada e sucedida” do governo FHC, “o País ficaria emperrado por falta de investimento em infra-estrutura”, era preciso “privatizar para crescer”.⁵³⁹

⁵²⁹ “Privatizações somam 15,3 bilhões”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de julho de 1997, p. 91.

⁵³⁰ “Privatização atrai US\$ 30 bilhões”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 1997, p. 1

⁵³¹ “Privatização pode atrair US\$ 30 bilhões”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 1997, p. 221.

⁵³² “Telecomunicações vão trazer US\$ 1,5 bilhão por mês”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 1997, p. 221.

⁵³³ “Privatizações podem render R\$ 32,8 bilhões”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de janeiro de 1998, p. 1.

⁵³⁴ “Privatização vai render US\$ 48,8 bilhões até 2001”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de agosto de 1998, p.1.

⁵³⁵ “Privatização vai estimular negócios”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 1997, p. 225.

⁵³⁶ “Empresas do País são as menos lucrativas da AL”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de setembro de 1997, p. 35.

⁵³⁷ “Privatizações vão melhorar o quadro”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de setembro de 1997, p.35.

⁵³⁸ “O lado menos visível da privatização”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de outubro de 1997, p.42.

⁵³⁹ “Privatizar para crescer”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de julho de 1998, p. 3.

A intenção de convencimento de seus leitores acerca do sucesso das privatizações também pode ser observada em manchetes nas quais o ágio conseguido com os leilões das estatais é destacado: “*Escelsa arremata Enersul por R\$ 625 milhões, com ágio de 83%*”;⁵⁴⁰ “*Bozzano paga 54,97% de ágio e compra Meridional*”;⁵⁴¹ “*Central do Brasil é vendida com ágio de 671%*”;⁵⁴² “*Estado vende Elektro com ágio de 98,9%*”;⁵⁴³ “*Concessão de metrô obtém ágio de 921%*”.⁵⁴⁴ Em outro editorial ressalta-se que “*ao vender o metrô, o principal interesse do Estado do Rio é livrar-se de um peso financeiro que se constitui historicamente num déficit difícil de ser coberto*”.⁵⁴⁵ Os ágios expressivos, consequência das desestatizações de empresas federais e estaduais, tornam-se relevantes nas reportagens para que se chegue à mesma conclusão pelo jornal em várias de seus conteúdos: “*Finalmente, é percepção generalizada que em 1998 os gastos de investimentos resultantes dos processos de desestatização serão parte fundamental na explicação do desenvolvimento econômico*”.⁵⁴⁶

No período em que foram analisadas as fontes, o setor de telefonia ganhou grande destaque nas páginas do jornal *OESP* – principalmente porque era um contexto de amplo debate acerca do fim do monopólio do Estado sobre esse setor. O que se percebe é uma ferrenha defesa do fim do monopólio das telecomunicações no Brasil. Em diferentes editoriais, bem como em matérias internas do jornal, se afirma que a licitações das telecomunicações são “*revolucionárias*”, um “*marco histórico*”, uma “*vitória*”, um “*umbral damodernidade*”.

Quando ocorre a primeira concessão da Banda B de telefonia,⁵⁴⁷ no editorial “*Perspectivas auspiciosas na telefonia*”, os editorialistas enumeram os benefícios deste processo:

“as primeiras informações fornecidas pelos ganhadores, prenunciam a importância da revolução que se desencadeará com a oferta dos novos serviços de telefonia pelos consórcios que disputam a Banda B. São inúmeros os fatos que mostram a amplitude dos benefícios que essa revolução

⁵⁴⁰ “Escelsa arremata Enersul por R\$ 625 milhões, com ágio de 83%”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de novembro de 1997, p. 62.

⁵⁴¹ “Bozzano paga 54,97% de ágio e compra Meridional”. *O Estado de S. Paulo*, 05 de dezembro de 1997, p. 56.

⁵⁴² “Central do Brasil é vendida com ágio de 671%”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1998, p. 43.

⁵⁴³ “Estado vende Elektro com ágio de 98,9%”. *O Estado de S. Paulo*, 17 de julho de 1998, p. 1.

⁵⁴⁴ “Concessão de metrô obtém ágio de 921%”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de dezembro de 1997, p. 1.

⁵⁴⁵ “Ágio extraordinário”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de dezembro de 1997, p. 3.

⁵⁴⁶ “Privatizações, balanço e desafios”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de dezembro de 1997, p. 24.

⁵⁴⁷ O consórcio Amaricel venceu a licitação da Banda B de telefonia na Região Centro-Oeste em 4 de junho de 1997.

proporcionará. Primeiro, ela permitirá a modernização das comunicações, que são o mais importante dos setores de serviços, nas sociedades de serviços [...]. Segundo, será possível, de fato, unir o País, pois, em algumas localidades não há telefones [...]. Além disso, os preços dos celulares, já anunciado, vão cair. Os serviços também custarão muito menos do que hoje. [...] a outorga das concessões para o conjunto das áreas da Banda B poderá demorar alguns meses [...] *Mas, desde já, pode-se considerar o dia de junho uma data histórica, o marco inicial do processo de privatização da telefonia, que permitirá que o País anule rapidamente um atraso de décadas nas telecomunicações*”.⁵⁴⁸

Quando no dia 10 de julho de 1997 o governo fica autorizado a privatizar todas as empresas do Sistema Telebrás pela Lei Geral das Telecomunicações, a notícia é destaque na capa de *OESP* no dia seguinte, assim como no Caderno de Economia da edição.⁵⁴⁹ As matérias são acompanhadas de um mapa que representa a exploração da telefonia no Brasil, indicando que o *“fim do monopólio atrai investimentos”*,⁵⁵⁰ enfatizando os argumentos pró-privatizações e complementando o editorial do dia anterior.

Ainda no dia 10 de julho, quando ainda era noticiada a privatização da Banda B de telefonia da região metropolitana de São Paulo⁵⁵¹ *“em preço recorde”*⁵⁵² – destaque do jornal –, assim como também a Banda B da Bahia e do Sergipe, o editorial de *OESP* chama a atenção para o fato. Afirmava que *“a modernização avança”*.⁵⁵³ e que *“o peso que os investidores estrangeiros conferem ao mercado brasileiro é simbolizado pelo lance vitorioso na licitação [...] O leilão da telefonia celular mostrou o acerto da política de investimentos”*.⁵⁵⁴ Destaca-se que as privatizações das estatais de telefonia modernizam o setor e que isto se tornaria *“símbolo da sociedade de serviços, instrumento essencial das comunicações, acesso à informação e da educação”*.⁵⁵⁵ Os editorialistas não deixam de indicar os compromissos que assume o consórcio vencedor da licitação, parabenizando o governo pela *“orientação correta”* de oferecer ao país

⁵⁴⁸ “Perspectivas auspiciosas na telefonia”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de junho de 1997, p. 4.

⁵⁴⁹ “Senado aprova Lei Geral das Telecomunicações”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1997, p. 43.

⁵⁵⁰ “Fim do monopólio atrai investimentos”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1997, p. 43.

⁵⁵¹ Que teve como consórcio vencedor o grupo BCP, formado pelo grupo Safra, Bell South, O Estado de S. Paulo e Splice – tendo como responsabilidade de operação a Bell South.

⁵⁵² A área de São Paulo foi vendida por R\$ 2,647 bilhões. Segundo matéria em destaque, o preço conseguido pela privatização da Banda B de telefonia bateu recorde mundial na venda de área de concessão desse serviço. “Concessão de celular em preço recorde”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de julho de 1997, p.1.

⁵⁵³ “A modernização avança”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de julho de 1997, p. 4.

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

aquilo que lhe faltava, a “vitória sobre o atraso”, representado pelas companhias estatais.

Ainda sobre a privatização do sistema de telefonia, após elencar os pontos negativos das estatais (“ineficiência”, “ineficácia”, “ninhos de privilégios”), o consumidor ganha destaque na matéria:

consumada a privatização, acredito que possa ficar não completamente tranquilo, mas, ao menos mais seguro quanto aos seus direitos como consumidor e cidadão ou mesmo como acionista minoritário das empresas privatizadas. Poderá até reclamar mais, inclusive tendo daqui para a frente o governo como aliado, e não mais como o todo poderoso e efetivo dono e administrador dos *monstros estatais* que, sem sucesso, eram enfrentados no outro lado.⁵⁵⁶ (grifo nosso)

O processo de privatização do Sistema Telebrás foi marcado por diversas ações judiciais e liminares mobilizadas pelo movimento da oposição, que acusava o governo de vender as empresas de telecomunicações a preço baixíssimo, além de fazer caixa dois para a campanha de reeleição de FHC. O que se percebe nas matérias e editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* é um grande esforço para não apenas convencer seus leitores deo contrário – elogiando as ações do governo e apresentando argumentos favoráveis à venda da Telebrás –, mas para atacar aqueles que se mostram contrários aos leilões da Telebrás, expondo sempre os dois lados em paralelo como em um processo de comparação. Destacava-se na capa que enquanto parlamentares do Partido dos Trabalhadores entravam com pedido de liminar contra a divisão do Sistema Telebrás em 12 holdings, “o governo procurou definir um preço que evitasse críticas e não afugentasse investidores”.⁵⁵⁷ Além disso, segundo o jornal, não haveria por parte da oposição argumentos que apresentassem fundamentos técnicos, e as críticas eram “explicadas exclusivamente pelo caráter político eleitoral que esse debate adquiriu”.⁵⁵⁸ Assim, conforme *OESP*, mesmo que muitos brasileiros tivessem dúvidas acerca dos valores apresentados pelo governo, a falta de provas por parte da oposição transformou leitores em “unanimidade” ao condenarem acusação feita por Lula e Brizola – destacamos aqui a mobilização do jornal da “opinião pública”, conceito desenvolvido

⁵⁵⁶ “Ainda a privatização”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1998, p. 2

⁵⁵⁷ “Preço da Telebrás é R\$ 13,3 bi e PT não quer o leilão”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de julho de 1998, p. 1.

A sugestão de preço mínimo era de R\$ 13,3 bilhões, que, como afirma *OESP*, está “acima do preço sugerido pelas consultorias e é considerado realista por fontes do setor financeiro”, sem deixar claro que fontes seriam estas.

⁵⁵⁸ “A privatização do setor de telecomunicações”. *O Estado de S. Paulo*, 18 de junho de 1998, p. 2.

por Bourdieu, com o objetivo de fortalecer um posicionamento do próprio jornal ao generalizar uma opinião.⁵⁵⁹ Assim, afirma o jornal em seu argumento que “*portanto, aparentemente, não são pessoas ideologicamente identificadas com PT e PDT*”.⁵⁶⁰

Chama a atenção como por vezes a oposição é nomeada nas matérias do jornal: “*holligans das privatizações, que exercem o monopólio do patriotismo*”;⁵⁶¹ “*Guerrilha*”⁵⁶² – quando no dia do leilão do Sistema Telebrás, liminares concedidas por juízes de vários lugares do país tentavam dar fim ao processo. Além disso, a Telebrás estatizada era uma “*Telebrás soviética*”, “*de costas para o mercado, para a nação, para o mundo, para o futuro*”.⁵⁶³

O posicionamento do jornal é o mesmo todas as vezes que o conflito acerca do Sistema Telebrás é mencionado. A defesa era de que a privatização do sistema de telecomunicações não acarretaria nenhum prejuízo para o tesouro e que os ganhos dos consumidores seriam enormes. O leilão significaria “*uma revolução no setor, quebrando o regime de monopólio e promovendo a universalização do acesso ao telefone*”.⁵⁶⁴ Economistas também são mobilizados para embasar o que as muitas páginas do jornal argumentam em prol da desestatização da telefonia. Para Alfredo Rizkallah, presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de São Paulo, “*a discussão acerca da privatização da Telebrás traduz verdadeiro embate entre a cidadania com concorrência versus o velho modelo de privilégios que inevitavelmente acompanha o monopólio*”.⁵⁶⁵

O Estado de S. Paulo celebra os resultados do leilão da Telebrás antes mesmo que ele ocorresse. Em editorial intitulado “*O sucesso que o leilão da Telebrás já teve*”,⁵⁶⁶ é afirmado que se pode falar “*antecipadamente em êxito estrondoso*”, já que o interesse que o Sistema Telebrás provocou no mundo todo é enorme, o que demonstra, mesmo em meio às incertezas econômicas tanto num cenário interno quanto externo, a confiança no futuro da economia brasileira. Mais uma vez os editorialistas se valem da opinião pública ao afirmar que “*o governo conta com o apoio da maioria da*

⁵⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981.

⁵⁶⁰ “Preço da Telebrás 2”. *O Estado de S. Paulo*, 28 de junho de 1998, p. 197.

⁵⁶¹ “Qual é o preço?”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de julho de 1998, p. 40.

⁵⁶² “Guerrilha na Justiça ameaça leilão das teles”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de julho, p. 1.

⁵⁶³ “Telebrás Soviética”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de julho de 1998, p. 28.

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

⁵⁶⁵ “Telebrás: cidadania com concorrência, versus monopólio e privilégios”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de junho de 1998, p. 43.

⁵⁶⁶ “O sucesso que o leilão da Telebrás teve”. *O Estado de S. Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 3.

população a sua política de privatizações”.⁵⁶⁷ O processo de privatização de Telebrás é entendido pelo jornal como algo positivo sob várias perspectivas: tanto pelo lado econômico – o valor a ser pago pelo sistema –, como sob a opinião de que o consumidor brasileiro apenas se beneficiaria disto. Assim, para o jornal, “em tal contexto, os argumentos a favor da privatização tornam-se irrefutáveis”.⁵⁶⁸

As notícias e editoriais que se seguem a concretização do leilão do Sistema Telebrás parecem querer confirmar as suposições feitas pelo jornal acerca do sucesso das privatizações: afirma *OESP* que a “Telebrás é vendida com ágio de 63,74%”;⁵⁶⁹ “Choques de rua entre militantes e a polícia não impediram o segundo maior leilão do mundo”;⁵⁷⁰ “Leilão das teles vai melhorar as reservas do País”;⁵⁷¹ “A privatização da telefonia abre caminho para o ingresso no clube das economias avançadas”;⁵⁷² “Privatização trará os investimentos necessários ao alto qualitativo dos serviços de telefonia”;⁵⁷³ “Revolução das comunicações vai mudar o País”.⁵⁷⁴

Tamanho “sucesso” é reiterado no Caderno de Economia do jornal:

“Após o leilão, já temos razoável segurança para dizer que o Brasil vai ser, este ano, o país que mais receberá investimentos diretos estrangeiros, superando até a China.

Além disso, os novos investimentos trarão repercussões, também, em outros setores da economia, proporcionando um salto tecnológico para o país. Não nos esqueçamos que há enormes ganhos para o consumidor, que terá acesso a melhores serviços telefônicos, com tarifas mais baratas. Finalmente, ficou provado que, ao contrário do que muitos estavam dizendo, houve um belo resultado para o governo”.⁵⁷⁵

A “ineficiência” da gestão do Estado nas empresas estatais é invariavelmente utilizada como justificativa em favor das desestatizações. Em editorial de 02 de agosto de 1998, esse posicionamento é explícito: como Fernando Henrique Cardoso, o jornal mantém o discurso de que no passado, as estatais cumpriram seu papel e impulsionaram o crescimento do Brasil, mas que muitas delas, naquele contexto, tornaram-se “*peso morto*”.⁵⁷⁶ Para editorialistas, “as estatais foram privatizadas não pelo que fizeram no

⁵⁶⁷ Ibidem.

⁵⁶⁸ Ibidem.

⁵⁶⁹ “Telebrás é vendida com ágio de 63,74%”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1998, p.1.

⁵⁷⁰ Ibidem.

⁵⁷¹ “Leilão das teles vai melhorar as reservas do País”. *O Estado de S. Paulo*, 31 de julho de 1998, p. 1.

⁵⁷² “Nos umbrais da modernidade”. *O Estado de S. Paulo*, 31 de julho de 1998, p. 3.

⁵⁷³ “A nova era da telefonia brasileira”. *O Estado de S. Paulo*, 01 de agosto de 1998, p.3.

⁵⁷⁴ “Revolução das comunicações vai mudar o País”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de agosto de 1998, p. 200.

⁵⁷⁵ “A privatização do setor de telecomunicações (2)”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1998, p. 50.

⁵⁷⁶ “Com a cabeça no passado”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de agosto de 1998, p. 4.

passado, mas pelo que não fariam no futuro".⁵⁷⁷ No período de um ano analisado, selecionado para analisar a defesa da reeleição de Fernando Henrique Cardoso pelo jornal, alguns setores ganham destaque – como é o caso da Vale; o setor de energia; a quebra de monopólio da Petrobrás; assim como o setor bancário.

As notícias acerca dos bancos em *OESP* são em geral um alerta para o custo que os bancos estatizados acarretam para o Estado. Próximo ao leilão do BANERJ, o periódico em editorial contabiliza "*O custo da ajuda*"⁵⁷⁸ que o Banco Central deu aos bancos estatais pós Plano Real, que segundo dados da FGV chegou a R\$ 40 bilhões. Segundo o jornal, "*dizer que os bancos estatais têm, no Brasil, elevado poder destrutivo é repetir o óbvio. [...] Os danos são grandes a ponto de afetar as contas públicas brasileiras, bastante pressionada*".⁵⁷⁹

As liminares contra as privatizações dos bancos são também destacadas no jornal. Assim como no processo de privatização das telecomunicações, *OESP* sempre destaca um contraponto a estas tentativas de barrar os leilões. O dia da venda do BANERJ não foi diferente, marcado por ações na Justiça do Rio de Janeiro contrárias a privatização do banco, o periódico assinala que "*ações na Justiça ameaçam leilão do BANERJ*".⁵⁸⁰ Na mesma página do Caderno de Economia, no entanto, o jornal busca enfatizar que a "*venda da instituição encerra fase de má administração do dinheiro público*",⁵⁸¹ "má administração" também marcada pela utilização da instituição para fins políticos e "cabide de empregos".

A intervenção do Banco Central nos bancos estaduais viria notícia de capa acompanhada de nota vindo do Banco Mundial (BIRD), destacando que "*o socorro do governo federal aos bancos estaduais falidos poderá aumentar a inflação. [...] a recente ajuda ao Banespa, além de confirmar tradição brasileira de socorro a instituições insolventes, demonstrou ao mercado financeiro que não é preciso cautela ao emprestar para esses bancos e dificultou ainda mais o controle sobre a política monetária*".⁵⁸² Assim como o BIRD, outras instituições financeiras, como o Banco Central, ganharam notoriedade em *OESP* quando se tem como objetivo a defesa das privatizações bancárias, como se estas instituições servissem de "tutores" ao processo

⁵⁷⁷ Ibidem.

⁵⁷⁸ "O custo da ajuda". *O Estado de S. Paulo*, 13 de julho de 1997, p. 3.

⁵⁷⁹ Ibidem.

⁵⁸⁰ "Ações na Justiça ameaçam leilão do BANERJ". *O Estado de S. Paulo*, 17 de junho de 1997, p. 64.

⁵⁸¹ "BC fez primeira intervenção no banco há dez anos". *O Estado de S. Paulo*, 17 de junho de 1997, p.

64.

⁵⁸² "BIRD alerta para risco de ajuda a banco estadual". *O Estado de S. Paulo*, 18 de junho de 1997, p. 1.

de convencimento da opinião pública – tomando como exemplo a proposta de Gustavo Franco, então Diretor da Área Internacional do Banco Central, de privatizar o Banco do Brasil pois seu prejuízo era recorde, o que seria uma privatização por motivos financeiros e não ideológicos.⁵⁸³

Nesta mesma matéria, a privatização da Petrobrás também se torna assunto. Segundo Franco, “*não há razões para que a Petrobrás e o Banco do Brasil sejam mantidos como empresas estatais. Mesmo que a Petrobrás tivesse um bom desempenho – e não é o caso – não vejo porque não privatizar*”.⁵⁸⁴ Esta é uma opinião adotada também pelo jornal ao mencionar o fim do monopólio estatal sobre a Petrobrás, assunto presente em muitos de seus editoriais e matérias – apresentando aos seus leitores os pontos positivos dos leilões de campos de petróleo brasileiros, ou os pontos negativos de tal manutenção.

Quando o governo FHC sanciona a quebra do monopólio da exploração da Petrobrás, OESP afirmaria que “*os brasileiros irão poder, finalmente, dizer que o petróleo é nosso*”.⁵⁸⁵ O jornal se utiliza de alguns argumentos que também são mobilizados em outras privatizações: além do aumento da produção nacional de petróleo graças à concorrência que parecia garantida, “*uma abertura generosa será decisiva também para que se abra a perspectiva de oferecer preços menores aos consumidores. É disso que se trata quando se discute a abertura dos negócios de petróleo. Como se vê, a quebra de um tabu, que durou 44 anos, representa também a quebra do mito nacionalista*”.⁵⁸⁶

Em editorial, o jornal afirma que se o fim do monopólio da Petrobrás já tivesse ocorrido, o Brasil muito provavelmente não teria sofrido com as crises cambiais e de balança comercial que o atingiram nas duas décadas anteriores. OESP defende que a “*burrice nacionalista*” foi a culpada pelo atraso na exploração do petróleo no país, sendo também “*responsável pelo estado de dependência do Brasil em relação a fontes externas de suprimento de petróleo. A Petrobrás [...] transformou-se com o tempo no maior obstáculo à autonomia energética*”.⁵⁸⁷ A empresa era para *O Estado de S. Paulo* “*mais um esqueleto de mamute*”⁵⁸⁸. Mais uma vez fazendo previsões, o jornal afirmaria

⁵⁸³ “Franco quer privatizar Petrobrás e BB”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de junho de 1994, p. 45.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

⁵⁸⁵ *Ibidem*.

⁵⁸⁶ “O petróleo vai ser nosso”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de agosto de 1997, p. 3.

²³¹ *Ibidem*.

⁵⁸⁷ “O atraso que a burrice impôs”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de agosto de 1997, p. 3.

⁵⁸⁸ “Petrobrás mais forte”. *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 1997, p. 42.

que mudaria com a quebra de monopólio da empresa estatal, que era algo positivo não só ao Brasil, mas como para a própria Petrobrás:

o monopólio beneficiou não o País, mas a Petrobrás. Totalmente protegida da competição externa e interna, em um ramo de negócio que era o mais lucrativo do mundo e sendo dona exclusiva do amplo mercado brasileiro, a Petrobrás só não seria o que é se tivesse sido vítima de uma inimaginável sequência de incompetências. Tudo considerado, pode-se concluir que a população brasileira estaria hoje mais bem servida se a indústria petrolífera tivesse sido, desde o início, aberta à competição nacional e internacional.⁵⁸⁹

As criação das agências reguladoras se tornam também um meio do jornal se posicionar a favor do fim do monopólio dos serviços da Petrobrás. Para os editorialistas, a criação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) colocava “*a Petrobrás em seu devido lugar*”,⁵⁹⁰ pois o monopólio de petróleo nunca havia pertencido à empresa estatal; a agência reguladora era o mesmo que “*o resgate de nossa soberania*”. Segundo o jornal,

finalmente, a Petrobrás deixará de ser um governo dentro do governo para funcionar como uma empresa estatal – e não mais monopolista – que tem a missão de tirar do subsolo o petróleo de que o País necessita em regime de livre concorrência com qualquer outra empresa nacional ou estrangeira.⁵⁹¹

Além do fim do monopólio da Petrobrás, ainda é defendida a privatização da estatal. Um dos muitos argumentos é o de que a manutenção da empresa custava muito dinheiro aos cofres públicos. Além disso, por ser uma estatal, o jornal destacava que a empresa “*estará submetida a restrições fiscais, rigoroso controle na administração e ainda sofrerá influências políticas*”; “*o controle é sempre necessário, pois se trata de dinheiro público; ficará claro que a condição de estatal vai atrapalhar a Petrobrás na competição com as companhias privadas*”; “*Também é negócio vender empresa que dá lucro, porque o abatimento de dívidas proporciona mais economia*”.⁵⁹²

A Companhia Vale do Rio Doce, já privatizada, ainda ganhava espaço nas páginas do jornal para servir de exemplo de resultados positivos das privatizações. No entanto, chama a atenção que o destaque da venda da empresa ocorre justamente quando as empresas do setor de energia, já privatizadas, começam a apresentar problemas em sua gestão. Parece-nos que a Vale surge como uma garantia de que as privatizações

⁵⁸⁹ “A Petrobrás interessada na privatização”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de março de 1998, p. 4.

⁵⁹⁰ “A Petrobrás no seu devido lugar”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de janeiro de 1998, p. 3.

⁵⁹¹ “O resgate de nossa soberania”. *O Estado de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1998, p. 4.

⁵⁹² “Por que a Petrobrás será privatizada”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1998, p. 30.

cumpririam as “promessas” e “prognósticos” que a imprensa e governo vinham fazendo acerca do sucesso das desestatizações.

Apesar da alegação de “eficiência” da Vale, o jornal dava destaque à fala do diretor-presidente do Centro Corporativo e de Relações com o Mercado da empresa, Gabriel Solitar, que afirma que a Vale, enquanto estatal, não “*rasgava dinheiro*” – além de não apresentar irregularidades e uma situação caótica –, mas não era uma “*otimizadora de lucros*”, “*era eficiente e padecia apenas das limitações próprias da legislação que rege as estatais*”. Até mesmo as licitações feitas pela Vale, ainda sob gestão do Estado, se tornam argumentos contrários à manutenção da estatal, isto porque a cada compra da empresa era necessária uma nova licitação, que levava a compras e maquinários diferentes e dificultava a reposição de peças quando necessário, aumentando seus custos.⁵⁹³ O aumento do lucro da Vale também é mérito da privatização já que “*resultado de 1997 é consequência do corte de custos, feito após a privatização*”;⁵⁹⁴ privatizada a “*empresa ganhou mais liberdade*”.⁵⁹⁵

Como já mencionado, a questão da Vale surge no jornal entre os meses de fevereiro e março de 1998 em um mesmo momento em que ocorrem críticas às empresas de energia privatizadas. No ano de 1997, já havia a pressão no jornal para que o governo privatizasse o setor de energia brasileira. Em coluna de opinião do Caderno de Economia, *OESP* argumenta que “*atração exercida pelo setor elétrico tem muitos aspectos positivos. Além de viabilizar o aumento da oferta de energia, permitirá que volume substancial de dólares chegue ao País, ajudando a financiar o déficit nas contas cambiais*”.⁵⁹⁶

No entanto, o que pretendemos expor é que mesmo sob efeito prejudicial sobre a população – a quem, segundo muitas matérias do jornal, cairiam os grandes benefícios das privatizações –, o jornal mantém seu posicionamento de “advogado” das privatizações do setor de energia; desta vez, as críticas a estas privatizações são expostas por *OESP*, não estando sozinhas: as manchetes seguintes às críticas são em favor da continuação do processo de desestatização, explicando que os grandes problemas percebidos nos serviços das empresas de energia são, na verdade, resultados da má gestão do Estado.

Quando a Agência Independente de Serviços Públicos – uma organização não-

⁵⁹³ “Licitações aumentam custo”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de fevereiro de 1998, p. 28.

⁵⁹⁴ “Lucro da Vale neste ano deve ser ainda maior”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de março de 1998, p. 42.

⁵⁹⁵ “Empresa ganhou mais liberdade”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de março de 1998, p. 42.

⁵⁹⁶ “Avanços na privatização da energia”. *O Estado de S. Paulo*, 01 de outubro de 1997, p. 42.

governamental formada por sindicato e representantes da classe – contesta dados da Light afirmando que os cortes de eletricidade excediam os que haviam sido divulgado pela empresa no Rio de Janeiro, além de relatar que as reclamações contra a empresa aumentaram sob a gestão da Light nas entidades de defesa do consumidor, ou seja, caiu a qualidade no fornecimento de energia na cidade, o jornal coloca em destaque que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contesta a agência independente, deixando claro que esta é uma entidade recém criada. Tais destaques parecem um meio de desqualificar os dados levantados pela ONG.⁵⁹⁷ No dia seguinte, a manchete é a de que a “*Aneel pede providência contra cortes no Rio*”,⁵⁹⁸ informando que a agência demonstra preocupação com os serviços de energia elétrica da Light e da Cerj. No entanto, grande parte da matéria se dedica à descrição do que estas empresas farão para melhorar o serviço: a melhora no atendimento ao público; o aumento de pessoal e equipes de manutenção e instalação de serviços e investimentos significativos no setor. A Aneel, contudo, prepara um relatório insatisfatório em relação à atividade da Light, apontando falhas, fazendo recomendações, além de exigências. O relatório chega à conclusão de que os equipamentos e tecnologia utilizados para os serviços da companhia de energia são obsoletos.⁵⁹⁹ *O Estado de S. Paulo*, como contraponto, publica na mesma página da matéria anterior a resposta da empresa Light, mais uma vez apontando os investimentos que seriam feitos pela mesma, concluindo que “*a avaliação de que o sistema está obsoleto, (...) mostra que a Aneel entende que a Light foi passada para os novos acionistas em condições de deterioração*”.⁶⁰⁰

Assim, para *OESP* as “*privatizações revelam o que estava errado*” e seus novos donos deveriam lutar “*para corrigir as mazelas das estatais que compraram*”.⁶⁰¹ Apesar desta última reportagem se referir à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a destacamos, pois, além de ganhar evidência na capa do jornal desta edição, a matéria nos parece ser um complemento ao que se revela acerca dos problemas da Light – de forma que, bem como foi feito ao mencionar a Vale do Rio Doce em matéria anterior, o caso da CSN ganha relevância para validar os argumentos que eram feitos pela imprensa e governo acerca dos resultados das privatizações. No caderno de economia da

⁵⁹⁷ “Caiu a qualidade no fornecimento de energia no Rio, denuncia ONG”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de fevereiro de 1998, p. 42.

⁵⁹⁸ “Aneel pede providência contra cortes no Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de fevereiro de 1998, p. 47

⁵⁹⁹ “Aneel manda Light rever seus investimentos”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 1998, p. 44.

⁶⁰⁰ “Empresa avalia que crítica é muito dura”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 1998, p. 44.

⁶⁰¹ “Privatizações revelam o que estava errado”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de fevereiro de 1998, p. 1.

mesma edição, publica-se que “*Privatização expõe mazelas de ex-estatais*”,⁶⁰² complementando que

cotas de aço subsidiado negociadas por políticos apelidados de “deputaços”, equipamentos sucateados, nomeações políticas, duplicação de funções, amarras burocráticas, quadro de pessoal inchado até quase a explosão, caros e enormes estoques, dinheiro escorrendo pelos ralos. Raros são os que, após comprarem estatais em leilões de privatização, não se defrontaram com algumas mazelas – e às vezes com todas elas juntas.⁶⁰³

Ao lado desta matéria, a crítica se volta mais uma vez ao setor de energia, agora, para o jornal, a “*falta de investimentos faz aflorar problemas na Light*”.⁶⁰⁴ Mais uma vez, o espaço é reservado para que as empresas de energia elétrica possam ter “direito” de resposta:

A Light é no momento o melhor exemplo que nem tudo melhora com a privatização. A empresa parece que piorou com a passagem para o setor privado. [...]

“Sabemos que a culpa não é deles”, diz José Carlos Martins, superintendente da área de Aço da CSN. Ele diz que a falta de investimentos por muitos anos deixou a empresa com linhas sem manutenção adequada e com vários problemas em subestações.

No caso da Cerj [...]: “A Cerj era uma sucata, a pior empresa elétrica do País quando a compramos”. Havia dez anos que a Cerj não recebia investimentos e suas subestações estavam sobrecarregadas [...].

Também na Light o quadro é semelhante [...] O investimento era muito abaixo do necessário, mas o pior, é que a Light, quando investia, o fazia de maneira menos eficiente, porque adquiria geralmente equipamentos de baixo desempenho. [...]

Outro ponto fraco encontrado na Light diz respeito ao quadro de pessoal [...] muito acima do necessário.⁶⁰⁵

Bem como as reformas do Estado, as privatizações também seriam, na visão de *OESP*, um aspecto que favoreceria o Brasil frente ao enfrentamento das crises internacionais que se abatiam sobre a economia do país. Diante dos efeitos das conjunturas econômicas da crise asiática em julho de 1997, o jornal argumenta que “*o programa brasileiro de privatizações e o potencial do mercado interno vão impedir que a crise cambial asiática provoque efeitos negativos de curto prazo para o Brasil*”,⁶⁰⁶ isto se explicava pela entrada de recursos externos e investimentos diretos para a

⁶⁰² “Privatização expõe mazelas de ex-estatais”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de fevereiro de 1998, p. 28

⁶⁰³ *Ibidem*.

⁶⁰⁴ “Falta de investimentos faz aflorar problemas na Light”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de fevereiro de 1998, p.28.

⁶⁰⁵ “Falta de investimentos faz aflorar problemas na Light”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de fevereiro de 1998, p.28.

⁶⁰⁶ “Privatização ajuda a conter efeitos”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de julho de 1997, p. 47

privatização e compra de empresas em bolsa. Ainda, em outra matéria do Caderno de Economia, o chefe de Departamento Econômico (Depec) do Banco Central ganhava uma manchete, como se servisse de respaldo ao argumento de *OESP*. Para ele, a crise asiática poderia, na verdade, favorecer o Brasil, pois o capital que fugia da Ásia deveria ser investido em outra região. Assim, era provável que esta outra região fosse o Brasil, já que, para ele não havia razões para a mudança de uma percepção favorável de investimento no país, que primeiro tinha reservas internacionais elevadas, além de estar empreendendo reformas e um programa de privatizações.⁶⁰⁷

As previsões com base no que falam especialistas, economistas e consultores acerca da crise e de como o processo de desestatização pelo qual passa o Brasil têm contínua menção no jornal. Como na matéria em que se destaca que a “*crise é de curto prazo, diz diretor do BC*”,⁶⁰⁸ na qual era colocado que a privatização das estatais, parte do processo de globalização, manteria a economia muito mais eficiente. O BIRD também faz seu prognóstico acerca da economia brasileira, afirmando que o país cresceria, até o ano de 2020, à média 4,6% ao ano, destacando a reação do governo brasileiro contra os efeitos da crise,⁶⁰⁹ mas também não deixando de ressaltar que a recuperação econômica brasileira dependia do início das reformas e também da privatização das empresas estatais.⁶¹⁰

No segundo semestre de 1998, a crise da Rússia estoura e é atenuada com a desvalorização da moeda russa, além da decretação de moratória do governo russo. Mais uma vez *OESP* alega que o “*país tem como enfrentar nova crise*”.⁶¹¹ O argumento devia-se aos recursos que haviam entrado no Brasil por meio do processo de privatizações, garantindo nível de reservas, “*o que diminui o risco de uma fuga de dólares em volumes elevados*”.⁶¹² E como na crise anterior, afirma-se que a “*crise internacional pode favorecer o Brasil*”,⁶¹³ desta vez porque poderia haver um deslocamento de investidores que buscassem projetos de infraestrutura para o Brasil,

⁶⁰⁷ “Crise asiática pode favorecer o Brasil, prevê diretor do BC”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de julho de 1997, p. 47.

⁶⁰⁸ “Crise é de curto prazo, diz diretor do BC”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de Novembro de 1997, p. 51.

⁶⁰⁹ Na tentativa de reverter o quadro que se instalara, o governo de FHC aumentou a taxa de juros ao ano e anunciou em novembro o “Pacote 51”, o pacote econômico “Medidas de Ajusta Fiscal e Competitividade”, que apresentava 51 itens, destacando-se a demissão de mais de 30 mil funcionários públicos não estáveis da União, reduziu gastos públicos, aumentou as alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Física, das alíquotas sobre automóveis elevou os preços dos derivados do petróleo.

⁶¹⁰ “País vai crescer à média de 4,6 ao ano, prevê BIRD”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 1997, p. 49.

⁶¹¹ “País tem como enfrentar nova crise”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de agosto de 1998, p. 40.

⁶¹² *Ibidem*.

⁶¹³ “Crise Internacional pode favorecer o Brasil” *O Estado de S. Paulo*, 16 de agosto de 1998, p.33.

pois chineses e russos – afetados pela crise – teriam dificuldade de obter recursos para tal. Segundo argumenta o jornal, “o processo de retomada de investimentos faz parte de uma reforma profunda que implica a mudança do conceito do papel do Estado na economia. O processo mexe com aspectos culturais do País, ao transferir para a iniciativa privada serviços como o fornecimento de eletricidade e telefonia, e de demorar vários anos até ser completado [...]”.⁶¹⁴ Além disso, todo o investimento previsto para o setor de infraestrutura – como energia, telefonia, transporte e outros –, foi para o jornal resultado da lei de concessões de serviços públicos.⁶¹⁵

⁶¹⁴ Ibidem.

⁶¹⁵ “Recuperação começou com a lei das concessões”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de agosto de 1998, p. 3.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação procurou-se analisar a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* nas eleições presidenciais do ano de 1998, à luz das teorias de Antonio Gramsci, que remete a um conjunto de instituições a intenção de elaborar e difundir uma visão de mundo – os chamados *aparelhos privados de hegemonia*, inseridos na *sociedade civil*, responsáveis pela articulação de um *consenso* na sociedade, seja no âmbito econômico, político e social.

Manuel Castells identifica três principais processos que envolvem a publicação de notícias pela mídia: a definição de pautas, a saliência pública e o enquadramento. Tendo em vista construir uma visão da realidade, é através da definição de pautas que a mídia dá relevância a um determinado evento e informação, levando-se em conta que a opinião que se forma entre o público tem uma conexão direta com a cobertura de um conteúdo, ou seja, o tipo de cobertura dado a algum evento contribui para o modo como um indivíduo vê e julga um assunto. Além disso, a frequência com que é noticiado esse evento também interfere neste objetivo, dado que quanto maior as frequências, mais dependentes da mídia ficam as pessoas. Já o mecanismo de enquadramento da mídia se refere aos contornos – seleção e ênfase – que são dados a alguns aspectos de um determinado acontecimento, definindo o que deve ou não ser prioridade para divulgação com o intuito de oferecer uma interpretação e soluções para os conflitos que se apresentam em tais eventos; o enquadramento, para Castells, “é um modo de pensar, um modo de ação”.⁶¹⁶

Além desses artifícios utilizados pela mídia, há ainda outros que se apresentam como essenciais na construção das plataformas de comunicação. Entre eles a visibilidade, ou o vazio dela, que se dá a algumas mensagens e/ou atores no cenário político. A visibilidade é essencial no jogo político e no estabelecimento de um consenso acerca de uma visão de mundo. Quando não se permite a visibilidade daqueles atores, de um fato nos meios de comunicação, não há qualquer impacto na sociedade, é como se talvez não existisse; é negada sua presença nas discussões e opiniões do público. Considerando que a mídia é um palco das disputas de poder, “[...] apenas aqueles que podem transmitir suas mensagens aos cidadãos como um todo tem oportunidade de influenciar suas decisões de maneira que levam a seu próprio acesso às

⁶¹⁶ CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação...* Op. Cit.

posições de poder no Estado e ou manter seu controle sobre as instituições políticas”.⁶¹⁷ No que se refere a isto, a decisão editorial dos meios de comunicação é essencial, pois ela impede em muitos casos o acesso dos atores políticos quando eles não têm compatibilidade com a lógica comercial da mídia, o que garante harmonia entre aquilo que é informado à sociedade e aquilo é interesse do dono da empresa e do mercado.

O conjunto desses mecanismos midiáticos mostra a intencionalidade daqueles que controlam os meios de comunicação. Tais mecanismos dizem ao público *sobre* o que pensar e, o mais importante, *o que* pensar. Isso ocorre de acordo com o nível de importância a uma questão que é dada pela classe dominante. Segundo Castells, isto acontece a partir de um processo de negociação entre a classe dominante e a mídia, ou seja, antes mesmo da notícia chegar à audiência, as elites selecionam as informações que têm como função organizar, direcionar e educar o público para a promoção de sua estrutura ideológica.⁶¹⁸ A mídia, por sua vez, opta pela divulgação de informações que atraem o maior número de público sem que atinja negativamente aquela elite.

No decorrer da pesquisa é perceptível que estas estratégias são utilizadas por *OESP* acerca de todas as temáticas que acabam por se tornar parte das campanhas favorável a candidatura do candidato e presidente Fernando Henrique Cardoso nas páginas do periódico – tanto no que diz respeito ao Plano Real, quanto em relação às reformas de Estado e econômica, além das privatizações. Soma-se a esta “campanha” uma dura oposição a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva e seu projeto, pelo Partido dos Trabalhadores.

No primeiro capítulo, constatou-se que a década de 1990, na América Latina especificamente, teve como características uma política e modelo de economia que seguiam as diretrizes do que é denominado como o *Consenso de Washington* e suas recomendações, sob o imperativo de uma agenda neoliberal e sua expansão pelo mundo. Fica evidente nesta conjuntura a significação da vitória de Fernando Henrique Cardoso ainda nas eleições presidenciais de 1994 – seu primeiro mandato significou a consolidação de tal projeto político-econômico neoliberal.

Assim, quando a análise retorna ao jornal *O Estado de S. Paulo*, levando em consideração suas características editoriais alinhadas com ideias liberais e neoliberais, o que é enfático é sua aproximação ao projeto do governo FHC. Seguindo esta mesma conclusão, Almeida destaca que

⁶¹⁷ Ibidem.

⁶¹⁸ Ibidem.

O *Estadão* conhece o seu público leitor e escreve no objetivo de dirigi-lo. O jornal destaca-se como porta-voz dos interesses empresariais, especialmente da burguesia paulista [...]

A grande imprensa sabe que a melhor forma de vencer um debate é não debater, e usa essa máxima até as últimas consequências. Não há debate nas páginas do *Estadão*, mas sim um monólogo de narrativa única, no qual a ideologia neoliberal é apresentada como “única possível” para resolver a crise econômica e nunca o modelo neoliberal é responsável pelas crises da economia mundializada.⁶¹⁹

Estas questões tornam-se patentes nos capítulos seguintes. Quando o jornal adota uma postura que defende a acomodação de uma aliança conservadora das elites política e econômica no Brasil e de seu projeto neoliberal através do Plano Real. Durante o período analisado, o periódico torna enfático o sucesso do programa de estabilização não só no que se refere ao combate da *hiperinflação*, mas também no que tangia à melhoria de vida da população brasileira. Deste modo, o êxito do Plano Real apresentava “o lado nobre da reeleição”,⁶²⁰ admitia *OESP* como forma de apresentar FHC e sua manutenção no poder como também uma continuação do programa e suas conquistas.

No tocante às reformas do Estado – que incluíam ajuste fiscal a partir de reformas administrativas e econômicas, abertura econômica e privatizações, com o intuito de superar as crises que se abatiam no país – *OESP* buscava uma adesão da sociedade a política das mesmas. Assim, tendo Fernando Henrique aprofundado aquelas reformas no Brasil ainda em seu primeiro mandato, argumentando inserir o Brasil em uma Nova Ordem Mundial e superar o que ele denomina de “Era Vargas”, uma era de nacional-desenvolvimentismo, ganha apoio nas edições do jornal.

Por último, o jornal adota uma opinião antipetista e, no contexto de eleição presidencial, anti-candidatura de Lula. Como descritos nos editoriais e matérias, as ideias contrárias ao programa de governo Fernando Henrique Cardoso, personificadas pelo candidato petista, são desqualificadas e hostilizadas.

Em suma, na longa guerra de posições pela consolidação de sua ideologia liberal-conservadora, *OESP* simplifica e vulgariza os problemas nacionais, omite e desqualifica interlocutores contrários. Diariamente o jornal pressiona e influencia o leitor ao recomendar os votos em políticos à direita e destrata as alternativas de esquerda, como se, invariavelmente, a posição neoliberal do jornal fosse natural e não lhe coubesse críticas ou debates.⁶²¹

⁶¹⁹ ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico... Op. Cit., p. 221

⁶²⁰ “O real, o Real e a reeleição”. *O Estado de São Paulo*... Op. Cit.

⁶²¹ ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico... Op. Cit., p. 222.

Quando de suas considerações finais acerca da relação entre a grande imprensa e o PT, Azevedo chega às seguintes conclusões – aplicando todas elas ao jornal *OESP*: “a grande imprensa brasileira, nos momentos democráticos, tanto no passado como no presente, atuou e atua no campo da mídia de forma paralela às forças políticas de centro-direita”; “o alinhamento da grande imprensa com as coalizões de centro-direita, tanto no passado quanto no presente, expressa um alinhamento histórico de fundo ideológico que contrapõe o liberalismo vs o nacional-desenvolvimentismo”; “tanto no passado quanto no presente, os pacotes interpretativos principais acionados pela grande imprensa contra as forças de centro-esquerda (varguismo/governo Jango/petismo) foram os temas do radicalismo/populismo e da corrupção”.⁶²²

O que é percebido também é que *OESP* não se mobiliza em defesa do presidente apenas quando se trata daqueles assuntos. À FHC é doado espaço no jornal para que explique ações do governo ou se retrate quando recebe críticas. A exemplo disto, refletindo estritamente sobre o objeto *eleição de 1998 no jornal O Estado de S. Paulo*, destacamos alguns dos editoriais que antecedem este pleito eleitoral – dirigindo o foco de análise para o momento em que as pesquisas de intenção de voto apresentam resultados que favorecem ao candidato Lula, quando os índices de ambos os candidatos diminuí em no mês de maio de 1998: de acordo com a pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi acerca da decisão eleitoral, o presidente-candidato FHC apresentava o índice de intenções de voto de 36%, enquanto o outro candidato de oposição havia subido quatro pontos, apresentava 26% das intenções de votos.

OESP publica os resultados da pesquisa no dia 21 de maio de 1998⁶²³ e, dias depois, explica em seu editorial “*O que derrubou os índices*”.⁶²⁴ Para os editorialistas, “*o que veio minando o prestígio do governo [...] foi o fato de, nos formadores de opinião, ter-se cristalizado em lento processo a sensação de que o governo, atado pela inação do Congresso e por seu estilo por demais sobranceiro para um eleitorado ainda acostumado a governos de estilo populista, era incapaz de resolver os problemas cruciais que vinham se colocando*”.⁶²⁵

Nos editoriais dos dias 28 de maio, “*Explicando para convencer*”, e 1 de junho, “*As razões da insatisfação*”, é explicado ao leitor que o pacote adotado pelo governo de imposição de medidas de austeridade fiscal levou a queda da popularidade de então

⁶²² AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT...* Op. Cit.

⁶²³ “Diminui diferença entre Lula e FHC”. *O Estado de São Paulo*, 21 de maio de 1998, p. 1

⁶²⁴ “O que derrubou os índices”. *O Estado de São Paulo*, 27 de maio de 1998, p. 3.

⁶²⁵ *Ibidem*.

Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que ficou claro nas pesquisas de intenção de votos entre os meses de maio e junho. No entanto, há uma evidente defesa das decisões do Presidente.

No editorial “*Explicando para convencer*”, *O Estado de S. Paulo* reforça o discurso de FHC, afirmando que as dificuldades econômicas pelas quais passava o Brasil eram efeito do cenário econômico-financeiro internacional, de seus “desacertos e distorções”. Mesmo tendo provocado arrocho salarial e a piora da qualidade de vida da população, o pacote de outubro era inevitável, necessário na tentativa de amenizar as consequências da crise internacional.⁶²⁶

Mesmo sendo necessária e tendo evitado que a estabilização da economia – conseguida durante três anos, com crescimento econômico e benefícios que era, sentidos pela população – fosse destruída pela crise asiática, o emocional das pessoas frente ao contexto de desemprego e de outros problemas sociais falou mais alto. O editorial analisado deixa claro que os problemas mais graves enfrentados pelos brasileiros “*não são frutos do que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez, mas sim, do que ele teve condições de fazer, apesar do esforço de convencimento desenvolvido junto a parlamentares [...]*”, quando a oposição negou ao presidente que tomasse todas as medidas necessárias.⁶²⁷

Segundo colocam os editorialistas, naquele momento o tema era crise e os motivos de descontentamento eram culpa de FHC. Porém, mesmo que as medidas tomadas por seu governo não tenham tido êxito maior, nenhum outro governante brasileiro teve melhores resultados que Fernando Henrique Cardoso: a economia não se fragilizou, a produção aumentou em quantidade e qualidade, e o problema da seca no Nordeste, que se tornou um tema bastante debatido, era uma questão existente desde os tempos coloniais. “*Se alguma responsabilidade cabe ao atual governo, é o fato de ter abolido o alucinógeno da inflação*”.⁶²⁸

Tudo isto ainda é endossado pela Proposta de Governo para um segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o programa “*Avança, Brasil*”, no qual o candidato se compromete com a manutenção do governo anterior e por meio do qual prometia-se avançar nas reformas estruturais; combater os déficits orçamentários;

⁶²⁶ “Explicando para convencer”. *O Estado de São Paulo*, 28 de maio de 1998, p. 3.

⁶²⁷ “As razões da insatisfação”. *O Estado de São Paulo*, 01 de Junho de 1998, p. 3.

⁶²⁸ “De ilusão também se vive”. *O Estado de São Paulo*, 05 de junho de 1998, p. 3.

simplificar o sistema tributário; levar adiante o programa de privatização, fortalecendo o Estado no papel de regulador. Como afirmava no programa:

Quatro anos depois, temos amplos motivos para confirmar esse voto. O compromisso do presidente de garantir o valor do Real foi rigorosamente cumprido. Graças a isso, sobre o terreno preparado pela estabilidade econômica e política, hoje floresce a confiança do Brasil em si próprio. Estamos conseguindo estabilizar nossa economia em um quadro de turbulências como raras vezes se viu. O mundo está sendo sacudido por transformações econômicas, financeiras, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e demográficas extraordinariamente rápidas e profundas, numa escala comparável à dos grandes momentos da história da humanidade. A globalização, longe de marcar o “fim da história”, é o começo de algo novo, um processo de mudança ainda em curso. Por isso mesmo, apresenta riscos e aumenta a incerteza sobre o futuro de cada país, de cada segmento da sociedade, de cada ser humano. Mas também oferece oportunidades, que precisamos saber aproveitar, para afirmarmos o Brasil como país e avançarmos mais rápido na realização das nossas aspirações a prosperidade e justiça social.⁶²⁹

Nos meses seguintes, vemos como destaque, mais uma vez as pesquisas de opinião em *OESP*: “FHC reverte insatisfação e é aprovado por 58%”;⁶³⁰ “FHC mantém vantagem, mostra Ibope”;⁶³¹ “FHC mantém chances de vitória no 1º turno”;⁶³² “FHC amplia vantagem e venceria no 1º turno”;⁶³³ “Ibope mostra que FHC ainda continua na frente”;⁶³⁴ “FHC mantém vantagem mesmo com a crise”;⁶³⁵ “FHC cai, mas vence no 1º turno”;⁶³⁶ “FHC sobe para 47% e Lula cai para 23%”;⁶³⁷ “FHC avança e garante quase a metade dos votos – pesquisa foi realizada no auge da crise”.⁶³⁸

Em editorial logo após a vitória de Fernando Henrique Cardoso na eleição de 1998, *OESP* afirma que em um contexto anterior o presidente não arriscava seu capital político em confrontos mais sérios com o Congresso e em enfrentar pressões. No entanto,

Agora, a reeleição [...] dispensam-no dessas cautelas. Reeleito que já está, diante de um Congresso renovado sob o signo da crise – uma coisa e outra

⁶²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança, Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Proposta de Governo*. Brasília: s.ed., 1998, p. 2.

⁶³⁰ “FHC reverte insatisfação e é aprovado por 58%”. *O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 8

⁶³¹ “FHC mantém vantagem, mostra Ibope”. *O Estado de São Paulo*, 31 de julho de 1998, p. 4

⁶³² “FHC mantém chances de vitória no 1º turno”. *O Estado de São Paulo*, 14 de julho de 1998, p. 8.

⁶³³ “FHC amplia vantagem e venceria no 1º turno”. *O Estado de São Paulo*, 20 de julho de 1998, p. 4

⁶³⁴ “Ibope mostra que FHC ainda continua na frente”. *O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 4

⁶³⁵ “FHC mantém vantagem mesmo com a crise”. *O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1998, p. 4

⁶³⁶ “FHC cai, mas vence no 1º turno”. *O Estado de São Paulo*, 3 de setembro de 1998, p. 1

⁶³⁷ “FHC sobe para 47% e Lula cai para 23%”. *O Estado de São Paulo*, 11 de setembro de 1998, p. 1

⁶³⁸ “FHC avança e garante quase a metade dos votos – pesquisa foi realizada no auge da crise”. *O Estado de São Paulo*, 17 de setembro de 1998, p. 4.

poupando-o do constrangimento de barganhar o varejo para fazer passar o atacado, como fez durante todo o primeiro mandato –, o presidente dispõe à plenitude do que carecia em 1995: as condições para começar a remover do cenário institucional os múltiplos disparates legados pela Constituição de 1988, cuja obsolescência só não é vista pelos privilegiados que se beneficiam de suas prescrições irracionais.⁶³⁹

Nesse sentido, *O Estado de S. Paulo* atuou como um importante *aparelho privado de hegemonia*, tomando “partido” na defesa da reeleição de FHC, através de um agendamento político e ideológico, que teve como objetivo um projeto de futuro para o Brasil – um projeto alinhado com as ideias neoliberais, de aprovação de reformas estruturais no Estado. Isto demonstra o poder dos meios de comunicação sobre a sociedade, sobre os rumos e projetos que a definem.

⁶³⁹ “Um voto racional, um claro mandato”. *O Estado de São Paulo*, 6 de outubro de 1998, p. 3.

FONTES:

I- Jornais:

O Estado de S. Paulo

Localização: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos, coleção microfilmada.

O acervo de O Estado de S. Paulo também está disponível para a consulta on-line através do sítio: <https://acervo.estadao.com.br>.

II- Documentos oficiais:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Sub - Chefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 16*, de 04 de junho de 1997.

Sítio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança, Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Proposta de Governo*. Brasília: s.ed., 1998.

PSDB. Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Brasília: 1989

III- Legislação:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988*. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1989.

IV- Discursos e pronunciamentos:

_____. *Discurso na cerimônia comemorativa dos quatro anos do Real no Centro de Treinamento do Banco do Brasil*. Presidência da República.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRUCIO, Fernando; COUTO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. *Revista Tempo Social*, 2003.
- ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*, v. 40, jan.-jun. 2018.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru: Canal 6, 2012.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTONIUTTI, Cleide. *De operário a presidente: a imagem de Lula no Horário Eleitoral da televisão nas campanhas presidenciais 1989 e 2002*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 359 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A Estrela Partida ao Meio: Ambigüidades do Pensamento Petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995 *apud* COSTA E SILVA, Eduardo. *De Lula-la a Lula-light: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade de Goiás, Goiânia, 2005.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: Ed. UFSCar.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opin. Publica* [online]. 2006, vol.12, n.1, pp.88-113.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004 &script=sci_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>.

BARBOSA e SILVA, Leonardo. FHC e a despolitização do Estado e da sociedade civil. In: SOUZA, Eliana Maria de Melo; CHAQUIME, Luciane; LIMA, Paulo Gilberto (org.). *Teoria e prática nas Ciências Sociais*. Araraquara: Ed. UNESP, Laboratório Editorial/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*.

BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines. *Notas de análise sobre a era FHC (1994-2002)*.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981.

BORBA, Julian. *Ideologia Tecnocrática e cultura política no Brasil: O Plano Real e as eleições de 1994*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002,

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas Neoliberais no Brasil: as privatizações dos bancos estaduais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019,

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal*. 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Plano Brady. *Revista Isto É*.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980
COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

CARVALHO, Rejane. Imagem Marca Reeleição: a campanha presidencial de FHC em 1998. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador, Editora da UFPB / Edições FACOM, 2000

CARVALHO, Rodrigo. *A imprensa escrita na era FHC: análise dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no período de 1995-2002*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

- COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. *Pesquisa e Debate*. São Paulo, vol. 11, nº 1 (17), 2000.
- COSTA E SILVA, Eduardo. *De Lula-la a Lula-light: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade de Goiás, Goiânia, 2005.
- DRAIDE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, p. 86, 1993.
- DINIZ, Eli. Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90.: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 155-178, 1999.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 16, n. 1 (29).
- FALCÃO, Maria. Plano Real e âncora cambial. *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 3 (87), julho-setembro/2002.
- FARIA, Luiz Augusto. Aquém da estagnação: 10 anos do Plano Real. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 176.
- FARO, Kelly. Estabilidade da moeda no Plano Real: política compensatória? *Revista de Estudos Sociais*. Ano 2017, n. 39, v. 20
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FIGUEIREO, Marcus apud BEZERRA, Heloiza Dias. Cobertura Jornalística e Eleições Majoritárias. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- FONSECA, Francisco César Pinto. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégia de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de S. Paulo)*. Tese (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- FURTADO, Olavo. *Trajeto e Perspectivas Social-Democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

FREITAS, Felipe. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez.

GARCIA, Marco Aurélio. As eleições de 1994 – o neoliberalismo triunfante. In: ROBERTO, Amaral. *Os paulistas no poder*. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio. “A social-democracia e o PT”. *Revista Teoria e Debate nº 12* (out./nov./dez. 1990).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito Social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 2, p. 218, 2006.

GRASEL, Dirceu. *Brasil: Plano Real e a estabilização econômica inacabada*.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIOT, André Pereira. Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2006.

IANONI, Marcus. Políticos Públicos e Estados: o Plano Real. *Lua Nova*, São Paulo, n. 78.

JÁCOME, Mauro; LIMA, Luísa. A opinião do Estadão nas Rupturas Políticas de 1964 e 2016. *Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*, Campo Grande, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 181-199.

LAIDLER, Christiane Vieira. *Retórica e Farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018,

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015 apud ALMEIDA, Cássio. A imprensa como partido político ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*, v. 40, jan.-jun. 2018.

MARQUES, Francisco; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanto-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. *Observatorio Journal*, 2018.

MENDONÇA, Sonia. *Sociedade civil em Gramsci: Ventura e desventuras de um conceito*.

MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. Diálogos Latinos americanos. Disponível em <http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/2midia_e_politica_no_br-miguel-unb.pdf>.

Acessado em 22 de maio de 2018.

MIRANDA, Victor Garcia. *Âncoras Monetárias e Ordem Atômica: a aprovação da Emenda da Reeleição no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Dossiê Comunicação e Política. Porto Alegre, nº 1, janeiro/junho, 2010.

_____. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. In: *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, Vol. VI, n. 2, Maio/Agosto, 2004, pp. 16 - 37

_____. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. Blog Boi Tempo, 2013. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>>. Acessado em 08 de maio de 2018.

NAVA, Mariane. *A imagem de Lula construída pelos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo durante as campanhas presidenciais de 1989 a 2006*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

NEGRÃO, João José de Oliveira. Jornalismo, espaço de disputas de hegemonia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Ano VI, n. 2 pp. 75 - 93 jul./dez. 2009, p. 76.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NOVAIS, Luis Fernando. PORTUGAL JUNIOR, José Geraldo. O Plano Real – Estabilização e Mercado de Trabalho. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização (1995-1998)*. São Paulo: FUNDAP, 2000.

OLIVEIRA, Hebe Maria. A atuação das agências de notícias nacionais – Estado, Folhapress e O Globo – como distribuidoras de conteúdos no interior dos

conglomerados de mídia brasileiros. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 518-540, maio-agosto 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. 302 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, 2009.

PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 427 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização no governo Collor. In: *XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética*, Fortaleza, 2009.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 14.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas Configurações das eleições no Brasil Contemporâneo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador, Editora da UFPB / Edições FACOM, 2000.

SADER, Emir (Org.). E agora PT: caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986 *apud* SOARES, Murilo César. “Verificações e análises: cenários de representação da política nas eleições presidenciais brasileiras”. In: SOARES, MC. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura.

SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SILVA, Eduardo. *De Lula-la a Lula-light: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SILVA, Leonardo Barbosa e. *O Governo Lula e a agenda dos anos 90 – ambiguidade na política administrativa*. 218 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2008.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- SOARES, Kelly. *Por que os atores mudaram as regras do jogo? A emenda da reeleição e os efeitos na condução do poder presidencial na arena legislativa*. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- SOARES, Murilo Cesar. Veja e a construção do CR-P nas eleições presidenciais de 1998. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador, Editora da UFPB / Edições FACOM, 2000.
- SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad, 1999.
- SOUZA, Julio César Oliveira de. *Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da
- SOUZA, Thaís Godoi de; LARA, Ângela Mara de Barros. *Os fundamentos Teórico-Metodológicos das Escolas Neoliberais do Século XX: implicações nas políticas educacionais*. In: Anped, 9, 2012, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- SPONHOLZ, Liriam. *O Estado de S. Paulo (1942-1972) – Uma contribuição à História as técnicas jornalísticas*. 81 f. Tese (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.
- TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial: el golpe de estado permanente*. Madri, El Viejo Topo, 2006.